

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

ARTUR CRUZ BERTOLUCCI

Duas regiões, dois projetos, um objetivo: o caso de Brasil e Índia na busca por um novo status  
no Sistema Internacional (1950-1998)

São Paulo

2020

ARTUR CRUZ BERTOLUCCI

Duas regiões, dois projetos, um objetivo: o caso de Brasil e Índia na busca por um novo status no Sistema Internacional (1950-1998)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Política Externa”.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequillo.

São Paulo

2020

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Bertolucci, Artur Cruz.

B546      Duas regiões, dois projetos, um objetivo: o caso de Brasil e Índia na busca por um novo status no Sistema Internacional (1950-1998) / Artur Cruz Bertolucci. – São Paulo, 2020.  
112 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Cristina Soreanu Pecequilo.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –  
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em  
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2020.

1. Não-proliferação nuclear. 2. Poder nuclear – Controle internacional. 3. Armas nucleares – Brasil – Séc. XX. 4. Armas nucleares – Índia – Séc. XX. 5. Segurança internacional. I. Título.

CDD 327.174

ARTUR CRUZ BERTOLUCCI

Duas regiões, dois projetos, um objetivo: o caso de Brasil e Índia na busca por um novo status no Sistema Internacional (1950-1998)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Política Externa”.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo.

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Doutora Cristina Soreanu Pecequilo (Universidade Federal de São Paulo)

---

Professor Doutor Haroldo Ramanzini Júnior (Universidade Federal de Uberlândia)

---

Professora Doutora Karina L. Pasquariello Mariano (Universidade Estadual Paulista)

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Por isso, agradeço ao financiamento do Conselho, sem o qual eu não poderia ter realizado a presente pesquisa, comprovando os benefícios de se investir na educação pública e na ciência e pesquisa brasileira.

Este trabalho só veio a se materializar graças ao apoio incondicional que recebi dos meus pais, Nuciete Aparecida da Cruz e Luiz Bertolucci Júnior, eles são a base na qual pude me sustentar nesses dois anos de pesquisa, me apoiando em todos os momentos que precisei. Estendo esse agradecimento também a minha irmã Júlia. Sem vocês nada disso seria possível.

Para a Ana, minha companheira, meus mais sinceros agradecimentos. Sem a sua paciência, apoio, suporte e ajuda em todos os momentos desses dois últimos anos essa tarefa teria sido difícil de se realizar. Ao teu lado tudo parece mais fácil e tranquilo.

Agradeço ao Pedro, amigo de longa data, com quem dividi o teto, sonhos e projetos durante vários momentos nesses dois últimos anos.

Aos meus colegas e amigos, a família que eu fiz em São Paulo, meu respeito, minha gratidão e meu carinho. Vocês me acolheram e fizeram desses quase dois anos em terras paulistas uma experiência memorável, única. Agradeço a todos(as) os(as) discentes do PPGR San Tiago Dantas, que partilharam comigo dessa etapa. João, Pedro, Letícia, Gabriela, Mariana, Leonardo, Lucas, Emerson, Thaiane, Clarissa, Jorge, David, Marcela, Laurindo, Ana e tantos(as) outros(as) com quem tomei café, almocei ou troquei uma conversa nos corredores do Dantas, meu muito obrigado. Agradeço também aqueles que sonharam comigo a construção e organização da nossa APG Olga Benário, que ela se fortaleça e cresça para melhor representar a todos(as) discentes.

Agradeço aos funcionários e funcionárias do PPGR San Tiago Dantas por facilitar – e muito – nosso dia a dia. Isabela, Giovana e Graziela, vocês dividem conosco os méritos de todas essas pesquisas.

Agradeço ao corpo docente do PPGR San Tiago Dantas, com quem aprendi muito, não só dentro da sala de aula, mas nas diversas oportunidades que tivemos de trocar conhecimento nesses últimos anos. Em especial agradeço minha orientadora Cristina por toda paciência e suporte, pelas conversas e broncas, pelos elogios e puxões de orelha.

## RESUMO

Em 1998, Brasil e Índia optaram por caminhos diferentes no regime nuclear de forma definitiva. Com os testes nucleares conduzidos em maio, a Índia se tornou, oficialmente, detentora do armamento nuclear. O Brasil, por sua vez, ratifica o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e se insere no regime de não-proliferação como um Estado não nuclearmente armado. Contudo, os caminhos de ambos nem sempre foram diferentes, por muitos anos os dois Estados argumentavam contra a normativa do tratado, o qual acusavam de ser discriminador e de congelar o poder no sistema internacional. Portanto, essa pesquisa busca compreender quais foram os motivos que levaram às diferentes escolhas feitas por Brasília e Nova Délhi, que ocasionaram nos acontecimentos de 1998 e de que maneira esses projetos refletem as aspirações internacionais dos dois países. A hipótese levantada pelo trabalho é de que essas escolhas foram motivadas pelos padrões de relacionamento que Brasil e Índia construíram, respectivamente, na América do Sul e no Sul da Ásia, destacando-se os padrões amizade e inimizade no relacionamento de ambos com seus rivais regionais. Argumenta-se que esses padrões levaram ao abandono da opção nuclear pelo Brasil e a conquista do armamento por parte da Índia. Para obter a real importância e impacto das dinâmicas regionais, é preciso separar e compreender os diferentes níveis de análise, para isso o trabalho utiliza-se da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, por meio da qual é possível compreender os impactos que os ambientes doméstico, regional, inter-regional e global tem sobre a construção das noções de segurança dos dois Estados em análise. Assim, combinando as dinâmicas internas de uma região e a penetração de grandes potências na região, argumenta-se que a diferença nos programas nucleares resultou das diferentes modificações no espaço regional da América do Sul e do Sul da Ásia entre 1950 e 1998, as quais foram fortemente influenciadas, respectivamente, pelas relações entre Brasil e Argentina e entre Índia e Paquistão.

**Palavras-chave:** Brasil. Índia. América do Sul. Sul da Ásia. Regime de Não-Proliferação. Complexos Regionais de Segurança.

## **ABSTRACT**

In 1998, Brazil and India chose to part ways in the nuclear regime definitely. After the nuclear tests conducted in May, India had officially become a nuclearized nation. Brazil, for its turn, ratified the Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT) and inserted itself in the non-proliferation regime as a non-nuclear armed state. However, their paths were not always different, for many years the two states argued against the rules of the treaty, which they accused of being discriminatory and of freezing power in the international system. Therefore, this research seeks to understand the reasons that led to the different choices made by Brasilia and New Delhi, which caused the events of 1998 and how these projects reflect the international aspirations of the two countries. The hypothesis raised by the work is that these choices were motivated by the relationship patterns that Brazil and India built, respectively, in South America and South Asia, highlighting the friendship and enmity patterns in the relationship of both with their regional rivals. It is argued that these patterns led to the abandonment of the nuclear option by Brazil and the conquest of the armament by India. In order to obtain the real importance and impact of regional dynamics, it is necessary to separate and understand the different levels of analysis. For this purpose, the work uses the Regional Security Complexes Theory, through which it is possible to understand the impacts that the domestic, regional, interregional and global environments have on the construction of the notions of security of the two states under analysis. Thus, combining the internal dynamics of a region and the penetration of great powers in the region, it is argued that the difference in the nuclear programs resulted from the different changes in the regional space of South America and South Asia between 1950 and 1998, which were strongly influenced, respectively, by the relations between Brazil and Argentina and between India and Pakistan.

**Keywords:** Brazil. India. South America. South Asia. Non-proliferation regime. Regional Security Complexes.

## RESUMEN

En 1998, Brasil e India decidieron por diferentes caminos en el régimen nuclear para siempre. Con las pruebas nucleares realizadas en mayo, India se ha convertido oficialmente en un poseedor de armas nucleares. Brasil, a su vez, ratifica el Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP) y se inserta en el régimen de no proliferación como un estado no poseedor de armas nucleares. Sin embargo, los caminos de ambos no siempre fueron diferentes, durante muchos años los dos estados argumentaron en contra de las reglas del tratado, que acusaron de ser discriminatorio y de congelar el poder en el sistema internacional. Por lo tanto, esta investigación busca comprender las razones que llevaron a las diferentes elecciones hechas por Brasilia y Nueva Delhi, que causaron los acontecimientos de 1998 y cómo estos proyectos reflejan las aspiraciones internacionales de los dos países. La hipótesis planteada por el trabajo es que estas opciones fueron motivadas por los patrones de relación que Brasil e India construyeron, respectivamente, en América del Sur y Asia del Sur, destacando los patrones de amistad y enemistad en la relación de ambos con sus rivales regionales. Se argumenta que estos patrones condujeron al abandono de la opción nuclear por parte de Brasil y la conquista del armamento por parte de India. Para obtener la verdadera importancia e impacto de la dinámica regional, es necesario separar y comprender los diferentes niveles de análisis. Para este propósito, el trabajo utiliza la Teoría de los Complejos de Seguridad Regional, conforme al cual es posible comprender los impactos que los entornos domésticos, regionales, interregionales y globales tienen en la construcción de las nociones de seguridad de los dos estados bajo análisis. Por lo tanto, combinando la dinámica interna de una región y la penetración de las grandes potencias en la región, se argumenta que la diferencia en los programas nucleares resultó de los diferentes cambios en el espacio regional de América del Sur y Asia del Sur entre 1950 y 1998, que estaban fuertemente influenciados, respectivamente, por las relaciones entre Brasil y Argentina y entre India y Pakistán.

**Palabras clave:** Brasil. India. América del Sur. Asia del Sur. Régimen de No-Proliferación. Complejos Regionales de Seguridad.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                        |    |
|--------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – CRS da América do Sul .....                 | 29 |
| Figura 2 – CRS do Sul da Ásia na Guerra Fria .....     | 36 |
| Figura 3 – CRS do Sul da Ásia no pós-Guerra Fria ..... | 42 |

## SUMÁRIO

|            |                                                                                       |            |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                               | <b>9</b>   |
| <b>1.1</b> | <b>Motivantes da proliferação .....</b>                                               | <b>11</b>  |
| <b>1.2</b> | <b>O regime de Não-Proliferação .....</b>                                             | <b>13</b>  |
| <b>2</b>   | <b>A CONSTRUÇÃO DAS REGIÕES E A TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA .....</b> | <b>18</b>  |
| <b>2.1</b> | <b>A escolha de uma região .....</b>                                                  | <b>18</b>  |
| <b>2.2</b> | <b>A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança.....</b>                             | <b>24</b>  |
| <b>2.3</b> | <b>O Complexo Regional de Segurança da América do Sul .....</b>                       | <b>28</b>  |
| 2.3.1      | Na Guerra Fria (1950-1991) .....                                                      | 28         |
| 2.3.2      | O pós-Guerra Fria (1991-1998) .....                                                   | 32         |
| <b>2.4</b> | <b>O Complexo Regional de Segurança do Sul da Ásia .....</b>                          | <b>35</b>  |
| 2.4.1      | Na Guerra Fria (1950-1991) .....                                                      | 35         |
| 2.4.2      | O pós-Guerra Fria (1991-1998) .....                                                   | 41         |
| <b>3</b>   | <b>O PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO (1950-1998) .....</b>                                | <b>46</b>  |
| <b>3.1</b> | <b>O programa nuclear no imediato pós-Segunda Guerra Mundial (1950-1964) .....</b>    | <b>47</b>  |
| 3.1.1      | Recuperando os níveis de análise .....                                                | 55         |
| <b>3.2</b> | <b>O programa nuclear sob os governos militares (1964-1985) .....</b>                 | <b>57</b>  |
| 3.2.1      | Recuperando os níveis de análise .....                                                | 67         |
| <b>3.3</b> | <b>O programa nuclear nos novos governos democráticos (1985-1998) .....</b>           | <b>70</b>  |
| 3.3.1      | Recuperando os níveis de análise .....                                                | 74         |
| <b>3.4</b> | <b>Conclusão .....</b>                                                                | <b>77</b>  |
| <b>4</b>   | <b>O PROGRAMA NUCLEAR INDIANO (1950/1998) .....</b>                                   | <b>79</b>  |
| <b>4.1</b> | <b>O início do Programa Nuclear e a era Nehru (1947-1964) .....</b>                   | <b>82</b>  |
| 4.1.1      | Recuperando os níveis de análise .....                                                | 83         |
| <b>4.2</b> | <b>Os testes chineses e a busca pela explosão nuclear pacífica (1964-1974) ..</b>     | <b>85</b>  |
| 4.2.1      | Recuperando os níveis de análise .....                                                | 88         |
| <b>4.3</b> | <b>A crescente insegurança e o exercício da opção nuclear (1974-1998) .....</b>       | <b>90</b>  |
| 4.3.1      | Recuperando os níveis de análise .....                                                | 96         |
| <b>4.4</b> | <b>Conclusão .....</b>                                                                | <b>99</b>  |
| <b>5</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                      | <b>101</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                              | <b>103</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, Brasil e Índia se posicionaram de forma muito semelhante dentro do regime de não-proliferação nuclear, seja na busca pelo desenvolvimento de programas próprios ou na denúncia da disparidade criada pelo Tratado de Não-Proliferação (TNP). Contudo, a partir dos anos 1980, esses dois países começam a defender posições divergentes no que concerne ao regime, culminando nos acontecimentos de 1998, quando o Brasil ratificou o TNP e a Índia oficializou seu domínio e posse do armamento nuclear.

Não bastasse a curiosidade por entender o que levou a essa diferenciação de caminhos observada por Brasília e Nova Délhi, é interessante notar que essas escolhas foram feitas na busca de se alcançar um mesmo objetivo: o de tornar-se um ator de maior status no sistema internacional. Por que dois países com o mesmo objetivo optam por caminhos opostos? Quais seriam as razões que motivaram Brasil e Índia a realizarem as suas escolhas?

Essas são algumas das perguntas que irão nortear o trabalho, estando contidas em diferentes momentos da argumentação que será feita na dissertação. Assim, com essas e outras problematizações, o trabalho permeia diferentes áreas das Relações Internacionais, como o regionalismo, a política externa e a segurança internacional.

Para alcançar tais objetivos foi escolhido como método de abordagem o hipotético-dedutivo, uma vez que a pesquisa parte de uma hipótese inicial e procura entender se ela é verdadeira ou não. A hipótese inicial é de que foram as modificações nos padrões de amizade e inimizade dentro das suas respectivas regiões – especialmente entre estes e seus principais rivais – que influenciaram Brasil e Índia nas suas atuações e escolhas dentro do regime nuclear, levando-os, ou não, a obter o armamento nuclear.

Como método procedimental o trabalho terá o método histórico-comparativo, isto é, será construída uma narrativa histórica das duas regiões e das relações dos países estudados no que tange às seguintes variáveis: o regime internacional de não proliferação nuclear; suas estratégias e históricos de relacionamento com a região, em particular com os seus respectivos rivais regionais; e, também, o seu relacionamento junto ao *hegemon*, os EUA. Para isso, é necessário que se faça a devida contextualização e para averiguar se, e como, Brasil e Índia foram levados a tomar posicionamentos a partir dos seus contextos regionais

Na busca de manter um recorte temporal que fosse representativo para ambos, foi escolhido o período que vai de 1950 a 1998 para a análise. Tal escolha justifica-se porque é na década de 1950 que se percebe o lançamento de bases mais concretas dos dois programas nucleares. Foi durante os anos 1950, por exemplo, que ocorreu a criação do Conselho

Nacional de Pesquisa (CNPq) no Brasil e a promulgação do ‘Ato de Energia Atômica’ e a criação do Departamento de Energia Atômica (DEA) na Índia.

Já o ano de 1998 foi escolhido por também ser um ano chave para ambos os programas nucleares. É nesse ano que o Brasil confirma a sua mudança de postura no regime nuclear e ratifica o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Já, na Índia, o ano demarca a efetivação da escolha que vinha sendo postergada: a de se tornar um país nuclearmente armado. Apesar de haver conduzido uma “explosão pacífica” em 1974, a Índia apenas realizou novas detonações e declarou que possuía o armamento nuclear em 1998. Esses fatos evidenciam a divergência de posicionamentos e de ações concretas dos dois países estudados no que tange aos seus respectivos programas nucleares e ao regime internacional de não-proliferação.

Nesse sentido, a fim de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa realizar-se-á em quatro capítulos, buscando avaliar a concretude da hipótese ou não. Assim, o primeiro capítulo apresentará o arcabouço teórico que irá abalizar a pesquisa, além de conceituar a noção de região que permeia o trabalho do início ao fim. Serão recuperadas as discussões sobre o que é uma região e a maneira como ela afeta e é afetada pelos Estados que a compõem. Para isso, será apresentada a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS), e como esta contribui para as análises que serão desenvolvidas ao longo da pesquisa.

A TCRS se faz importante no trabalho na medida que permite um melhor entendimento dos níveis de análise que corroboram a formação das identidades e interesses dos Estados. Assim, podemos identificar as reais influências dos níveis doméstico, regional, inter-regional e global nas construções das constelações de segurança dos diferentes Complexos Regionais de Segurança (CRS). A partir dessa separação é possível destacar a importância das dinâmicas regionais, pois a teoria nos permite uma análise que vai além das considerações globais, mostrando como essas são percebidas de forma diferente a depender dos contextos regionais.

O segundo e o terceiro capítulos procuram traçar os paralelos entre as políticas externas e nucleares do Brasil e da Índia. Nesse sentido, a análise de cada país terá um capítulo individual, de forma a realizar uma análise mais pormenorizada das particularidades de cada um. Essa análise procura apresentar de forma mais profunda a relação entre os contextos regionais e as formulações domésticas de política externa no Brasil e na Índia, bem como as escolhas para os programas nucleares a partir das diferentes realidades. Ambos os capítulos terão um recorte temporal que se inicia na década de 1950 e termina em 1998, ano em que os dois programas nucleares efetivam a opção por caminhos diferentes.

Assim, o segundo capítulo procurará apresentar de que maneira o Programa Nuclear Brasileiro (PNB) se relaciona com os objetivos da Política Externa Brasileira (PEB), seja na busca pelo crescimento e posterior desenvolvimento econômico, mas também nos anseios brasileiros de uma posição de destaque no sistema de Estados. Para tanto, serão recuperadas as relações brasileiras frente os demais Estados sul-americanos, especialmente a Argentina; e, também, as relações brasileiras com a potência hemisférica, destacando seus impactos no PNB.

No terceiro capítulo será recuperada a Política Externa Indiana (PEI) desde a independência do subcontinente indiano em 1947, com destaque para a construção do Programa Nuclear Indiano (PNI) e sua relação com as dinâmicas do Complexo Regional de Segurança do Sul da Ásia e com o Supercomplexo Asiático. Dessa forma, a pesquisa analisa o relacionamento da Índia com seus dois principais rivais, o Paquistão e a China, o primeiro no seu entorno regional, a segunda no nível continental (inter-regional). Ademais, assim como foi feito no capítulo 2 para o caso brasileiro, será traçado o histórico do relacionamento da Índia com os EUA, analisando como a relação entre ambos auxilia a compreender os caminhos tomados pelo PNI.

No intuito de apresentar a temática que será tratada nos capítulos seguintes, cabe uma reconstrução histórica e uma primeira apresentação sobre a temática nuclear e o regime de não-proliferação. A partir dessas recuperações, ficará claro como o Brasil e a Índia se inserem no regime e nos debates nucleares que se tornaram um dos principais focos de debate e disputa desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Para isso, serão apresentadas as discussões acerca das condições motivadores da proliferação e sobre a criação do principal instrumento dentro do regime de não-proliferação, o TNP, citando também outros instrumentos importantes para esse regime internacional.

### **1.1 Motivantes da proliferação**

Antes de adentrar a discussão sobre o TNP em si, cabe fazer alguns apontamentos sobre os motivantes da proliferação. Oliveira (2018) apresenta que existem dois lados para se analisar a proliferação nuclear, o da oferta e o da demanda. Portanto, iremos iniciar a discussão sobre algumas das questões que poderiam levar à busca do armamento nuclear por parte de certos países, para então apresentar o regime que se constrói para coibir a dispersão de tal tecnologia.

Quando se trabalha a questão da oferta como catalisadora da proliferação se foca, em

grande parte, na natureza dual da tecnologia nuclear, uma vez que o conhecimento, os materiais e as instalações de um programa nuclear civil podem ser aproveitados para o desenvolvimento de um programa paralelo. Assim, determinado Estado poderia se ver incentivado a desenvolver o armamento por ter fácil acesso à tecnologia necessária. Portanto, “[...] difusão de tecnologia civil pode impactar sobre a proliferação dos armamentos nucleares, através da redução dos custos e riscos envolvidos na condução de um programa nuclear militar.” (OLIVEIRA, 2018, p. 14).

A segunda forma de se ler a proliferação é pela via da demanda, ou seja, o que levaria um Estado a demandar o armamento nuclear. Oliveira (2018) apresenta que esta demanda por parte de determinado Estado pode ser “[...] fruto da sua insegurança, de seu contexto normativo e ideacional, ou de sua dinâmica política doméstica” (OLIVEIRA, 2018, p. 14). Como o trabalho procura analisar o que levou o Brasil e a Índia a optar pelo armamento, ou não, este irá destacar as motivações ligadas à natureza da demanda.

O primeiro, e para este trabalho, o mais importante, diz respeito à insegurança que determinado Estado pode sentir. A partir do argumento de Buzan e Wæver (2003) de que as principais ameaças são lidas a partir da proximidade geográfica, as percepções de insegurança de um determinado Estado seriam mais fortes no seu entorno regional. Com isso, “[...] Estados que enfrentem ameaças significativas em seu contexto de segurança serão mais propensos a buscarem um arsenal nuclear” (OLIVEIRA, 2018, p. 32).

Contudo, a partir do imperativo da segurança que leva um país a desenvolver o armamento nuclear por se sentir ameaçado, uma vez que ele o faz, seus vizinhos são motivados a procurar o mesmo fim, levando a uma corrida nuclear entre ambos (OLIVEIRA, 2018, p. 32). Apesar disso, Oliveira (2018) destaca que é preciso diferenciar os Estados nucleares, uma vez que as tecnologias e suas capacidades destrutivas e de emprego do armamento nuclear são diferentes. Nem todos os Estados seriam capazes de entrar em uma situação de dissuasão nuclear com os demais Estados nucleares, o que pode fortalecer o argumento de que a busca pelo armamento nuclear se insere mais em uma lógica de disputa regional, a partir de um contexto de capacidade materiais mais próximas, do que no nível internacional, onde as disparidades são maiores.

A segunda condição dentro dos motivantes da demanda é a que trata de normas e ideias compartilhadas. Esta condição constrói um entendimento de que “[...] a decisão dos Estados de desenvolverem armamentos nucleares [...] estaria associada a percepções (intersubjetivas) de legitimidade e de poder” (OLIVEIRA, 2018, p. 39). Portanto, se somada a anterior, o armamento nuclear poderia ser uma forma de um Estado procurar garantir sua

segurança, mas ao mesmo tempo buscar aumentar seu prestígio na arena internacional.

A última das condições diz respeito às questões de política doméstica de um Estado. Entendendo-se o Estado como um ator não unitário, com disputas internas entre grupos e elites com identidades e interesses diferentes, as modificações dentro do ordenamento político de um Estado poderia levar este à busca do armamento nuclear. Portanto,

[...] este tipo de abordagem sugere que Estados terão maior inclinação a se tornarem proliferadores quando grupos internos favoráveis à aquisição da bomba formarem uma coalizão suficientemente forte para direcionar os rumos da decisão governamental. (OLIVEIRA, 2018, p. 46).

Ademais, a abordagem que toca a política doméstica destaca três grupos fundamentais no campo nuclear: os cientistas da área nuclear, os militares e os políticos. Esses três grupos, por diferentes razões poderiam ser levados a buscar o armamento, influenciando nas decisões sobre a proliferação. Fora isso, a depender do grupo no poder, e os interesses deste, pode-se ter políticas escolhas diferentes no campo nuclear.

Nesse sentido, Solingen (1994a, 1994b) destaca que governos que tivessem orientações nacionalistas, industrializantes ou fundamentalistas teriam maior possibilidade de desenvolver um programa nuclear do que outros que favorecem uma maior liberdade econômica. Essa situação contribui, por exemplo, para explicar algumas diferenças e modificações nas posturas brasileira e indiana dentro do regime nuclear.

Com todas essas motivações, este trabalho pretende construir uma análise mais completa do que teria motivado Brasil e Índia a desenvolverem suas escolhas no período em tela analisado. Percebe-se que um único argumento seria insuficiente, portanto, a escolha pela TCRS se justifica. A partir da análise focada nos níveis global, regional e doméstico o trabalho contemplará as percepções de insegurança e segurança do Brasil e da Índia, seus anseios por maior espaço no sistema internacional e as transformações domésticas pelas quais passam ao longo dos 48 anos que serão analisados. Além disso, apresentar-se-ão as diferentes políticas internacionais no que toca à dispersão da tecnologia, contemplando, assim, a questão da oferta.

## **1.2 O regime de Não-Proliferação**

O mais importante instrumento do regime de Não-Proliferação é o TNP, o qual tem como origem tratativas bilaterais entre os EUA e a URSS, com o apoio do Reino Unido após a Crise dos Mísseis de Cuba de 1962. A discussão acerca da limitação da proliferação horizontal será, contudo, expandida a nível global, moldando o principal tratado do regime de não-proliferação nuclear a partir de 1967. Foco de críticas e contestações, o TNP demorou a

ser aceito e ratificado por muitos países, alguns deles que se opõem até os dias atuais. Contudo se tornou um dos tratados com o maior número de adeptos na década de 1990 (WROBEL, 1993).

Outros mecanismos, até mais antigos que o tratado, já existiam para controlar a dispersão da tecnologia nuclear. Entre estes destaca-se a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), a qual foi criada em 1957 dentro do sistema ONU para permitir a disseminação controlada da tecnologia. Inicialmente responsável por vistorias e monitoramento de instalações, após o TNP a AIEA também se tornou a principal responsável por estabelecer salvaguardas dentro de instalações nucleares dos signatários do tratado (WROBEL, 1993).

Outras iniciativas que dizem respeito ao regime e a questões subsidiárias foram:

[...] o controle da exportação de equipamentos e da tecnologia nuclear (o clube de Londres); tentativas de controle regional de armamentos, principalmente a noção de Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLAN); e o Regime de Controle da Tecnologia de Mísseis Balísticos (MCTR). [...] o Tratado Antártico, o Tratado de Proibição Parcial de Testes (na Atmosfera, no Espaço Extraterrestre e nos Fundos Marinhos), o Tratado dos Fundos Marinhos e o Tratado sobre o Espaço Extraterrestre contêm dispositivos proibindo a utilização destes espaços para testes ou emprego de armas nucleares. (WROBEL, 1993, p. 4).

O controle da proliferação nuclear é um assunto que perpassava diferentes campos de discussões, podendo ser abordado tanto pela questão de segurança quanto pela área da Economia Política. O presente trabalho irá se atentar para as questões de segurança, mais especificamente para a importância das percepções de ameaça e os padrões de amizade e inimizade regionais para a escolha de possuir ou não o armamento nuclear. Wrobel (1993) coloca que havia uma noção de que se outros países, que não os cinco já detentores do armamento nuclear à época, desenvolvessem o armamento nuclear aumentaria os riscos da sua utilização.

Contudo, essa percepção não é partilhada por todos. Sagan e Waltz (2003) debatem sobre esse temor: enquanto o primeiro partilha da ideia de que o aumento de países nuclearmente armados seria prejudicial, o segundo acredita que quanto mais países dominassem tal tecnologia mais seguro seria, ou seja, haveria menores chances do seu emprego. A década final do século XX e as duas décadas do século XXI presenciaram o aumento de países com o armamento nuclear, e ainda assim nenhum artefato nuclear foi utilizado. Pelo contrário, a única vez que houve o emprego do armamento foi quando havia apenas um Estado com tal tecnologia. Assim, com o benefício da análise *a posteriori*, pode-se argumentar com alguma segurança que a hipótese waltziana tem se provado correta até o presente momento.

Além disso, a questão da proliferação é dividida em dois grupos: proliferação vertical e proliferação horizontal. O primeiro diz respeito ao aumento dos estoques de armamentos



nucleares de um Estado, enquanto o segundo versa sobre o aumento de Estados que passam a dominar a tecnologia do armamento atômico. Para se resolver a primeira, foram conduzidos acordos envolvendo as duas principais potências nucleares, EUA e URSS (a partir de 1991 a Rússia), enquanto a segunda seguiu outros meios, especialmente a partir de um regime multilateral que coibia a proliferação (WROBEL, 1993).

Uma das principais críticas ao TNP e ao regime de não-proliferação é seu “[...] caráter discriminatório e ‘colonial’ [...] que pretenderia entronizar um ‘clube’ nuclear, congelando o *status quo* internacional.” (WROBEL, 1993, p. 8). Além de ser uma questão que diz respeito à percepção de segurança de um Estado, uma vez que as armas nucleares passaram a ser um instrumento poderosíssimo de dissuasão, a posse do armamento nuclear também influencia no prestígio que um Estado pode gozar no sistema internacional, uma vez que este “[...] confere prestígio e status internacional aos países que as possuem [...]” (WROBEL, 1993, p. 8).

Outra questão que envolve a proliferação e o regime de não-proliferação é a dificuldade de se separar os programas militares dos civis, visto a característica dual da tecnologia. Assim, Wrobel (1993) chama a atenção para:

[...] a tarefa de distinguir a aplicação nuclear civil da militar é sempre complexa, especialmente se o analista concentrar-se apenas nas **capabilities** de um determinado país. Além das **capabilities**, deve-se levar em consideração as intenções de um determinado país ao perseguir um programa nuclear complexo, através de uma análise que combine conhecimento minucioso de política doméstica, política externa e de defesa, assim como sua inserção no contexto regional e global. (WROBEL, 1993, p. 8, grifos do autor).

Assim, este trabalho procura responder essa segunda parte das considerações ao analisar as possibilidades de um programa nuclear civil se transformar em um militar. No caso do Brasil e da Índia essa noção é fundamental. Ambos os programas nascem com interesses e objetivos civis, contudo adquirem projetos militares ao longo dos anos, influenciados, principalmente, pelos padrões que se desenvolvem nas suas respectivas regiões.

Essa situação se acentua na medida em que Wrobel (1993) destaca que o domínio da tecnologia nuclear civil pode possibilitar sua utilização militar, na medida em que aqueles que detêm o conhecimento do enriquecimento do urânio e a posse de plutônio poderia os utilizar na elaboração de armamentos. Para evitar que muitos países pudessem alcançar a posse desses elementos, o regime de não-proliferação criou as salvaguardas para a transferência da tecnologia, evitando que essa chamada “tecnologia nuclear sensível” viesse a possibilitar o aumento dos Estados nuclearmente armados.

O regime de não-proliferação também foi alvo das potências nucleares, a França e a China, por exemplo, só ratificaram o TNP e adentraram ao regime e às imposições destes em

1992. Outros países não nucleares também somavam vozes em oposição ao tratado, Wrobel (1993) destaca que à época, os países na “vanguarda das críticas” ao instrumento eram: Índia, Paquistão, Israel, Argentina e Brasil.

Primeiramente pensado para coibir as possibilidades de uma proliferação nuclear entre as economias industrializadas, o regime foi se alastrando e a preocupação quanto ao desenvolvimento do armamento por Estados em desenvolvimento e críticos da ordem global foi passando a ser o de maior destaque (WROBEL, 1993). Essa preocupação se baseava na ideia de que “[...] certos países em vias de industrialização estariam motivados para investir na nuclearização bélica, seja por razões de prestígio e status internacional, seja em virtude de sua inserção problemática em um contexto regional instável e competitivo.” (WROBEL, 1993, p. 10).

Somam-se elementos para destacar a importância de estudos e análises que busquem responder as motivações por trás de projetos que optaram por caminhos diferentes. Brasil e Índia viam nos seus programas nucleares civis uma possibilidade de desenvolvimento, contudo questões outras nos ambientes doméstico, regional e global levaram a modificações nesses programas. Assim, analisar esses dois Estados, por maiores que sejam suas diferenças, é importante para entender como o regime de não-proliferação tem, em verdade, influências diversas sobre os países, não podendo ser compreendido segundo uma lente universal de análise.

É importante acrescentar que a evolução da tecnologia nuclear nos países em desenvolvimento não foi realizada sem projetos e acordos de cooperação com os países industrializados, especialmente no início do programa (WROBEL, 1993). Nos casos que analisaremos essa situação se torna evidente. Tanto o Brasil como a Índia buscaram apoio externo aos seus programas nucleares, na tentativa de conseguir reatores de pesquisa que viabilizassem os estudos na área, material radioativo para a operação desses reatores e contratos de instalação de usinas foram firmados pelos dois, o que permitiu o desenvolvimento no setor.

Contudo, esse momento de expansão da tecnologia e dos acordos comerciais no campo da energia nuclear para fins civis não se manteve por muito tempo. Isso se deve, sobretudo, à modificação da política nuclear estadunidense, a qual deixou colocar a questão comercial como primordial, substituindo-a pela da não-proliferação. Essa modificação foi uma das ações de maior destaque da administração Jimmy Carter, a qual se esforçou no combate à proliferação nuclear, levando outros países industrializados a fazer o mesmo (WROBEL, 1993).

Ainda que tenha avançado nas décadas finais do período da Guerra Fria, o regime de não-proliferação entrou nos anos 1990 com movimentos contrários. As decisões dos Estados que serão analisados no presente trabalho possibilitam tal entendimento. O Brasil se inseria

cada vez mais no regime, especialmente após a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e depois na ratificação do TNP, já a Índia via uma escalada nas disputas com o Paquistão, com o risco crescente do desenvolvimento da bomba por Islamabad, resultando nos testes de 1998 (WROBEL, 1993).

Os anos 1990 se iniciam com diferentes visões sobre o futuro do regime de não-proliferação. Aqueles mais otimistas imaginavam seu fortalecimento, com mais países aderindo ao arcabouço criado e abandonando sua oposição a este; já os pessimistas imaginavam uma acentuação dos conflitos daqueles que se opunham ao regime, levando ao aumento dos Estados nucleares e enfraquecendo as pretensões dos defensores da não-proliferação (WROBEL, 1993). Nas próximas páginas procuraremos analisar dois casos que apontam para resultados diferentes: um que adentrou ao regime e procurou construir acordos e instrumentos de fortalecer a não-proliferação, enquanto o outro conduziu testes e aumentou as tensões com o seu entorno regional.

## **2 A CONSTRUÇÃO DAS REGIÕES E A TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA**

Costumeiramente, argumenta-se que, encerrada a Guerra Fria, o mundo teria passado por um processo de regionalização no Sistema Internacional, isto é, o aumento da importância da região para os países, seja na área comercial ou em temas de segurança e defesa. Contudo, ainda que esta situação tenha sido percebida e, de fato, diversas iniciativas regionais tenham surgido na década de 1990, as regiões não podem ser vistas como estando no segundo plano de importância para os Estados, mesmo durante o contexto bipolar. Desde a criação do sistema de Estados como o entendemos, a região é o espaço primeiro das relações internacionais de um determinado Estado, uma vez que a proximidade geográfica impõe tais conexões, tendo importância ímpar para seus cálculos e ações (BUZAN; WÆVER, 2003).

Portanto o capítulo procurará inserir o leitor em algumas discussões sobre o que vem a ser uma região. Apesar de o termo não ter uma definição consensual ou unânime no campo das Relações Internacionais, muitos autores debatem a sua construção e utilização, optando por definições que melhor se encaixam com os modelos e temáticas que pretendem discutir.

Dessa maneira, será destacada a importância do estudo da segurança regional, a qual está inserida em lógicas próprias de rivalidade, disputas ou parcerias, ainda que não alheias às dinâmicas globais. Para sustentar tais argumentos, será apresentado no presente capítulo a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS), elaborada por Buzan e Wæver (2003), a qual servirá de arcabouço teórico para todo o trabalho.

Após a apresentação da TCRS e da razão do trabalho optar pela noção de Complexo Regional de Segurança (CRS), o capítulo se concentrará na apresentação dos dois Complexos Regionais de Segurança de maior interesse para a pesquisa: o CRS da América do Sul e o CRS do Sul da Ásia. Assim, almeja-se apresentar a importância das dinâmicas regionais para a construção da política externa de dois Estados em particular, o Brasil e a Índia, e como é a partir dos seus respectivos contextos regionais, que ambos irão construir suas estratégias de inserção internacionais, especialmente no tocante ao regime de não-proliferação nuclear.

### **2.1 A escolha de uma região**

Ao se tentar estudar e trabalhar com regiões é preciso, antes de tudo, procurar definir o que seria região para que seja possível esclarecer para o leitor o que determinado autor entende por região, e a partir de quais parâmetros será trabalhado o tema. Com diferentes interpre-

tações e definições, é preciso encontrar aquela que capte certas nuances que permitam uma análise mais completa.

Algumas interpretações serão apresentadas e combinadas, a fim de inserir as bases sobre as quais o trabalho irá se debruçar. Uma região pode ser definida, para Nye, como “um número limitado de Estados ligados por uma relação geográfica e por um grau de interdependência mútua” (NYE, 1968, vii), variando de acordo com as construções sociais feitas a partir das relações que se dão dentro de cada região (ACHARYA, 2012).

Nye (1971) complementa:

*First, regions are relative. There are no naturally determined regions. Relevant geographical boundaries vary according to purposes which differ from country to country and over time. Regional core areas can be determined and various boundaries delineated by analyzing mutual transactions and other interdependences [...]. Physical contiguity can be misleading, not only because technology, history, and culture can make “effective distance” differ from linear distance, but also because images of what constitutes a region are affected by different political interests. (NYE, 1971, p. 6-7)*

Banks (1969), chama a atenção para a não unanimidade do elemento territorial para a definição, argumentado que: “[...] *there is no generally accepted academic definition of “region” although the commonsense notion of a geographically continuous or closely related territory is widely though not universally accepted as a starting point.*” (BANKS, 1969 p. 338). Katzenstein (2005) segue a mesma linha: “[...] *simply physical constructs and ideological constructs; they express changing human practices.*” (KATZENSTEIN, 2005, p. 12), acrescentando que: “*Geographic borders creates discontinuities in perceptions and behavior. They may appear unalterable in particular historical eras, but regional borders Always remain subject to political reconstruction.*” (KATZENSTEIN, 2005, p. 17).

Portanto, essas condições atentam para a importância da construção política da região, sendo elas: “[...] *the creation of political power and purpose.*” (KATZENSTEIN, 2005, p. 21). Assim: “*Regions are what politicians and peoples want them to be*” (BANKS, 1969, p. 338), logo, elas podem variar a partir dos interesses, identidades e circunstâncias políticas que viessem a imperar.

Apesar de distintas, essas definições se aproximam bastante daquela proposta por Buzan e Wæver (2003) para os Complexos Regionais de Segurança (CRS), já que os autores enfatizam a questão da proximidade geográfica entre as unidades de um determinado complexo, além da interdependência em segurança que deve existir entre os membros de um mesmo complexo. Porém, assim como uma região, os complexos não são estáticos, podendo variar ao

longo do tempo, a partir das dinâmicas próprias de cada complexo (BUZAN; WÆVER, 2003).

O construtivismo, ao observar a importância das estruturas normativas, assim como das estruturas materiais, nas suas diferentes correntes, tenta destacar o importante papel exercido pelas identidades na construção das ações políticas e da edificação de estruturas. Estruturas que irão, de forma mútua, influenciar – e serem influenciadas por – diferentes atores de uma determinada relação.

No que diz respeito às relações internacionais não é diferente, uma vez que é a partir da interação entre os atores que foi concebida a própria estrutura do sistema internacional, que passa a influenciar os atores a adotarem determinadas regras e comportamentos, mas sendo influenciada por esses mesmos atores. Tendo em vista que o trabalho procura fazer uma análise da influência das dinâmicas que se estabelecem dentro das regiões nos projetos nucleares de Brasil e Índia, os atores selecionados serão, portanto, os Estados, e sua evolução em diferentes momentos históricos. Ainda que se concorde que estes não são os únicos atores do sistema internacional e reconhecendo todas as limitações de se tomá-los como o ator mais proeminente, tal escolha parte do entendimento de que eles continuam a ser os principais atores na esfera internacional (BUZAN; WÆVER, 2003).

Ainda assim, a escolha por analisar o caso de dois Estados – Brasil e Índia – parte do entendimento de que estes continuam a ser relevantes para o campo das Relações Internacionais. Todavia, isso não significa que tomamos o Estado, e sua relevância, como fato pacificado dentro da literatura: é a partir de elementos domésticos e da relação destes Estados com os demais, que se constroem as identidades e interesses dos mesmos (REUS-SMIT, 2001). Esta visão é ratificada por Buzan e Wæver (2003), os quais destacam a importância da estabilidade da ordem doméstica, bem como a importância da conexão entre o Estado e nação, o que impacta nas vulnerabilidades do próprio Estado. Tais elementos poderiam levar a transformações nas identidades e nos padrões de ameaça, podendo apontar potenciais de mudanças e inflexões nos CRS.

Tendo isso em mente, faz-se necessário que sejam apresentadas algumas noções sobre a teoria construtivista e a TCRS, de forma a se entender os processos de construção das regiões e das relações que se dão em seu interior. Uma vez que a TCRS traz em suas bases uma importante influência das ideias construtivistas, essa relação torna-se ainda mais frutífera para

o presente trabalho, além de permitir uma melhor compreensão das transformações nas percepções ao longo dos anos e, especificamente, nas securitizações<sup>1</sup> de determinados atores.

O construtivismo traz importantes elementos para que se analisem as dinâmicas no plano internacional e da relação entre os Estados. Além de levantar a importância das estruturas normativas, e não só os materiais, no condicionamento das ações de atores políticos. Ademais, o construtivismo ainda destaca a importância da identificação das identidades e interesses ao longo do tempo e da influência que agentes e estruturas têm um sobre o outro (REUS-SMIT, 2001). Tal posição se faz presente, também, na construção e identificação da própria noção de região, uma vez que: “*Regions have both material and ideational dimensions.*” (KATZENSTEIN, 2005, p. 10)

Além disso, as teorias construtivistas possibilitam um olhar mais histórico e relacional dos acontecimentos e dos objetivos nos diferentes campos de estudos (REUS-SMIT, 2001). Assim, o construtivismo pode ser visto como uma teoria evolutiva, visto sua capacidade de trabalhar e apresentar os comportamentos das diferentes variáveis de análise ao longo do tempo, sejam suas mudanças, os meios pelos quais elas ocorrem e elementos inerciais a essas mudanças (WENDT, 2003).

Como elemento fundamental do construtivismo e para o prosseguimento do trabalho tem-se a construção das identidades, que são formadas a partir da interação entre atores, que se reproduzem ao longo dos contatos, gerando percepções e identificação de si e do outro (WENDT, 1992). As identidades são, na visão construtivista, fundamentais para se entender os interesses, uma vez que esses são construídos socialmente, podendo se modificar à medida que as identidades variem (WENDT, 1992).

Uma importante ideia da teoria construtivista para o presente trabalho são as contribuições de Wendt (2003) sobre o que o autor chama de “seleção cultural” e as formas pelas quais ela ocorre: imitação ou aprendizado social. Enquanto o primeiro diz respeito à reprodução e, literalmente, imitação de práticas e comportamentos que são considerados como de sucesso, o segundo é o que o autor destaca, e em vista dos padrões de relacionamento entre os Estados da América do Sul e do Sul da Ásia ao longo do tempo merecem destaque.

No início do período em análise isso se torna ainda mais importante. Nos anos 1950, enquanto a Índia encontrava-se em um contexto de rivalidade com o vizinho Paquistão, ambos recém-independentes, o Brasil buscava uma aproximação com vizinhos regionais, entre

---

<sup>1</sup> Para Buzan, Wæver e Wilde (1998), o processo de securitização diz respeito a ação de um ator securitizador — não raro os Estados ou seus agentes — em definir, por atos de discurso, que um determinado tema consiste em uma ameaça, alcançando aceitação social em relação a essa construção discursiva.

eles a Argentina. De acordo com Candeas (2005), por exemplo, a relação entre Brasil e Argentina nos anos entre 1950 e 1962 está inserida em um período maior marcado pela busca por cooperação, ainda que com momentos de rivalidade.

Para Wendt (2003), o aprendizado social pode ser resumido da seguinte forma:

*To summarize up front: the basic idea is that identities and their corresponding interests are learned and then reinforced in response to how actors are treated by significant Others. This is known as the principle of "reflected appraisals" or "mirroring" because it hypothesizes that actors come to see themselves as a reflection of how they think Others see or "appraise" them, in the "mirror" of Others' representations of the Self. If the Other treats the Self as though she were an enemy, then by the principle of reflected appraisals she is likely to internalize that belief in her own role identity vis-à-vis the Other. Not all Others are equally significant, however, and so power and dependency relations play an important role in the story. (WENDT, 2003, p. 327).*

É possível perceber como as relações entre os atores variam de acordo com as bases que estes constroem a partir do contato recorrente, gerando identidades e interesses que podem ser mudados à medida que se modifica a própria forma de se relacionar. Isso é fundamental para entender os eventos que ocorreram nas duas regiões sob análise, uma vez que é por meio dos padrões de relacionamento entre os Estados que se pode compreender determinadas escolhas e ações.

No caso da América do Sul, a modificação das identidades fica evidente a partir dos anos 1980, principalmente na mudança do padrão de relacionamento entre Brasil e Argentina, os maiores países da região. É nesse período, inclusive, que a Argentina passa a ser considerada, a partir da Ata de Iguaçu de 1985, um parceiro estratégico dentro da Política Externa Brasileira (BUENO; RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2014). No Sul da Ásia, mudanças não se dão no sentido de aproximação entre os rivais regionais, a ler a Índia e o Paquistão, uma vez que as relações entre ambos são pautadas por confrontos e disputas desde a independência do subcontinente, arrefecendo ou acentuando a depender dos governos domésticos e das penetrações de atores externos (BUZAN; WÆVER, 2003; BUZAN, 2011).

Ademais, tais inflexões de identidades e interesses podem variar, também, de acordo com a atuação de Estados extra regionais. Na América do Sul percebe-se tal situação em relação aos EUA, uma vez que a depender da política estadunidense para as Américas a percepção dos Estados sul-americanos se modifica. No Sul da Ásia, por sua vez, a atuação de diferentes atores externos modifica e influencia as rivalidades internas à região. Desde a independência da Índia e do Paquistão, as disputas internacionais durante a Guerra Fria estiveram presentes nas disputas entre ambos, destacando-se os EUA, a União Soviética (e, após 1991, a Rússia) e a China – a última especialmente a partir da década de 1960.



Porém, Wendt (2003) chama a atenção para o fato de que essa relação não é sempre igual, uma vez que ainda existe o peso das capacidades materiais e as possíveis assimetrias que possam existir nessa esfera. Portanto, o autor faz a ressalva de que: “*Not all Others are ‘significant’ Others. But where there is an imbalance of relevant material capability social acts will tend to evolve in the Direction favored by the more powerful.*” (WENDT, 2003, p. 331).

Esse entendimento vai de encontro à proposição de Adler (1999) de que o poder é importante nas relações internacionais, visto que quem tiver mais poder em uma determinada relação seria capaz de influenciar de forma mais enfática nas definições de identidades, interesses e comportamentos no sistema internacional. Ao deter mais poder, um determinado ator seria capaz de melhor orientar a repartição de benefícios dentro de um sistema de Estados (ADLER, 1999), e, por consequência, dentro de uma região, sendo possível relacionar com o papel de uma liderança em um projeto de integração ou cooperação regional.

Essa diferenciação feita por Wendt (2003), somada às contribuições de Adler (1999), será de extrema importância quando se analisar as dinâmicas no campo da segurança e defesa regional. Isso ocorre, pois a assimetria de capacidades materiais existente internamente às regiões e entre estas e os atores externos que influenciam as regiões, possibilitam a maior ou menor penetração destes Estados extra regionais, impactando sobremaneira no desenvolvimento dos programas nucleares de Brasil e Índia, principal objeto do presente trabalho. Tais assimetrias irão, inclusive, ditar as possibilidades de barganha existentes no campo nuclear.

Um importante tema a se apresentar da contribuição de Wendt (2003) diz respeito às mudanças estruturais, visto que o trabalho procura analisar o impacto das mudanças que ocorreram ao longo da segunda metade do século XX e das primeiras décadas do século XXI nas escolhas e caminhos dos programas nucleares de Brasil e Índia. Essas mudanças podem ocorrer quando “[...] *actors redefine who they are and what International politics they want.*” (WENDT, 2003, p. 336 e 337).

Tendo em vista que as “[...] *identities are always in process, always contested, always an accomplishment of practice*” (WENDT, 2003, p. 340), as variações que se percebem na área de segurança regional estão intrinsicamente ligadas às identidades dos Estados e às dinâmicas de relacionamento que se constroem entre eles. É a partir das identidades dos Estados e os padrões delas resultantes que se constroem os padrões de relacionamento que pautam uma determinada região, dentre eles os padrões de rivalidade e amizade, que se materializam nos níveis de análise doméstico e intra-regional da TCRS. As identidades também resultam na construção de percepção de atores externos e das possíveis ameaças a um Estado. Portanto, os

níveis inter-regional e global são igualmente influenciados pela formação e as sucessivas alterações nas identidades, demonstrando sua importância para o presente trabalho e os objetivos que se almejam nele.

Assim, o construtivismo se insere no trabalho na medida em que propicia as condições teóricas para as transformações que ocorrem nas duas regiões, seja pela redefinição das identidades dos próprios Estados, ou mesmo pela criação – ou não – de identidades coletivas. Ao se identificar a mutabilidade nos padrões de relacionamento na política internacional, o construtivismo se faz presente na própria TCRS, a qual parte de muitas bases construtivistas para identificar os padrões de segurança regional ao redor do mundo, bem como a sua relação com o plano global e as demais regiões.

## 2.2 A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança

A TCRS tem como um dos seus objetivos diminuir o peso das grandes potências nas Relações Internacionais, conferindo maior importância a atores regionais, o que não quer dizer, entretanto, a total exclusão dos atores externos e sua influência (BUZAN; WÆVER, 2003). Essa demarcação teórica fica clara na própria definição do que compõe um CRS, podendo ser resumido, em sua forma padrão da seguinte forma: “[...] *a pattern of rivalry, balance-of-power, and alliances patterns among the main powers within the region: to this pattern can be added the effects of penetrating external powers*” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 47, grifo do autor).

Os autores ainda acrescentam que o CRS seria constituído por: “[...] *a group of states or other entities must possess a degree of security interdependence sufficient both to establish them as a linked set and to differentiate them from surrounding security regions.* (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 47 e 48). Assim, um CRS seria: “[...] *a set of units whose major processes of securitisation, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another.*” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 44).

Com essa nova abordagem, Buzan e Wæver (2003) procuram trazer e realçar o elemento de proximidade nos estudos de segurança internacional, pois “*Adjacency is potent for security because many threats over short distances than over longer ones*” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 45). Todavia, isso não significa que a TCRS menospreza ou não leva em consideração elementos extra regionais, sejam eles inter-regionais ou globais, já que a teoria

pressupõe que todos os Estados no mundo estão de certa forma dentro de uma “*global web of security interdependence*” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 46)

Portanto, a própria construção do CRS “[...] *derives from the interplay between, on the one hand, the anarchic structure and its balance-of-power consequences, and on the other the pressure of local geographic proximity*” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 45). Isto significa que na TCRS, apesar de o elemento da proximidade ser colocado como central – uma vez que é a própria região e suas unidades que constroem e moldam o que depois se torna um complexo regional de segurança – o CRS é penetrado pelas dinâmicas externas, seja de complexos vizinhos ou de disputas globais, que se tornam mais um elemento da dinâmica de determinado complexo.

Ainda assim, o elemento de proximidade tem efeitos diferentes a depender das capacidades materiais do Estado e da posição que ele ocupa no sistema internacional. As superpotências, bem como as grandes potências, são uma exceção ao elemento de proximidade, podendo conduzir suas rivalidades ao redor do planeta – ou ao menos devem ser levadas em consideração em outras regiões que não a sua – sem se acharem limitadas a um espaço geograficamente próximo (BUZAN; WÆVER, 2003).

Isso se deve ao fato de possuírem o que Buzan e Wæver (2003) chamam de “[...] *wide-ranging interests, and such massive capabilities [...]*” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 46). Portanto, quanto maior o poder de um Estado, menos restrito às questões de proximidade geográfica ele está, ao passo que o contrário também é válido, tornando os Estados com menor poder limitados pelo que os autores chamam de ‘*regional imperative*’ (BUZAN; WÆVER, 2003).

É fundamental entender como são construídos os complexos e quais são os elementos que fazem parte da sua construção e dinâmica, garantindo a continuidade ou permitindo mudanças. Para isso, os autores defendem que, ao invés de partir do nível global para o regional em uma análise, é necessário que se parta do nível regional, expandindo gradualmente para que se abarque os atores extra regionais e globais (BUZAN; WÆVER, 2003).

Com dinâmicas próprias e, muitas delas, anteriores à própria conjuntura sistêmica, as regiões são o principal, e para alguns o único, nível de preocupações de segurança. Mas esses padrões intra-regionais tampouco são tomados como dados, mas resultado da relação entre as unidades do complexo. Essa questão é resumida da seguinte forma: “*The specific pattern of who fears or likes whom is generally not imported from the system level, but generated internally in the region by a mixture of history, politics, and material conditions.*” (BUZAN; WÆVER, 2003, P. 47).

Para além da importância dos atores internos ao complexo, as regiões também se tornam um local de disputas de atores extra regionais, i.e, das potências globais. Essas atuam no nível regional, bem como no nível global, o que as leva a atuarem em outros espaços. Isso acontece, pois *“For the global powers, the regional level is crucial in shaping both the options for, and the consequences of, projecting their influences and rivalries into the rest of the system.”* (BUZAN; WÆVER, 2003, P. 47).

Porém, enquanto as disputas e dinâmicas do sistema regional são, muitas vezes, conjunturais, com mudanças na polaridade, e transformações sistêmicas, as regiões tendem a ter dinâmicas mais duradouras, sobrevivendo para além das disputas das grandes potências. Essa percepção torna o argumento da proximidade ainda mais forte, uma vez que, apesar de as grandes potências darem apoio e utilizarem as disputas e rivalidades internas, as disputas regionais vão além dessa rivalidade, resistindo, inclusive, ao fim desta, como o fim da guerra fria e às continuações de muitas rivalidades regionais demonstrou (BUZAN; WÆVER, 2003).

Portanto, partindo da necessidade de proximidade entre as unidades, um CRS é definido da seguinte forma: *“[...] a group of states or other entities must possess a degree of security interdependence sufficient both to establish them as a linked set and to differentiate them from surrounding security regions.”* (BUZAN; WÆVER, 2003, P. 47 e 48).

Os autores apresentam ainda quatro importantes objetos de análise para aqueles que pretendem entender e estudar um determinado CRS. A partir das dinâmicas desses quatro elementos é que se consegue um melhor entendimento do funcionamento do complexo. A combinação desses níveis e focos da análise seria o que os autores chamam de constelação de segurança (BUZAN; WÆVER, 2003).

Essa constelação de segurança seria formada pelos seguintes pontos: 1) questões domésticas dos Estados que compõem uma região específica, entendendo suas vulnerabilidades e sua percepção de ameaça; 2) As relações entre os Estados de uma determinada região, ou seja, as dinâmicas intra-regionais; 3) A interação entre determinada região com as regiões vizinhas, contribuindo para o nível inter-regional da análise; e, 4) As penetrações que a região sofre por parte das potências globais e suas prioridades (BUZAN; WÆVER, 2003).

A partir da constelação é possível observar como a TCRS é, com certa importância, influenciada pela teoria construtivista, uma vez que ao observar cada elemento da constelação percebe-se como são socialmente construídos, a partir do relacionamento entre atores, domesticamente, regionalmente e internacionalmente. Além disso, percebe-se a relação entre esses elementos e as questões de identidade, tanto das unidades como a identidade coletiva, no caso específico, de uma região.

Ademais, em uma análise a partir da TCRS, a definição de segurança se torna fundamental, visto que esta não é algo dado como universal e igual para todos, e sim uma construção de uma ameaça feita por certos atores que passam a entender determinado elemento como uma fonte de ameaça (BUZAN; WÆVER, 2003). Nas palavras dos autores temos a seguinte definição: “*A security issue is posited (by a securitising actor) as a threat to the survival of some referent object (nation, state, the liberal international economic order, the rainforest) which is claimed to have a right to survive.*” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 71).

A importância dessa definição pode ser vista no seguinte trecho:

*With this definition of security, the approach has clearly turned constructivist in the sense that we do not ask whether a certain issue is in and of itself a ‘threat’, but focus on the question of when and under what conditions who securitised what issues. The very act of labelling something a security issue – or a threat – transforms this issue and it is therefore in the political process of securitisation that distinct security dynamics originate.* (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 71).

Assim, a TCRS se torna muito útil para o presente trabalho por permitir que: 1) seja identificado o nível apropriado para a análise a ser feito; 2) por permitir o desenvolvimento de estudos empíricos; 3) por possibilitar que sejam estabelecidos cenários a partir das possíveis formas de um CRS (BUZAN; WÆVER, 2003).

Outra importante qualificação a se fazer é quanto a utilização do termo securitização<sup>2</sup>. Ao adotar a teoria proposta por Buzan e Wæver (2003), opto por utilizar, também, o emprego que os autores dão para a securitização. Assim, a securitização cumpre dois papéis dentro da TCRS, a ler: a natureza política da segurança, a qual está em constante disputa; e a sua maleabilidade para ser utilizada em questões-chaves (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 86).

A partir da apresentação do que é a TCRS, é possível analisar os processos de securitização dentro dos CRS, contribuindo para entender os padrões de relacionamento que serão formados em cada uma das regiões. A importância da teoria se dá na medida em que ela permite que se construa níveis diferentes de análise para as ameaças de segurança, desde o ambiente doméstico até os fatores globais de influência.

A partir dessas considerações, é possível traçar as ligações entre a TCRS e o construtivismo, inclusive na visão da própria segurança e dos processos de securitização e de-

<sup>2</sup> De acordo com Buzan e Wæver (2003), é possível entender o processo de securitização nos seguintes termos: “*A security issue is posited (by a securitising actor) as a threat to the survival of some referent object (nation, state, the liberal international economic order, the rain forest), which is claimed to have a right to survive. Since a question of survival necessarily involves a point of no return at which it will be too late to act, it is not defensible to leave this issue to normal politics. The securitizing actor therefore claims a right to use extraordinary means or break normal rules, for reasons of security.*” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 71).

securitização, os quais estão em disputa e variam ao longo do tempo, acompanhando as modificações nas identidades dos Estados. Entender um CRS como um espaço originado das relações entre os Estados que o compõem e com possibilidade de transformação, permite uma melhor avaliação dos padrões de relacionamento criados ao longo dos anos, além de avaliar a possibilidade de transformações internas e externas ao complexo.

Desta forma, com a apresentação da teoria construtivista e da TCRS, o decorrer do capítulo irá analisar os dois casos estudados pela presente dissertação, a América do Sul e o Sul da Ásia. Assim, pode-se entender de que maneira as dinâmicas dos seus respectivos complexos influenciaram nas escolhas de Brasil e Índia no que tange os seus programas nucleares.

## 2.3 O Complexo Regional de Segurança da América do Sul

### 2.3.1 Na Guerra Fria (1950-1991)

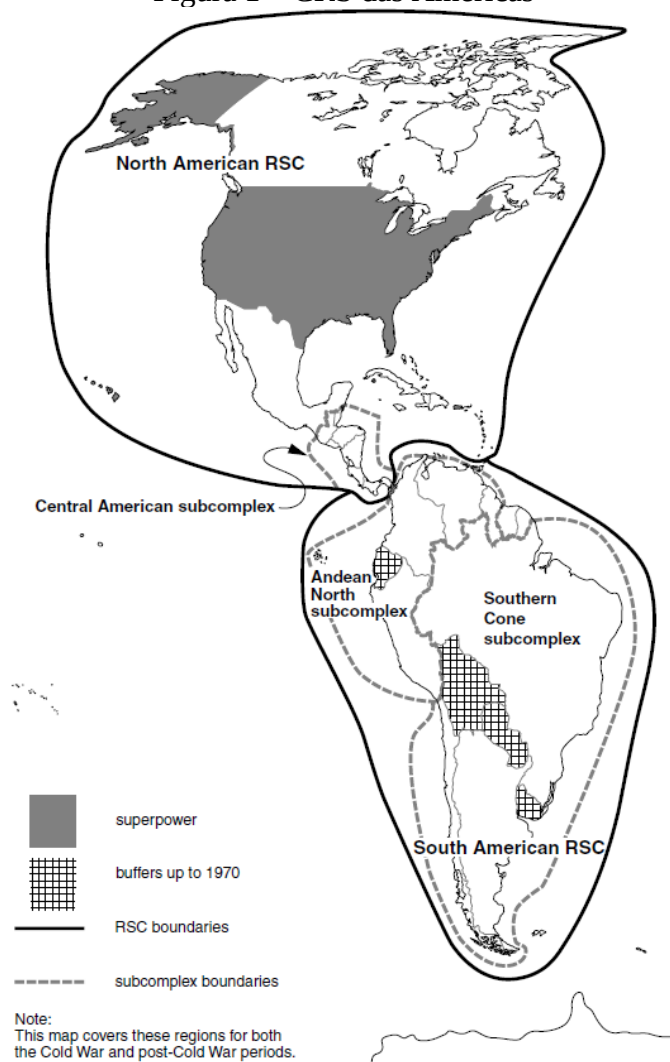
No período pós-Segunda Guerra Mundial, em especial a partir de 1947, momento que se convencionou colocar como início da Guerra Fria, os autores apontam para o aumento da penetração estadunidense na região, visto o aumento das rivalidades deste no plano global, utilizando do mesmo discurso de combate ao comunismo para atuar dentro dos complexos, inclusive na América do Sul (BUZAN; WÆVER, 2003). As dinâmicas globais também terão grande espaço nas questões de segurança e na própria securitização de ameaças na região, o que se materializa nos diversos golpes de Estado por parte das Forças Armadas (FFAA) que ocorreram na América do Sul e os conflitos domésticos entre as ditaduras e os movimentos de esquerda (BUZAN; WÆVER, 2003).

Para se analisar o CRS sul-americano, é fundamental que se entenda qual é a posição dos EUA no complexo. Como superpotência, os EUA têm a capacidade de penetração que os atores globais têm, mas no caso da América do Sul, ele também tem a atuação inter-regional, visto que os dois complexos fazem fronteira. Assim, como o CRS norte-americano é centrado nos EUA, este leva a *spillovers* das dinâmicas internas deste para a América do Sul (BUZAN; WÆVER, 2003).

Porém, os autores chamam atenção para o fato de que, devido à presença dos EUA como principal ator do hemisfério, na América do Sul essa divisão entre global e inter-regional se juntam em uma só. Pois, ao menos durante o século XX, os EUA foram: “[...] *the only major external actor* [...]” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 309). Todavia, vale destacar que a América Latina não esteve alheia às disputas geopolíticas globais, especialmente no que

se seguiu à Revolução Cubana, estabelecendo um importante aliado soviético na região. Nas décadas após a derrubada de Fulgêncio Batista e a subida ao poder de Fidel Castro em Cuba, diversos golpes de Estado foram deferidos na América do Sul sob o pretexto de evitar uma nova Cuba na região, todos apoiados por Washington, na tentativa de evitar que a URSS tivesse maior penetração em uma área de influência histórica estadunidense.

Figura 1 – CRS das Américas



Fonte: BUZAN; WÆVER, 2003, p. 266.

Apesar dessa grande influência dos EUA na região e a enorme assimetria existente entre este e os países sul-americanos, as dinâmicas de segurança do complexo da América do Sul ainda é própria e criada internamente (BUZAN; WÆVER, 2003). Isso é fundamental para entender os processos de securitização internos e para apontar a atuação dos EUA na região como penetração de um ator externo ao complexo, cuja atuação não é constante e varia de acordo com suas prioridades e cálculos (BUZAN; WÆVER, 2003).

Dessa forma, Buzan e Wæver (2003) resumem os elementos que compõem a constelação de segurança do CRS sul-americano da seguinte forma: “[...] *domestic social tensions and political instability, regional rivalries and transnational spillovers, and great power, mainly American, interventionism.*” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 309).

Dentro dos níveis de análise de um complexo, são três que precisam ser analisados: nível doméstico, nível regional e nível inter-regional – e global, que se fundem no complexo regional sul-americano, como explicado anteriormente. O esforço a seguir será fazer um breve panorama de cada um desses níveis no CRS sul-americano, a fim de fornecer o *framework* analítico do objeto aqui estudado. Na Guerra Fria, o nível doméstico dos países era fundamental para entender a securitização na região, seja pelas disputas e violências internas, e pelo fato de haver uma homogeneidade nas variações dos sistemas políticos, os autores apontam para essas variações domésticas mais ou menos uniformes na América do Sul, transitando, por exemplo, entre regimes democráticos e ditaduras militares (BUZAN; WÆVER, 2003).

Ainda no nível doméstico pode-se analisar dois momentos da relação entre os EUA e os governos da região. Em um primeiro momento, após a Revolução Cubana e a presença soviética na América Latina a partir de então, os EUA apoiaram e deram suporte aos diversos golpes de Estado na região, apoiando os governos, mesmo com as acusações da violência interna desses governos. Em um segundo momento, os EUA, a partir da administração Carter (1977-1981), passaram a condenar os mesmos regimes autoritários que antes apoiavam (BUZAN; WÆVER, 2003; NETO, 2015).

De acordo com Buzan e Wæver (2003), a novidade que a Guerra Fria apresentou foi a capacidade dos grupos de direita na América do Sul em utilizar a polarização entre EUA e URSS no nível sistêmico, para suas finalidades políticas domésticas e regionais. O que se percebeu foi uma reelaboração dos elementos domésticos para as nomenclaturas e definições da Guerra Fria, uma vez que as disputas já existiam internamente, as rivalidades e as visões de ameaça à segurança já eram elementos domesticamente construídos e securitizados, demonstrando a independência do complexo (BUZAN; WÆVER, 2003).

A redemocratização na região iniciada na década de 1980 e as reformas liberais nos 1990 diminuíram as possibilidades de uma guerra, porém levaram a outras identificações de ameaças e de securitização na região, em especial no contexto da guerra às drogas, por meio do discurso das ‘novas ameaças’ (BUZAN; WÆVER, 2003).

Feita a contextualização das dinâmicas domésticas nos países da região, é preciso analisar o nível regional ou intra-regional, isto é, quais eram as dinâmicas existentes entre os países da região. Uma primeira observação que os autores fazem é a continuação das disputas



entre os diferentes Estados da região, situação que esteve presente desde a criação do complexo e seguiram presentes ao longo do século XX, inclusive apontando para uma possível nuclearização no caso de Brasil e Argentina (BUZAN; WÆVER, 2003). Contudo, mesmo com essa situação, Candeas (2005) destaca que houve momentos e iniciativas que buscavam construir uma maior cooperação na América do Sul, inclusive entre Brasil e Argentina.

Ademais, os autores apresentam uma importante divisão dentro do complexo, dividido em subcomplexos Norte-Andino e o Cone-Sul. Cada um com características particulares, mas que ainda se mantêm unidos, por mais que possam apresentar indicativos de mudanças na própria estrutura dos complexos (BUZAN; WÆVER, 2003).

As diferenças entre os dois subcomplexos começam a se intensificar no pós-Guerra Fria, devido aos diferentes caminhos pelos quais optam os Estados de cada um. Porém, durante o momento bipolar na esfera internacional, os subcomplexos ainda apresentavam certas semelhanças, ainda que o subcomplexo Norte-Andino tivesse rivalidades mais intensas que o do Cone-Sul. Além do processo de rivalidade, foram percebidos momentos de cooperação, na tentativa de se criar novos padrões de relacionamento. Contudo, destaca-se a diferença da relação dos subcomplexos com os EUA, capaz de intervir mais na região norte do continente sul-americano. Assim, os subcomplexos passaram a apresentar indicativos de diferenciação já nos anos 1980, com as reaproximações no Cone-Sul e o avançar da Guerra às Drogas no Norte-Andino (BUZAN; WÆVER, 2003).

O Brasil passa a atuar de forma a manter o *status quo* na região, procurando contornar os possíveis conflitos na região pela via diplomática. Os autores se referem ao Brasil como estabilizador hegemônico, como aquele que viabiliza a estabilidade regional, inclusive com seu papel de promover a integração regional, principalmente após a década de 1980, seguindo a reaproximação com a Argentina (BUZAN; WÆVER, 2003).

Historicamente, os autores destacam três grandes blocos de conflitos e disputas. Cada uma delas tinham e têm lógicas próprias, que não se influenciam, mas que juntas compõem as dinâmicas e a própria constelação de segurança na região. Estas seriam, a saber: a rivalidade entre Brasil e Argentina até a década de 1980, arrefecendo com a aproximação entre ambos; as disputas entre outros Estados importantes como, por exemplo, as disputas entre Argentina e Chile ou Colômbia e Venezuela; por último as disputas e relações que envolviam os Estados tampões (BUZAN; WÆVER, 2003).

No que diz respeito às dinâmicas inter-regionais e globais que, como explicado antes, se unem na América do Sul, o que se percebe é uma grande penetração dos EUA ao longo da Guerra Fria, visto a securitização, por parte dos EUA, da ameaça comunista também na regi-

ão. A dinâmica global de ‘capitalismo versus comunismo’ esteve muito presente na região, pelo intenso interesse dos EUA em evitar uma presença soviética e de governos que simpatizassem com o regime de Moscou (BUZAN; WÆVER, 2003).

As primeiras duas décadas do conflito entre as duas potências marcou o momento de maior influência e intervenção dos EUA na região, apesar de não a nível militar como se viu na América Central e Caribe, a América do Sul passou por momentos de instabilidade e golpes de Estados financiados por Washington. Essa atuação unilateral e discricionária estadunidense é vista, pelos autores, como um dos elementos que levaram os países da região a securitizarem os EUA, entendido em diversos momentos como uma ameaça à estabilidade da região, fazendo com que os países buscassem diversificar suas parcerias a fim de balancear a penetração norte-americana na região (BUZAN; WÆVER, 2003).

Portanto, o CRS sul-americano no período da GF foi marcado por quatro importantes elementos: “(1) *Domestically instability*, (2) *contested borders and bi- or trilateral geopolitical speculation*, (3) *considerations about regional balance/hegemony mostly involving Brazil and Argentina*, and (4) *US involvement*.” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 320).

### 2.3.2 O pós-Guerra Fria (1991-1998)

Estendendo sua análise para o período imediato ao fim da Guerra Fria, os autores procuraram identificar quais foram as mudanças e continuidades na estrutura do complexo sul-americano. Logo no início da apresentação desse novo momento no cenário internacional, Buzan e Wæver (2003) destacam que certas alterações aconteceram após a queda do bloco soviético, mesmo que argumentem que a região, possivelmente, teria sido a que menos sofreu alterações com o fim da disputa bipolar entre EUA e URSS.

Uma das principais questões levantadas pelos autores é o fato de a diferenciação entre os dois subcomplexos ter aumentado em relação ao momento anterior, ainda que esse distanciamento tenha iniciado ainda nos anos 1980, sob a égide da Guerra Fria (BUZAN; WÆVER, 2003). Faz-se necessário, então, entender quais os caminhos que ambos subcomplexos seguiram nos momentos finais do século XX e de que maneira essas modificações impactaram nas relações entre os Estados da região.

Os acontecimentos do final da década de 1970, e mais especificamente na década de 1980 levaram a uma grande modificação dentro dos subcomplexos, especialmente no subcomplexo do Cone-sul, onde modificações nos padrões de amizade e rivalidade desencadearam uma nova conjuntura para o complexo que poderia levá-lo, ainda que não de imediato, a

se tornar uma comunidade de segurança, por meio do avançar do Mercado Comum do Sul (Mercosul) (BUZAN; WÆVER, 2003).

Já o subcomplexo Norte-andino experienciou um prolongamento das disputas e rivalidades existentes, com a intensificação das questões ligadas às drogas. A importância que a região passou a ocupar na política estadunidense de ‘guerra às drogas’ levou a uma intensa securitização do problema, abrindo o espaço para uma forte presença militar por parte dos EUA no contexto regional (BUZAN; WÆVER, 2003).

O que se observa no nível doméstico é a continuidade e consolidação do movimento de democratização na região que se iniciou ainda na década de 1980. Segundo os autores, esse processo teria tornado mais possível a cooperação regional na região, aumentando a previsibilidade das unidades e com maior legitimidade dos governos junto à população (BUZAN; WÆVER, 2003).

Associadas à mudança de sistema político na região, se observa a própria redefinição do papel das FFAA no contexto regional, com forte influência estadunidense nesse processo, além das reformas liberais que foram implementadas nos diversos países da região, mudando, em especial no Cone-sul, as dinâmicas de securitização, que passaram a estar mais associadas à área econômica (BUZAN; WÆVER, 2003). Destaca-se, especialmente, a importância do Mercosul para esse processo, desde o início da aproximação entre Brasília e Buenos Aires ainda sob governos militares, até a criação institucional do bloco pelo Protocolo de Ouro Preto.

No campo regional, o que se tornou mais latente nesse momento foi, a já mencionada, constante diferenciação dos dois subcomplexos existentes dentro do CRS da América do Sul, o subcomplexo Norte Andino e o subcomplexo do Cone-Sul, o que poderia levar ao desmembramento do complexo. As mudanças para levar a essa diferenciação ocorreram, majoritariamente, no Cone-Sul, podendo elas ser divididas em três: 1) a aproximação entre Brasil e Argentina, iniciada no final da década de 1970, mas que foi sendo construída ao longo dos anos até culminar na criação do Mercosul, além de cooperação na área nuclear, substituindo a rivalidade existente entre os programas que ambos desenvolviam; 2) a integração regional com o foco na criação do Mercosul; e, 3) A resolução da maior parte dos conflitos fronteiriços na região (BUZAN; WÆVER, 2003).

Ainda que os autores, à época, entendessem ser possível discutir quais seriam as reais intenções em torno do Mercosul, em especial a partir de um projeto de liderança brasileira, eles apontam para sua importância e centralidade para que se crie uma comunidade de segurança na região. Enquanto isso, o subcomplexo Norte-andino não teve tanto sucesso em mu-

dar suas dinâmicas internas que se observava desde a Guerra Fria, não alcançando uma total separação das dinâmicas de segurança em relação ao Cone Sul (BUZAN; WÆVER, 2003).

Com a continuação das disputas de fronteiras e o peso cada vez maior da ‘guerra às drogas’ na região, somada à presença financeira e militar estadunidense, percebe-se que o subcomplexo Norte-andino não logrou mudança de padrões nos anos 1990. Ainda que a própria América Latina participe do processo de securitização das drogas (CRUZ, 2017), passando a considerá-las como uma ameaça, o papel dos EUA no processo de formulação de políticas e de penetração na região tem se tornado cada vez maior (BUZAN; WÆVER, 2003).

Assim, os autores se questionam:

*Are we then witnessing an increasing split between a Southern Cone subcomplex marked by desecuritisation and integration, and a Northern subcomplex with weakening of states, increasing external involvement, and much violence at all level of society? Could one speculate that North America is extending further south?* (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 331).

A essa pergunta eles respondem que, ainda, não é a situação presente do complexo sul-americano. Esta é a posição que este texto defende que se mantém, visto a continuidade da ligação entre os dois complexos. Porém, caberia ao Brasil fazer a ponte entre ambos, mantendo firme seus interesses também na região amazônica, visto as preocupações brasileiras com os possíveis transbordamentos da guerra às drogas e da crescente presença estadunidense na região (BUZAN; WÆVER, 2003).

Como último nível de análise, as temáticas inter-regionais e globais também atuaram de maneira diferente nos dois subcomplexos, visto as transformações pelas quais estes passaram. Isso ocorre, principalmente pela nova posição estadunidense de priorizar a temática das drogas, uma vez que descartava qualquer ameaça de outra potência global em seus interesses na região, tendo sua influência mais restrita ao subcomplexo Norte-andino (BUZAN; WÆVER, 2003; HERZ, 2002).

Os autores apontam que, como dito anteriormente, a presença forte dos EUA na região levou a movimentos de securitizar a presença americana em certos momentos dentro do contexto dos subcomplexos, ainda que não seja possível isolar completamente a presença estadunidense. Essa situação aconteceu principalmente no Cone-Sul, somada a uma posição de menor interesse por parte de Washington, a sub-região foi capaz de se articular para balancear a presença e influência da superpotência, a última depois da Guerra Fria, utilizando o Mercosul como uma das formas de conseguir esse balanceamento (BUZAN; WÆVER, 2003).

Encerrando a análise do CRS sul-americano Buzan e Wæver (2003) lançam algumas questões no que tange o futuro do complexo e, por consequência, dos dois subcomplexos. Os

autores apontam para os principais pontos, à época, que mereciam atenção, que seriam o papel do Brasil como articulador e fiador de um complexo sul-americano integrado pelos dois diferentes subcomplexos; e o futuro dos projetos de integração e a possível articulação e expansão deles, em especial do Mercosul.

Essa visão do regional corrobora a tese de Bizzozero (2011), o qual argumenta que os países latino-americanos “[...] *visualizaron la respuesta regional como una herramienta de la política exterior para la inserción política internacional (y no solo competitiva).*” (BIZZOZERO, 2011, p. 32). Mais claro ainda é a visão do Brasil nesse sentido, uma vez que teria ocorrido no país, o encontro entre a ideia de desenvolvimento e da integração, desde a criação do Mercosul, pelos tomadores de decisão do Estado brasileiro e pelas elites nacionais (BUENO; RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2014).

No capítulo 2 será apresentado como esses movimentos são acompanhados pela política externa brasileira (PEB) e pelo programa nuclear brasileiro (PNB). Assim, será possível traçar, de forma mais clara, a relação entre as circunstâncias regionais e as escolhas que motivaram Brasília a abandonar a alternativa nuclear.

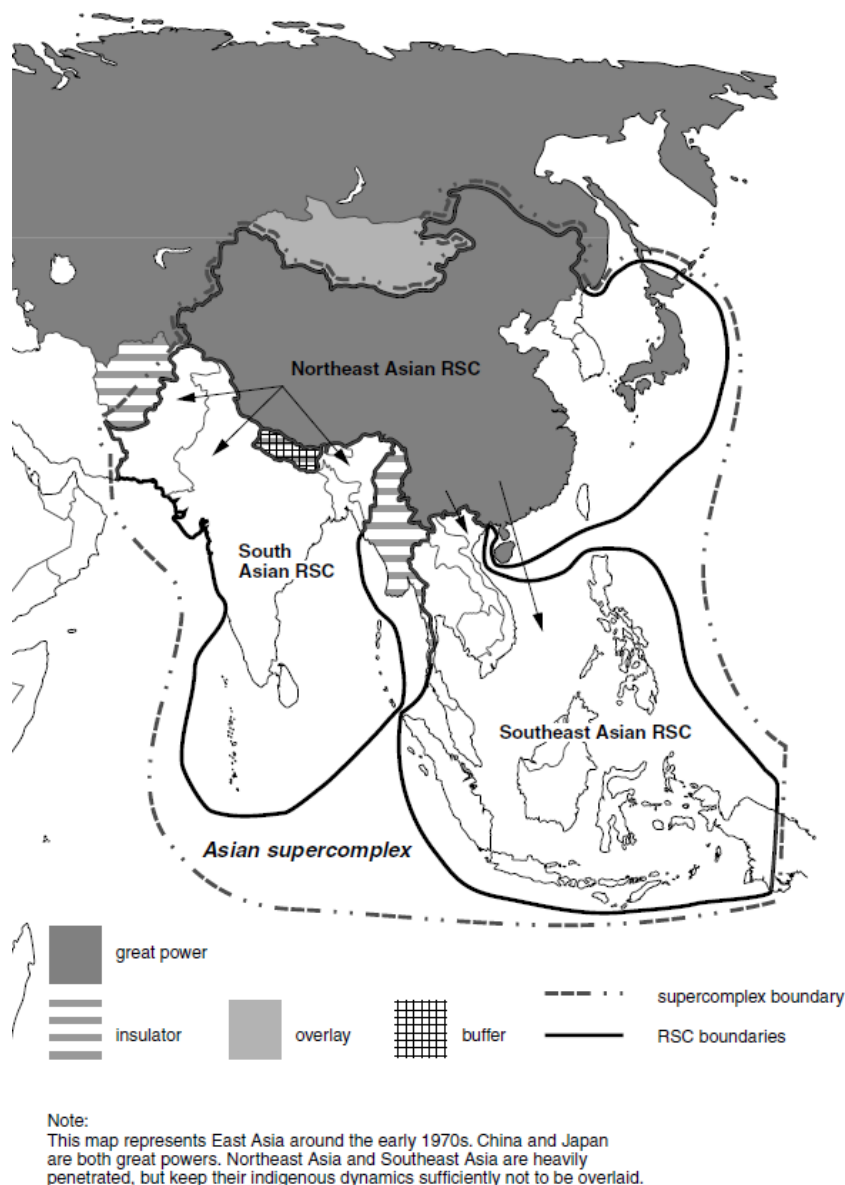
Ainda nesse capítulo, a próxima seção apresenta o CRS do Sul da Ásia, bem como a sua relação com o supercomplexo asiático e com a penetração de atores externos. Assim, será introduzida as dinâmicas regionais que motivaram Nova Délhi a realizar os testes de 1998.

## **2.4 O Complexo Regional de Segurança do Sul da Ásia**

### **2.4.1 Na Guerra Fria (1950-1991)**

Como grande parte das regiões pós-coloniais do século XX, o CRS sul-asiático teve uma origem conflitiva, a qual vai ditar o padrão de relacionamento entre os dois principais Estados que o compõe: a Índia e o Paquistão (BUZAN; WÆVER, 2003). Enquanto ainda faziam parte da Índia Britânica, os dois Estados foram idealizados em um contexto de disputas de grupos políticos durante o processo de independência.

Figura 2 – CRS do Sul da Ásia na Guerra Fria



Fonte: BUZAN; WÆVER, 2003, p. 98.

Enquanto alguns defendiam a independência de todo o subcontinente como um único Estado, secular e multicultural, outros advogavam para a separação do território, receosos da disparidade numérica entre as etnias e religiões dentro do território. Assim, o Congresso Nacional Indiano (CNI) e a Liga Muçulmana, respectivamente, tencionaram os debates que levaram a separação do subcontinente no que veio a ser a Índia e o Paquistão, o último até então dividido em Paquistão Ocidental e Oriental (CARDOZA, 2016).

Tal divisão territorial procurou seguir uma delimitação baseada na maior ou menor presença de um grupo religioso, especialmente as populações islâmicas. Minorias frente a população hindu, os muçulmanos se articularam para criação de um Estado próprio, de forma

a não estarem reféns de uma dominação política da maioria hindu. Essa situação acabou por consolidar a separação entre do subcontinente nos dois países, ficando a Índia sob a liderança de Jawaharlal Nehru, escolhido pelo CNI para a posição de Primeiro Ministro, enquanto no Paquistão a Liga Muçulmana veio a formar o governo do presidente Iskander Mirza.

Portanto, a separação do território em três espaços distintos, sendo estes associados à religião, levou a grandes processos migratórios de islâmicos até o Paquistão (tanto ocidental quanto oriental) e de hindus para a Índia. Os primeiros conflitos logo se iniciaram, com os grupos migrantes muitas vezes entrando em choque quando se encontravam no caminho de seus destinos (CARDOZA, 2016). Dessa forma, as disputas sociais se fortaleceram, perpassando as diferentes fases das relações dos países na Guerra Fria, influenciando no nível doméstico e se dissemina, também, no regional. Logo: *“Societal elements thus continued to play a role in security dynamics both at the regional level, where the interstate conflict between the two biggest powers formed the core of the RSC, and at the domestic level.”* (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 102).

As disputas entre os Estados não demoraram a seguir as demonstrações de violências vistas durante o processo de independência. Ainda em 1947, Índia e Paquistão entraram em conflito, pela primeira vez, pelo principal foco de disputa entre ambos: a Caxemira. A disputa pelo território que se encontra na região do Himalaia perpassa toda a história dos dois países enquanto independentes, ditando os padrões de relacionamento que são percebidos desde então (CARRANZA, 2014; CARDOZA, 2016).

Esse processo fez com que a própria dinâmica de securitização do complexo fosse acrescida de novas temáticas. Antes baseada na contestação da população muçulmana por maior autonomia, marcada pela atuação da Liga Muçulmana durante o processo de independência, a securitização entre ambos passou a ser realizada em função da disputa territorial pela Caxemira. Cada qual baseava sua reivindicação pela Caxemira<sup>3</sup> em suas respectivas constituições, seja pela posição secular indiana, ou pelo Estado muçulmano no Paquistão. Ambos governos se acusavam mutuamente de influenciar nas instabilidades domésticas do outro, de forma a desestabilizar o Estado na busca por suas reivindicações próprias (BUZAN; WÆVER, 2003).

Antes independente, a Caxemira, por meio de seu governante, o Marajá Hari Singh,

---

<sup>3</sup> De acordo com Kapur (2005), a disputa pela Caxemira entre os dois países se dá porque ambos acreditam ter o direito sobre o território. Enquanto a Índia defende que o território é seu de direito desde que houve sua anexação à Índia em 1947. Enquanto o Paquistão defende que o controle indiano sobre a Caxemira era ilegal e não democrático. A Caxemira, ainda hoje, continua a ser um objetivo central nas disputas entre Paquistão e Índia.

fez um pedido de entrada na Federação Indiana, em 1947 (CARDOZA, 2016). Tal pedido foi originado no temor de Singh de uma possível tentativa de anexação do território caxemir pelo Paquistão, devido ao fato de a maioria da população da Caxemira ser muçulmana. A Índia aceita o pedido, garantindo à Caxemira um status especial, e envia tropas para garantir a segurança do país.

Tal situação fortaleceu e embasou os receios paquistaneses quanto a um possível projeto imperialista indiano. Na visão de Islamabad, Nova Délhi se veria como herdeira dos antigos impérios do subcontinente, de forma que procuraria se expandir para além das fronteiras estabelecidas na independência (BUZAN; WÆVER, 2003). Dessa forma, a anexação da Caxemira ao território indiano foi interpretada como um movimento nesse sentido, para isolar mais o Paquistão na região e como o início de um processo de expansão territorial indiano.

Seguiu-se então, o primeiro conflito entre os dois países, já em 1948, o qual foi encerrado somente após a negociação de um cessar fogo mediado pela ONU. Assim, o CRS sul-asiático é criado em um contexto de conflito entre seus principais polos de poder, que chegaram a um cessar fogo no conflito, porém sem que nenhum garantisse o controle total sobre o território caxemir, o dividindo em zonas de controle, com ambos requerendo a integralidade da Caxemira.

Com uma Caxemira dividida por uma Linha de Controle, a relação entre Índia e Paquistão se desenvolve marcada pela desconfiança e por confrontos fronteiriços, alguns de menor escala e outros que se transformaram em novos conflitos abertos. Dessa forma, conflitos sociais e religiosos, que já marcavam as relações entre ambos, somam-se a disputas territoriais e político-militares, de forma a criar, durante a Guerra Fria, uma situação de bipolaridade dentro do Complexo.

O decorrer dos anos que se seguiram à independência observou a continuação das disputas entre os vizinhos, recheado de conflitos, alguns que chegaram a serem guerras declaradas, outros que foram tensões e pequenas escaramuças (BUZAN; WÆVER, 2003). Após a guerra de 1947 ainda tiveram duas outras guerras, em 1965 e 1971. A de 1965 foi a primeira após a morte de Nehru, e antes de sua filha, Indira Gandhi assumir a liderança do país em 1966 (CARDOZA, 2016; MUKHERJEE; MALONE, 2011). A última está inserida no contexto de guerra civil no Paquistão, quando o Paquistão Oriental iniciou o processo de independência, recebendo auxílio indiano, vindo a formar Bangladesh, após a derrota das tropas paquistanesas. Esse momento marcou, também, uma disparidade entre as forças convencionais da Índia e do Paquistão, mostrando a superioridade adquirida pela Índia nos



anos que se seguiram à derrota na guerra sino-indiana.

Para além de entender o complexo a partir das dinâmicas envolvendo os dois principais países deste, faz-se mister compreender como os demais Estados, ainda que de menor influência, se inserem nas dinâmicas sul-asiáticas. Com momentos de criação diferentes, seja pela independência das potências europeias ou pela independência dos países já independentes, os demais Estados que compõem o CRS do Sul da Ásia são: Sri Lanka, Butão, Nepal, as Maldivas e Bangladesh (antigo Paquistão Oriental). Ainda que tais Estados influenciem, em maior ou menor medida, na construção da constelação de segurança da região, as dinâmicas securitárias no sul da Ásia são comandadas por Nova Délhi e Islamabad (BUZAN; WÆVER, 2003).

Buzan e Wæver (2003) ainda destacam o fato de nem Índia, nem Paquistão, terem sido capazes de formar alianças com estes Estados menores, o que acabou mantendo a situação de bipolaridade do complexo. Dessa forma, não houve uma situação *bandwagoning* com a Índia por parte destes Estados, mesmo com a existência de acordos de segurança entre a Índia e Bangladesh e Sri Lanka, ou com o fato de o Nepal ser parte da zona de segurança indiana desde 1950. Tampouco tais Estados optaram por uma aliança contrária à Índia centrada no Paquistão. Assim, a Índia foi capaz de manter a base das relações da região no fórum bilateral, sobrando pouco espaço para saídas multilaterais, o que explica a fragilidade da *South Asian Association for Regional Cooperation* (SAARC) (BUZAN; WÆVER, 2003).

Como já colocado, as ligações de muitos Estados sul-asiáticos com a Índia fazem com que a atuação de Nova Délhi seja percebida nestes em diferentes momentos, inclusive com disputas e transbordamentos de conflitos sociais. A Índia se viu envolvida em diversos conflitos regionais como, por exemplo, na guerra civil no Sri Lanka, onde os laços devido a existência da etnia Tamil nos dois países, levou o país a enviar tropas para a ilha vizinha, na tentativa de mediar o conflito entre insurgentes e governo central; ou no envio de forças militares para apaziguar conflitos domésticos nas Maldivas; e com o apoio militar à guerra de independência de Bangladesh, com quem partilha os laços da cultura bengali (BUZAN; WÆVER, 2003).

Contudo, como já apresentado, não são só as dinâmicas ou ameaças internas à um complexo que condicionam as ações e identidades formadas por seus Estados, sendo preciso analisar as relações que este tem com outros níveis de análise. No caso do CRS do sul da Ásia é fundamental que se leve em consideração o nível inter-regional que se percebe com o CRS Leste-asiático, fundamentalmente devido a China. A presença chinesa que se inicia na década de 1950 com disputas fronteiriças com a Índia, levando à guerra sino-indiana de 1962, e com

a maior aproximação do Paquistão, o que tornar cada vez maior a influência de Pequim nas dinâmicas internas ao complexo (BUZAN; WÆVER, 2003; CARRANZA, 2014; DAVIES, 2004; PANT, 2009).

Outro nível de análise a se observar é a influência do nível global no complexo, especialmente como as dinâmicas da Guerra Fria vieram a se manifestar no subcontinente indiano. O que se vê é uma estruturação da região dentro dos moldes e disputas globais, com o Paquistão procurando se aliar aos EUA em diversos momentos da metade final do século XX, ainda que essa relação vacilasse ao longo dos anos, ela se fortaleceu bastante na década de 1980, seguindo à invasão soviética do Afeganistão, com os acordos militares entre os dois países (BUZAN; WÆVER, 2003; HARRISON, 1981). Ao mesmo tempo, Islamabad desenvolvia uma política cada vez mais próxima da China, especialmente a partir da década de 1960, fortalecendo-se a partir da retomada de relações entre Pequim e Washington em 1971 (BUZAN; WÆVER, 2003; GUIMARÃES, 2008).

Isolada no xadrez geopolítico, a Índia foi sendo levada a se aproximar, cada vez mais, da URSS. Apesar da política de não-alinhamento defendida por Nehru, primeiro ministro indiano, Nova Délhi teve de procurar uma relação mais especial com Moscou, na tentativa de balancear as relações na região, o que se acentuou após a guerra Sino-indiana em 1962, ainda que o discurso oficial mantivesse a defesa do não-alinhamento durante a maior parte da Guerra Fria (PANT; SUPER, 2015; PANT, 2009; HORIMOTO, 2017). A URSS se torna o principal fornecedor de armamentos para a Índia, e ambos os países assinam um Tratado de Amizade e Cooperação em 1971, o qual assegurava à Índia o apoio soviético caso China ou EUA viessem a intervir na guerra indo-paquistanesa em 1971 para defender Islamabad (BUZAN; WÆVER, 2003).

Ainda que haja relativa influência e penetração por parte das dinâmicas globais no complexo, o nível regional se sobressai a este. Como o CRS do Sul da Ásia foi um complexo que permaneceu marginal nos interesses das grandes potências, e compreendendo a influência chinesa mais como parte do nível inter-regional do que global, Buzan e Wæver (2003) apontam para o fato de que o próprio fim da Guerra Fria não representou uma transformação nas dinâmicas do complexo, uma vez que:

*South Asia was never more than a sideshow to the main events of the Cold War. Its regional dynamics were strongly autonomous and, although exacerbated by the military inputs from the global level, were neither created nor reshaped by them in any fundamental way. (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 105).*

Dessa forma, é possível compreender as relações que se seguiram à criação dos Estados independentes, bem como da articulação dos padrões criados internamente ao

complexo com as disputas globais. Ainda que sem muitas alterações no imediato pós-Guerra Fria, as duas décadas que se seguiram o fim do conflito bipolar foram marcadas por importantes transformações, nos mais diferentes níveis de análise, do nível doméstico ao global.

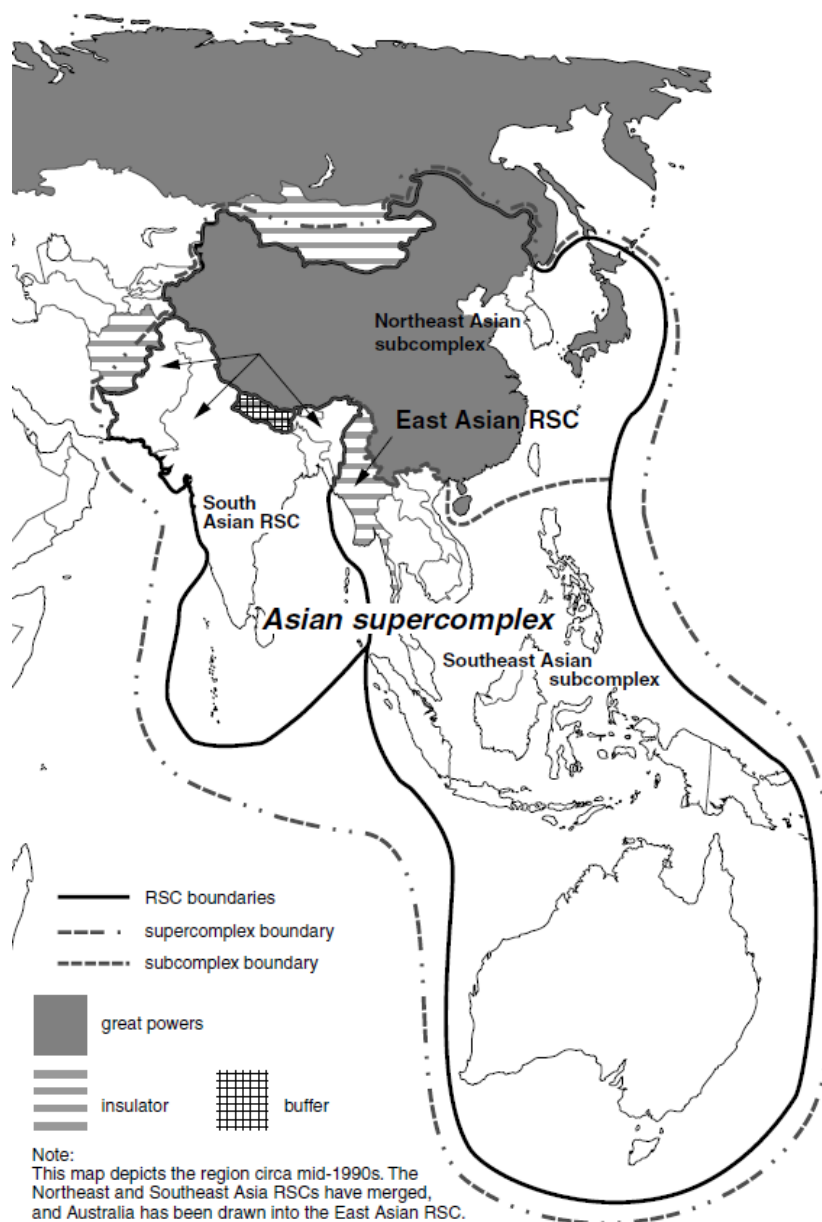
#### 2.4.2 O pós-Guerra Fria (1991-1998)

Com o fim do confronto bipolar entre as duas superpotências até então, Buzan e Wæver (2003) apontam algumas possibilidades de transformações pelas quais o complexo poderia passar frente à nova realidade mundial. Apesar de apontarem três possibilidades, para o presente trabalho duas são mais importantes, que seriam: uma possível transformação interna, caso a Índia viesse a continuar a se distanciar do Paquistão em termos de capacidades materiais, levando a uma situação de unipolaridade no complexo; e uma possível transformação externa, caso a escalada nas tensões e rivalidades entre Índia e China continuassem a crescer, havia a possibilidade do complexo sul-asiática perdesse importância em relação às dinâmicas inter-regionais (BUZAN; WÆVER, 2003).

Essas duas possibilidades se mostram mais relevantes para o presente trabalho no sentido de que são as que mais se mostram presentes no século XXI, ainda que tais expectativas possam não terem sido realizadas, os eventos que se seguiram ao fim da Guerra Fria ainda podem se desdobrar em uma dessas situações. Apesar de a diferença entre os dois países ter sido diminuída no sentido que ambos vieram a desenvolver o armamento nuclear, a situação de parcerias internacionais e de questões econômicas se mostram mais favoráveis à Nova Délhi do que Islamabad, ainda que esta última mantenha boas relações com Pequim.

É preciso entender, então, se houve algum tipo de transformação no complexo nos anos que se seguiram à queda do bloco soviético e do mundo bipolar. Como exposto na seção anterior, o fim da Guerra Fria não trouxe modificações fundamentais no CRS do sul da Ásia, contudo, alguns momentos foram importantes para os desdobramentos que se percebe desde então. Contudo, a queda da URSS teve um impacto importante na política indiana, uma vez que era o principal parceiro do país, levando a inflexões importantes na economia e, posteriormente, na política externa indiana (HORIMOTO, 2017).

Figura 3 – CRS do Sul da Ásia no pós-Guerra Fria



Fonte: BUZAN; WÆVER, 2003, p. 99

Além dos impactos na Índia, o fim do regime soviético também impactou na penetração estadunidense no complexo, afastando do Paquistão agora que não mais existia o risco de um Afeganistão sob jugo de Moscou. Apesar disso, percebe-se a continuação de algumas tendências e padrões que já se observavam durante o mundo bipolar. Com o nível doméstico sendo marcado pela continuidade dos conflitos internos e por seu transbordamento para o nível regional, o Sul da Ásia continuou marcado pela sua estrutura conflitiva. Internamente, praticamente todos os países continuaram a conter revoltas, conflitos ou distúrbios de diversas naturezas culturais, sociais e religiosas, desde a continuação da guerra

civil no Sri Lanka até desestabilizações políticas em Bangladesh e no Nepal (BUZAN; WÆVER, 2003).

O Paquistão viu as tensões internas aumentarem, e o seu envolvimento no conflito do Afeganistão levou o país a uma situação de vulnerabilidade doméstica e fragilidade política que se aproximava dos chamados Estados “falidos” (BUZAN; WÆVER, 2003). Mesmo a Índia não escapou destes acontecimentos, especialmente como o aumento da violência entre hindus e muçulmanos, impulsionada pelo crescente discurso nacional-conservador do partido nacionalista hindu *Bharatiya Janata Party*<sup>4</sup> (BJP), partido que cresceu bastante na década de 1990, acompanhando a queda do partido mais tradicional do país, o Congresso Nacional Indiano (BUZAN; WÆVER, 2003; MUKHERJEE; MALONE, 2011).

Já no nível regional, as disputas entre os dois principais países continuaram baseadas em três eixos principais, a saber: as disputas de fronteira, especialmente pela Caxemira; disputas societais e culturais, marcadas pelo avanço de discursos sectaristas nos dois países; e, também, pela rivalidade militar acentuada, com uma corrida armamentista que levou ambos a realizarem testes nucleares (BUZAN; WÆVER, 2003). Tais acontecimentos levaram a um “[...] *virtual breakdown of diplomatic relations between the two states lasting from 1994 to 1997.*” (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 108)

No ano de 1998, ambos os países conduziram testes nucleares, acentuando as disputas na região. Contudo, os discursos e a retórica ao redor de ambos os testes não foram as mesmas, com focos diferentes vindo de cada um dos respectivos governos. Ao passo que o Islamabad alegava conduzir os testes para fazer frente ao arsenal indiano, Nova Délhi argumentava que a condução dos testes de *Pokhran II* dizia respeito às ameaças impostas pela China (BUZAN; WÆVER, 2003; CHAKMA, 2005).

Como demonstração da continuação do padrão conflituoso entre os dois Estados, em 1999, Índia e Paquistão entraram em uma nova guerra, além das acusações indianas de atos terroristas na fronteira patrocinados pelo vizinho (MUKHERJEE; MALONE, 2011). Novamente o palco do conflito foi a Caxemira, na região de Kargil, conflito que não se escalou para a utilização das novas armas de ambos, apesar da incerteza do resultado que poderia ter um conflito prolongado entre dois Estados com armamento nuclear (BUZAN; WÆVER, 2003).

Apesar dos riscos apresentados e de perpetuar as disputas entre os Estados vizinhos, a guerra de Kargil representa, também, um primeiro momento de inflexão da atuação dos EUA dentro do complexo, com o apoio do presidente Clinton à Índia, a qual estaria respondendo

---

4 Partido do Povo Indiano.

aos ataques paquistaneses, ao que se seguiu a visita do presidente estadunidense à Nova Délhi (PARANJPE, 2013; MOHAN, 2006; PANT; SUPER, 2015). Tais movimentos, marcam algumas importantes modificações da penetração de atores externos à região no complexo, o que se tornará ainda mais forte a partir dos anos 2000.

Percebe-se que o nível inter-regional ainda mantém grande importância para o complexo, quiçá vindo a desempenhar papel cada vez mais fundamental. Os padrões que antes ligavam Índia e Paquistão aos interesses chineses se mantivera, ao menos no primeiro decênio do fim da Guerra Fria, com a proximidade entre Islamabad e Pequim, e a contínua insegurança com que Nova Délhi via tal parceria (BUZAN; WÆVER, 2003). Soma-se a essa situação o crescente papel e espaço que a China passa a ocupar nos cálculos indianos, levando o próprio ministro da defesa da Índia, George Fernandez, o qual ocupava o cargo durante os testes de 1998, a alegar que a principal ameaça ao país era a China (BUZAN; WÆVER, 2003).

É importante destacar que esse ganho de importância que o nível inter-regional vem tendo aponta tanto para uma continuidade, como para a uma possível transformação, que pode levar a uma perda de importância do nível regional (interno ao complexo sul-asiático). Isso pode vir a ocorrer de duas maneiras: caso a Índia continue a modificar sua retórica e foco de ação, procurando atuar cada vez mais em outras regiões da Ásia, expandindo sua atuação para fora do subcontinente, como a entrada no Fórum Regional da ASEAN (ARF); e, também, caso o Paquistão continue a perder sua capacidade de competir com a Índia (BUZAN; WÆVER, 2003; PANT, 2013). Essa elevação de importância do nível inter-regional também é acentuada pela política indiana intitulada ‘*Look East*’, por meio da qual procurava essa maior atuação no leste da Ásia e na região da Ásia-Pacífico, assim como buscava maiores laços com países do centro da Ásia e do Oriente Médio (MUKHERJEE; MALONE, 2011).

Desde a redução e esfriamento das relações entre EUA e Paquistão após o fim da invasão soviética do Afeganistão, Islamabad perdeu crescentemente sua capacidade material de impor uma competição ao aparato militar convencional indiano, pois Washington cortou o fornecimento de armamentos que antes repassava ao país. Tal fato deve-se, em grande parte, ao aumento da importância na política externa estadunidense da agenda da não-proliferação, o que impactará, também, na própria aproximação entre Índia e EUA que tentou se realizar em meados da década de 1990 (BUZAN; WÆVER, 2003).

Apesar dessa situação, para Buzan e Wæver (2003) é possível alegar que, no imediato pós-Guerra Fria, não houve modificação substancial nos padrões existentes no nível global de análise, pois mesmo com o fim da URSS, a Índia reestruturou sua parceria com a Rússia não

muito depois, e Washington e Pequim, continuaram com laços mais próximas à Islamabad. O que acaba se perdendo após os testes de 1998, com as sanções aplicadas pelo governo de Clinton a ambos os países sul-asiáticos e o congelamento das relações entre estes (BUZAN; WÆVER, 2003; PARANJPE, 2013; CHARNYSH, 2009).

Essa relação entre o nível inter-regional e global é algo de fundamental importância para o presente trabalho, pois é uma importante diferença entre o CRS do Sul da Ásia e o CRS da América do Sul. Enquanto a América do Sul securitiza fundamentalmente os EUA, o Sul da Ásia convive com a penetração de mais de uma grande potência, destacando-se a China e os EUA. Portanto, essa diferenciação nas constelações de segurança é de vital importância para o decorrer do trabalho, bem como para entender as políticas externas brasileira e indiana, e como estas levarão aos caminhos que os dois programas nucleares terão, com a definitiva separação entre eles em 1998.

Nos próximos capítulos serão apresentados os programas nucleares de Brasil e Índia, e como estes se inserem dentro das políticas externas de ambos os países ao longo dos anos. Serão analisadas as estratégias e as respostas dos diferentes governos nos diferentes momentos do século XX, procurando identificar os momentos chaves das políticas nucleares, destacando-se suas causas e justificativas.

### 3 O PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO (1950-1998)

Surgindo no desenrolar da II Guerra Mundial, os debates sobre a tecnologia nuclear passam a representar elemento de profunda importância no Sistema Internacional, tornando-se imprescindível para entender a criação da ordem mundial do pós-Guerra. Diversos Estados desenvolvem o interesse por referida tecnologia, seja visando seus benefícios econômicos, energéticos ou militares. O Brasil não foi exceção.

Segundo Patti (2014), o início da era atômica consistiu em um momento único tanto para países do Norte quanto para os do Sul Global, uma vez que apresentava novas oportunidades energéticas e de *hard power* para aqueles que possuísem tal tecnologia. No caso brasileiro, a literatura inicia suas considerações sobre sua trajetória nuclear entre as décadas de 1940 e 1950, inclusive em um período pré-bomba atômica quando o país realiza acordos de exportação de materiais radioativos para os EUA (BERMANN, 2005).

Na sequência, com o começo do programa nuclear, o país inicia as importações de tecnologia nuclear para fins civis dos EUA e, após a segunda Guerra Mundial, da Alemanha Ocidental. Contudo, segundo Spektor (2017), tais motivações para adquirir a tecnologia nuclear não seriam puramente para necessidades energéticas ou por competição armamentista regional imediata. Elas se relacionariam à modernização econômica do país, com consequências benéficas para a competitividade da indústria nascente em meio ao nacional-desenvolvimentismo, em consonância com os princípios da política externa varguista<sup>5</sup> (CNEN, 2019; HIRST, 1996; PATTI, 2014).

Contudo, a evolução do programa nuclear aponta para uma situação diferente da apresentada por Spektor. O presente trabalho argumenta que o recrudescimento das tensões na relação entre Brasil e Argentina impactou o PNB, especialmente no governo Geisel. O governo Geisel, o qual a literatura sobre política externa brasileira consagra como o momento de maior tensão das relações Brasil e Argentina, é também o período em que mais se destaca a importância de possuir o armamento, como Gaspari (2004) apresenta em diversos discursos, inclusive do então presidente.

Após esse momento, a década de 1980 traz uma reaproximação entre os países que modifica a relação entre os vizinhos. Historicamente rivais na região, a penúltima década do

---

<sup>5</sup> De acordo com Hirst (1996), é possível destacar que a Política Externa brasileira no segundo governo Vargas se apoiava em duas ideias principais: 1) a importância da ação externa para o desenvolvimento, ou seja, era preciso que a política externa apoiasse e viabilizasse o desenvolvimento nacional; 2) Além disso o governo procurou manter o alinhamento político e militar aos princípios do ocidente, como se percebe, entre outros momentos, pelo acordo militar com os EUA em 1952 e da própria escolha do chanceler e a atuação do Itamaraty.



século XX presenciou os movimentos para se redefinir a relação entre ambos, modificando suas identidades e até suas percepções de ameaça, após elas terem atingido o pior patamar em muitos anos.

O presente capítulo almeja analisar a evolução do Programa Nuclear Brasileiro (PNB), de sua concepção até a ratificação do TNP pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998. Tendo a TCRS como suporte, o capítulo apresentará as escolhas e decisões do PNB à luz dos acontecimentos nos diferentes níveis de análise, para destacar a importância que o relacionamento com a Argentina, bem como as inflexões percebidas neste, tem para a compreensão dos caminhos nucleares brasileiros.

O capítulo apresentará esses 48 anos de política nuclear brasileira em três momentos: o primeiro irá trabalhar o PNB de sua formulação na década de 1950 até o golpe civil-militar de 1964; na segunda parte será apresentada a política nuclear dos governos militares de 1964 a 1985; e, por último, trabalharemos como o programa nuclear foi pensado pelos governos após a redemocratização entre 1985 e 1998.

### **3.1 O programa nuclear no imediato pós-Segunda Guerra Mundial (1950-1964)**

Ainda durante o conflito entre os Aliados e o Eixo, o Brasil se insere no regime nuclear ao acordar – de forma secreta – a venda e exportação de matérias primas físséis aos EUA, seguindo a descoberta de importantes reservas de recursos radioativos em território brasileiro (CNEN, 2019; JESUS, 2011; FLEMES, 2006). Em 1945, Brasil e EUA iniciam uma cooperação nuclear, assinando o primeiro acordo atômico secreto que previa exportação de minerais físséis radioativos brasileiros, além do acordo realizado na Conferência Pan-Americana de Chapultepec no mesmo ano que regularizava a venda de areias monazíticas do Brasil para a superpotência. Além desses, até meados de 1950 ocorreram mais três acordos atômicos, de venda de terras raras e monazita brasileiras (CNEN, 2019; PATTI, 2014). Ambos os países começam uma cooperação na área militar que será alvo de intenso debate nos anos seguintes, dividindo atores estatais e da sociedade civil sobre a sua validade e benefícios.

Logo em 1946 a Organização das Nações Unidas (ONU) cria a Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas, sendo o Brasil representado pelo Almirante da Marinha do Brasil Álvaro Alberto, que mais tarde será o primeiro presidente do CNPq após sua criação em 1951 (CNEN, 2019; JESUS, 2011; WROBEL, 2017). Seguindo os desdobramentos da comissão é criada, no Brasil, a Comissão de Estudos e Fiscalização dos Minerais Estratégicos em

1947, de forma a possibilitar um maior controle sobre a exportação de recursos radioativos (CNEN, 2019).

Apesar dos primeiros passos dados ainda na década de 1940, é apenas a partir dos anos 1950 que o Brasil passa a criar os pilares necessários para a implementação de um Programa Nuclear, além de lançar as bases teóricas e objetivos que deveriam guiar o decorrer do projeto (BARROS; PEREIRA, 2010).

Mesmo que a maior institucionalização tenha ocorrido apenas na década posterior ao lançamento das bombas atômicas, o Brasil já demonstrava sua posição no regime nuclear ao ser, juntamente com a URSS, um dos dois países a vetar a criação de um Conselho Internacional para Controle das Reservas de Urânio no mundo, proposto pelos EUA na Comissão de Energia Atômica da ONU em 1946 (FLEMES, 2006).

O segundo governo Vargas (1951-1954) é marcado pela sua posição em defesa da industrialização e do desenvolvimento nacional, ainda que se mantivesse alinhado politicamente e militarmente ao ocidente. Para isso, a PEB do período tinha por objetivo a obtenção “[...] do exterior, notadamente dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, os recursos financeiros e técnicos requeridos para a execução de seu projeto nacional-desenvolvimentista.” (JAGUARIBE, 1996, p. 27). A partir desse princípio, é possível analisar os posicionamentos brasileiros na esfera nuclear, bem como a construção de um arcabouço institucional interno para responder às demandas de criação do setor, bem como as contradições que surgiram entre os grupos de interesse internos (JESUS, 2011; RECKZIEGEL, 2011).

Nesse contexto, no início dos anos 1950, o Estado brasileiro pretendeu avançar na agenda autônoma de endogeneização da tecnologia nuclear, não mais desejando estar somente em posição de exportador de matéria-prima para o mundo atômico. Internamente, o almirante Álvaro Alberto fazia esforços científicos — como a criação de centros de pesquisa e empresas organo-químicas — para o desenvolvimento endógeno dessa tecnologia, visando constituir um programa nuclear formal (SPEKTOR, 2017; CNEN, 2019; PATTI, 2014).

É com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1951, sob a liderança de Álvaro Alberto que o Brasil passa a desenvolver sua estratégia para a área nuclear. Para tanto, o CNPq encabeça a aprovação da Lei 1.310, um exemplo de posicionamento prático do governo nessa tentativa autonomista consiste na defesa da “compensação específica”, a qual basicamente versava sobre as contrapartidas que o Brasil deveria exigir pela exportação de material radioativo para os EUA, as quais eram a colaboração científica e técnica por parte dos estadunidenses (RECKZIEGEL, 2011; WROBEL, 2017). O objetivo central da Lei era garantir que fosse repassada ao Brasil o *know-how* da

área nuclear, a partir da venda de equipamentos como reatores nucleares por parte dos EUA (RECKZIEGEL, 2011).

Contudo, havia sido criado em 1946 o Ato McMahon nos EUA, o qual vetava a venda de equipamentos e da oferta de cooperação técnico-científica na área de energia nuclear por parte dos EUA para outros Estados (RECKZIEGEL, 2011; WROBEL, 2017). Assim, é possível vislumbrar como os interesses dos dois países no contexto da área nuclear passam a entrar em conflito continuamente, de modo que as divergências entre Brasil e EUA nessa temática aumentaram com o passar dos anos

Em 1952, ainda durante o segundo governo Vargas, o Brasil acorda a exportação de material radioativo para os EUA através do Acordo Militar Brasil-EUA (FLEMES, 2006; CERVO; BUENO, 2011). Tal acordo foi negociado pela Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos (CEME) vinculada ao Itamaraty, e seu resultado não levou em consideração as contrapartidas previstas na Lei 1.310, não recebendo o Brasil nenhuma forma de transferência tecnológica pela exportação de toneladas de cério e monazita nos três anos de vigência do acordo (RECKZIEGEL, 2011; FLEMES, 2006). Em 1954, novo acordo no campo atômico foi assinado, também sem exigir a contrapartida estadunidense no fornecimento da tecnologia nuclear (CERVO; BUENO, 2011).

Percebe-se, portanto que

[...] o “programa atômico” do Governo Vargas adota política tripartite: prospecção mineral, industrialização do urânio e desenvolvimento da tecnologia nuclear. O CNPq ficava encarregado de formar especialistas na área, construir infraestrutura para pesquisa e industrialização do urânio e obter matéria-prima. Álvaro Alberto acreditava que o Brasil atingiria independência econômica e, consequentemente, segurança nacional por meio da ciência e da energia nuclear (FERREIRA; LIRA, 2016, p. 84)

Fica evidente que, ao longo do período posterior à bomba nuclear, a lógica de cooperação entre nuclearizados e não-nuclearizados se reverte, e ainda na década de 1950 observa-se que o receio dos EUA era crescente sobre países em desenvolvimento tendo acesso a tais tecnologias. Por isso, restringe o acesso desses países, inclusive o Brasil, aos conhecimentos e equipamentos necessários, apesar de ter colaborado no início. Em meio à internacionalização de tal vigilância e controle, materializada na criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em 1957, o Brasil engajou em acordos de cooperação com países europeus e outros para usos civis e pacíficos de energia atômica (SPEKTOR, 2017; ANDRADE; SANTOS, 2009; PONTES, 1989).

Essa situação levou Álvaro Alberto a buscar novas alternativas para adquirir os meios tecnológicos necessários para o PNB, acordando com a França a produção de urânio metálico

nuclearmente puro e, em 1954, com a República Federal da Alemanha, a compra de três ultracentrífugas para o Brasil, compra que foi impedida por forças britânicas a pedido dos EUA que, ocupando a Alemanha à época, vetaram o despacho das centrífugas para território brasileiro (FLEMES, 2006; JESUS, 2011; RECKZIEGEL, 2011; WROBEL, 2017; CERVO; BUENO, 2011). Essas ações seguiam as diretrizes que o Almirante Álvaro havia planejado para o CNPq, a ler: o desenvolvimento de uma política nacional de energia nuclear para possibilitar o enriquecimento de urânio, o desenvolvimento de reatores e a diversificação de parceiros para o desenvolvimento tecnológico e científico do Brasil, a fim de reduzir a dependência dos EUA na esfera nuclear (JESUS, 2011; WROBEL, 2017).

A posição de Álvaro Alberto não era partilhada por todos no governo brasileiro, principalmente por membros do Itamaraty, que almejavam maior proximidade com os EUA. Assim, gera-se um contraste nas ações da CEME e do CNPq, demonstrando as divergências internas ao Estado brasileiro no que tange o PNB e a própria ação externa do país no regime de não proliferação (BERMANN, 2005). Ao passo que o CNPq, na figura do Almirante Álvaro e do conselho deliberativo, assim como de outras figuras ligadas à área do desenvolvimento tecnológico do país tinham uma posição de atuação mais autônoma para o país, o Itamaraty, representado pelo chanceler João Neves da Fontoura, defendia uma parceria mais próxima aos EUA, fornecendo as matérias-primas radioativas através dos acordos firmados na busca por manter boas relações com os parceiros “tradicionais” do país (JESUS, 2011).

O peso dos defensores de uma relação mais próxima dos EUA falou mais alto ainda na primeira metade da década de 1950, pois o governo de João Fernandes Campos Café Filho (1954/1955), alçado ao cargo após o suicídio de Vargas, elevou os EUA ao status de “parceiro preferencial” nos acordos que visassem o PNB (RECKZIEGEL, 2011). Ademais, o Almirante Álvaro foi exonerado da presidência do CNPq, marcando um momento no qual o Brasil se alinha de forma “incondicional” aos EUA, como aponta Reckziegel (2011), mesmo que as contrapartidas da Lei 1.310 não fossem garantidas por parte dos estadunidenses (WROBEL, 2017).

O governo Café Filho, mais próximo aos EUA do que o segundo governo Vargas também realizou acordos na área atômica com Washington. Em 1955 os dois países assinaram um acordo de cooperação sobre os usos civis da energia atômica e, também, o Programa Conjunto de Cooperação para o Reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil. Segundo Cervo e Bueno (2011):

O primeiro, entre outras coisas, estabeleceu “facilidades para o intercâmbio de informações sobre projetos, construção e financiamento de reatores de pesquisa...” e o segundo destinava-se à “execução de um vasto programa de levantamento das pro-

víncias uraníferas brasileiras”, para o que os Estados Unidos forneceriam técnicos, informações e equipamentos. (CERCO; BUENO, 2011, p. 306).

Ainda no que tange os acordos assinados pelo governo Café Filho, os EUA procuraram garantir que estes tivessem sempre a finalidade pacífica, impondo salvaguardas para conclusão das tratativas, como de praxe na política estadunidense dos “Átomos para a Paz”, política lançada no governo Eisenhower (1953-1961). Contudo, a aceitação dessas exigências foram alvo de ataques por parte de grupos domésticos, especialmente daqueles que defendiam um projeto mais autônomo, os nacionalistas (CERVO; BUENO, 2011). Essas disputas eram, em grande parte, materializadas nas disputas que foram travadas ao longo da década de 1950 entre o Itamaraty e o CNPq, especialmente entre o almirante Alberto e o chanceler Neves da Fontoura.

Os acordos, mesmo que criticados, só foram possíveis com a modificação da política estadunidense de 1954, o *Atomic Energy Act*, que permitia ao país realizar transferência de conhecimento e tecnologia no que toca a energia atômica, algo até então restrito. Assim, os defensores do acordo destacavam os avanços que teriam sido possibilitados por estes, na medida em que finalmente alcançavam as compensações específicas no campo nuclear (CERVO; BUENO, 2011).

Os debates em torno dos acordos tomaram grandes proporções, especialmente com as acusações dos nacionalistas ao governo, o qual teria mudado a política atômica do Brasil em favor dos interesses estadunidenses. Não bastasse as disputas políticas entorno da estratégia a se adotar na área nuclear, a divulgação de “documentos secretos”, alguns que tinham como origem a embaixada dos EUA, levaram a disputas a alcançar novos estágios (CERVO; BUENO, 2011).

Nesse contexto, devido a tais restrições e aos entraves no poder de negociação externo e interno brasileiro — submetido ao ambiente democrático e à lógica da Guerra Fria — os projetos práticos para o desenvolvimento do programa nuclear foram postergados para o fim da década de 1960 (SPEKTOR, 2017; HIRST, 1996).

Após a eleição de Juscelino Kubitschek (1956-1960), adversário da agenda de Café Filho, o Brasil passa por uma reestruturação da sua atuação externa e do próprio programa nuclear. O governo do presidente Kubitschek teve como principal objetivo o desenvolvimento, pautando as decisões domésticas e a atuação internacional do país. O plano de metas proposto pelo presidente pretendia criar as bases de um desenvolvimento que possibilitasse a superação do subdesenvolvimento. Ao mesmo tempo, a diplomacia brasileira e o próprio presidente procuraram angariar apoio externo, financiamento e tecnologias que viessem a corrobo-

rar para esse objetivo, destacando-se a proposta do presidente da Operação Pan-Americana (OPA), que veio a ser rejeitada (CERVO; BUENO, 2011).

Nesse contexto, é criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional a fim de investigar questões ligadas à Política Externa e ao PNB, especialmente por parte dos agentes do Itamaraty, tendo em vista os acordos firmados pela CEME (RECKZIEGEL, 2011; BERMANN, 2005). Caso as denúncias viessem a se confirmar, os acordos poderiam ser denunciados (CERVO; BUENO, 2011).

Os parlamentares que compunham a CPI defendiam uma parceria com os EUA em pé de igualdade, e não da forma como vinha sendo conduzida pelos representantes do Estado, em total descaso com a legislação nacional e com os anseios de um desenvolvimento mais autônomo por parte do Brasil (RECKZIEGEL, 2011). Essa perspectiva de busca por um desenvolvimento do PNB estava contida no Plano de Metas, o qual versava na sua segunda meta, de assuntos relacionados à produção e uso da energia nuclear (JESUS, 2011).

Em um esforço para criar um órgão que viabilizasse os anseios no campo nuclear, o governo brasileiro cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), em 1956. À CNEN, entre outras prerrogativas e funções, competia a suspensão das exportações para os EUA que foram negociadas pela CEME (JESUS, 2011). Ademais, a criação da CNEN levou à extinção da CEME (PATTI, 2014). De acordo com Wrobel (2017), a criação da CNEN tinha como ideia: “[...] *founding a centralised agency, subordinated directly to the President, and with autonomy to formulate and implement policy was based on the successful example of the US Atomic Energy Agency.*” (WROBEL, 2017, p. 266).

Ainda em 1956, o governo Kubitscheck cria o Instituto de Energia Atômica (IEA) – que veio a se chamar Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) a partir de 1979 – e viabiliza o envio de estudantes e técnicos brasileiros para os EUA, na tentativa de possibilitar o desenvolvimento de uma capacidade técnica inicial para o programa nuclear do nacional (WROBEL, 2017).

Dessa forma o governo brasileiro enxerga uma possibilidade de enfim adquirir reatores e outros equipamentos para o desenvolvimento do programa nuclear junto ao Programa estadunidense Átomos para a Paz – oportunidade criada pela revisão do Ato MacMahon –, além da criação do Instituto de Energia Atômica para receber os reatores (JESUS, 2011; WROBEL, 2017). Assim, em 1957, o Brasil assina um novo Acordo de Cooperação para os Usos Cíveis de Energia Atômica e consegue, enfim, a importação de reatores nucleares para pesquisa junto aos EUA (FLEMES, 2006; CERVO; BUENO, 2011).

Bermann (2005) argumenta que no governo JK “Foram estabelecidas diretrizes para uma política nacional de energia nuclear, em que há uma tentativa, através de medidas aparentemente contraditórias, de resgate da autonomia no setor” (BERMANN, 2005, p. 137). Em 1959 chegou a ser lançado um projeto para construir a primeira usina nuclear brasileira, contudo o projeto Mambucaba não contou com o apoio necessário para sua implementação (BERMANN, 2005).

Contudo, de acordo com Wrobel (2017) “*Despite the command of CNEN, the research facilities implemented were lacking in real coordination. They ended up following their own research interests, due to the absence of a clear-cut national programme.*” (WROBEL, 2017, p. 267). Além disso, faltava ao país a capacidade financeira para viabilizar um programa, uma vez que as unidades de pesquisas demandavam uma soma alta de recursos e não havia grande participação do setor privado para partilhar os gastos, o que dificultou a criação de uma infraestrutura para o PNB (WROBEL, 2017).

No fim dos anos 1950 e início dos anos 1960 as discussões dentro do campo nuclear também eram acerca de modelo seguir. De acordo com Wrobel (2017), havia dois modelos alternativos em disputa: o primeiro dizia respeito a opção por reatores movidos a urânio não enriquecido e águas pesadas, ao passo que o segundo era a aposta em reatores movidos a urânio enriquecido (o qual era ligado a programas nucleares militares).

As dificuldades em conseguir matéria prima e os custos de tais programas levaram, ao menos no início, os cientistas e as elites brasileiras a apostarem no primeiro, ainda que defendessem uma alternativa nacional. Os cientistas do Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR) de Belo Horizonte defendiam que o Brasil tinha que buscar desenvolver tecnologias que possibilitassem a operação de reatores a base dos recursos naturais abundantes no país, especialmente o Tório, motivo pelo qual vieram a ser reconhecidos como o “Grupo do Tório” (WROBEL, 2017).

Em outra ponta, alguns cientistas apontavam que essas dificuldades de acesso à tecnologia e a materiais radioativos para operar os reatores significava uma necessidade de o país absorver a tecnologia internacional ao invés de tentar produzir uma própria. Assim, esses defendiam que o Brasil deveria explorar a suposta relação especial com os EUA para obter os materiais necessários (WROBEL, 2017).

Os dois últimos governos antes do golpe civil-militar de 1964 mantiveram a postura que vinha sendo adotada até então, apostar no desenvolvimento da tecnologia nuclear a partir de reatores baseados no urânio natural e na água pesada. Outra similaridade dos governos

Quadros e Goulart com o período JK foi não conferir prioridade ao programa nuclear (WROBEL, 2017).

Ainda que não tenha sido priorizado nesses governos, ambos tentaram garantir avanços no programa, especialmente uma busca por maior autonomia dentro deste, argumento intimamente ligado com a ideia da Política Externa Independente (PEI) que marcou os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). A PEI manteve o foco da atuação externa na busca do desenvolvimento econômico; todavia assumiu contornos mais pragmáticos em busca de maior autonomia frente aos constrangimentos externos (CERVO; BUENO, 2011).

De acordo com Vizentini (1994), a PEI pode ser lida a partir de cinco eixos principais: 1) a preservação da paz e apoio ao desarmamentos geral e progressivos; 2) a não- intervenção e a autodeterminação dos povos, entendida como a defesa da autonomia e da não-ingerência; 3) a ampliação do mercado brasileiro para a América Latina e para com os países socialistas; 4) o apoio à emancipação de todos os territórios não autônomos, inclusive os das colônias portuguesas, algo que o Brasil evitava; e 5) busca de planos de desenvolvimento econômico autônomo e a prestação e a aceitação de ajuda internacional econômica.

Ademais, a postura brasileira nesses anos se assentava em uma ideia de não alinhamento dentro das disputas da Guerra Fria. Entendia-se que a busca pelos interesses nacionais e o desenvolvimento econômico não seria alcançada dentro de uma política exterior ideológica, mas a partir do aumento de parcerias e na busca por vantagens ao país. A PEI estava associada à uma ideia de “política nacional de desenvolvimento” (CERVO; BUENO, 2011).

No programa nuclear o Brasil também assumiu essa postura, de tentar construir estratégias e atuação mais autônoma no campo. Jânio, por exemplo, propôs a construção de uma usina nuclear no país, ainda que não tenha se realizado tal feito, tendo em vista a renúncia do presidente ainda em 1961 (JESUS, 2011).

João Goulart também deu continuidade ao objetivo de se ter um programa nuclear autônomo, no intuito de desenvolver as bases materiais para o avançar da tecnologia no país. Com uma postura nacionalista e autonomista no setor, Goulart promulgou a Lei nº 4.118, que definia o monopólio do Estado Brasileiro (da União) sobre a pesquisa e a lavra de jazidas de materiais nucleares; do comércio, da produção e da industrialização de alguns materiais atômicos; além de recomendar a construção da primeira central nuclear no Brasil, a qual utilizaria o urânio nacional (JESUS, 2011).

Em 1962, dentro dos debates da Conferência do Desarmamento de Genebra, o Brasil apresenta declaração contrária a possíveis explosões atômicas das oito potências não alinha-



das (incluindo o próprio Brasil e a Índia). Além disso, o chefe da missão brasileira na ONU, Afonso Arinos, afirmou que o país era “[...] partidário de um sistema eficaz de controle no processo de desarmamento.” (CERVO; BUENO, 2011, p. 373).

Outra iniciativa importante do governo Goulart à época foi o início da construção de um reator nacional. O “Argonauta”, como foi apelidado, começou a ser construído em 1963 pelo Instituto de Energia Nuclear, uma parceria da CNEN com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo colocado em operação em 1965 (BERMANN, 2005). Contudo, a continuidade dos projetos foi interrompida, visto que, em abril de 1964, Goulart sofreu um golpe de Estado, tendo de se exilar no Uruguai, enquanto no Brasil um novo regime se instaurava na sequência ao golpe civil-militar de 1964.

### 3.1.1 Recuperando os níveis de análise

No nível internacional, o imediato pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo início da disputa bipolar, encabeçada pelos EUA e a URSS. Como apresentado no capítulo anterior no CRS da América do Sul o nível internacional se confunde com o inter-regional, contudo cabe uma análise mais pormenorizada sobre essa relação, especialmente após a revolução Cubana em 1959. Essa nova realidade na região tem como efeito imediato a modificação da postura estadunidense para com a América Latina.

Essa situação faz com que a disputa bipolar passe a ser fundamental para se entender os movimentos que ocorrem na região a partir dos anos 1960, especialmente os golpes militares e o apoio estadunidense aos governos golpistas em muitos países da América Latina, entre eles o Brasil. Portanto, a postura de menor importância dada pelos EUA ao hemisfério americano no pós-Segunda Guerra Mundial. Novas iniciativas surgem para redirecionar a política estadunidense para a região, antes da Revolução Cubana, Washington havia recusado a iniciativa da OPA do presidente JK, mas já no início da década de 1960 o governo Kennedy lança a Aliança para o Progresso, que buscava possibilitar o desenvolvimento na região, com elementos próximos daqueles pensados por JK (CERVO; BUENO, 2011).

No regime nuclear, o período é marcado, em um primeiro momento, pelo incentivo aos países que almejavam tirar proveito dos benefícios do uso pacífico da tecnologia nuclear. Assim, vários países, entre eles o Brasil, passam a procurar formas de viabilizar seu programa. Essa situação fica mais evidente através da política estadunidense do Átomos para Paz, a qual se dedicava a expandir o conhecimento nuclear para outros países.

Apesar disso, os apoios internacionais não eram como o esperado, com restrições à transferência de tecnologia e, muitas vezes, a desigualdade na relação para firmar tais acordos, o que criava uma dependência dos países para com a oferta estadunidense dos equipamentos e do combustível, especialmente o urânio enriquecido.

Contudo, a década de 1960 percebe importantes modificações dentro do regime nuclear. Incentivados pelos acontecimentos que se seguiram à crise dos mísseis em Cuba em 1962, EUA e URSS passaram a debater a necessidade de um controle maior sobre a proliferação nuclear. Assim, iniciam-se os debates em torno da criação de um regime de não-proliferação, que impedisse a proliferação horizontal, evitando que novos países viessem a desenvolver o armamento nuclear. Essas tratativas vão evoluir e desembocar na negociação e aprovação do TNP, mesmo sem a ratificação por parte de todos os países.

Regionalmente a situação é variada, com momentos de maior estabilidade e outros de maiores conflitos, tanto no nível intra-regional quanto inter-regional. Apesar disso, o elemento mais importante no período era a busca pelo desenvolvimento. Essa motivação se expressa na criação da CEPAL em 1948 (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), passa pela atuação dos países latino-americanos na UNCTAD e das tentativas de conseguir melhores relações com os EUA. Nesse contexto destaca-se a iniciativa brasileira para a criação da Organização Pan-americana (OPA), a qual procurava chamar a atenção de Washington para a necessidade de se gerar crescimento e desenvolvimento na América Latina, uma região de grande pobreza, que viabilizava o crescimento de ideias comunistas como alternativa às mazelas locais (CERVO; BUENO, 2011).

A revolução cubana irá transformar as relações na região como um todo. A atuação dos países na OEA, a escolha pelo isolamento de Cuba do órgão e uma política estadunidense de maior interesse pela região modificou os padrões de relacionamento na América Latina, tanto domesticamente quanto regionalmente. A resposta estadunidense foi a tentativa de se criar uma nova articulação na região, para aproximar os demais países de Washington e evitar que novos focos revolucionários se iniciassem, daí o lançamento da Aliança para o Progresso.

Destacando-se a relação Brasil e Argentina é possível notar que ela nem sempre era positiva. De acordo com Candeas (2005) entre 1898 e 1961 as relações entre Brasil e Argentina foram marcadas por ‘instabilidade conjuntural e busca pela cooperação, com momentos de rivalidade’. Portanto, na maior parte desse período os países ainda não tinham um relacionamento positivo, ainda que não se assemelhasse ao relacionamento observado no Sul da Ásia.

Por esse motivo, a relação não alcançava elementos o suficiente para pautar uma maior confrontação entre ambos, como o que veio a ocorrer no período seguinte. O programa nucle-

ar seguia sendo uma alternativa para fins pacíficos, não havendo tantos defensores de que o Brasil devesse trilhar caminhos outros que não esse. Assim, percebemos como um indicativo importante, a não existência de um discurso sobre a necessidade de um programa nuclear militar em um contexto de menor confronto com a vizinha Argentina demonstra a importância do nível regional.

Domesticamente o período é marcado por momentos de instabilidade e disputas internas, as quais também estiveram presentes no programa nuclear. As diferentes correntes políticas da época disputavam o poder e a orientação externa do país. Nacionalistas e ‘americanistas’ tinham projetos diferentes para o país e para a relação deste com o mundo, especialmente frente aos EUA.

Com predomínio da posição nacionalista nesses anos, à exceção do governo Café Filho, os diferentes governos brasileiros procuraram angariar força e respaldo para seu programa nuclear. Alguns buscando utilizar da parceria com os EUA para conseguir o apoio necessário para se criar uma infraestrutura nacional, outros vão apostar em um desenvolvimento autônomo ou com outros parceiros que não Washington.

Apesar de se ter a noção dos benefícios do desenvolvimento nuclear, os governos não tinham as capacidades materiais necessárias para os investimentos que o setor demandava, fazendo com que o programa nuclear não se tornasse prioridade nesse momento. Ainda assim, a Política Externa Independente dos governos Jânio e Jango foi fundamental para lançar as bases de uma atuação externa brasileira, a qual serviu de inspiração para apoiar a fase de maior desenvolvimento do programa nuclear nacional (PECEQUILO; BERTOLUCCI, 2019).

### **3.2 O programa nuclear sob os governos militares (1964-1985)**

Sob o regime Militar, importantes mudanças ocorreram no programa militar. A primeira delas foi o fortalecimento da burocracia nuclear, uma vez que órgãos e agências ligados ao programa vão ganhar força nos governos militares (BERMANN, 2005). Além disso, ainda que não de forma tão clara no início, o programa nuclear passou a ser entendido como fundamental para diminuir a diferença entre o Brasil e as grandes potências (WROBEL, 2017).

Todavia, o primeiro governo militar, o do marechal Castelo Branco (1964-1967) representou um momento de quebra nessa busca de autonomia que vinha sendo procurada até então. Com uma política econômica e externa mais alinhada com as expectativas estadunidenses, Castelo procurou restabelecer uma relação prioritária com os EUA, a quem o embaixador

brasileiro nos EUA e chanceler de Castelo entre 1966 e 1967, Juracy Magalhães, designou como “líder do mundo ocidental” (VIZENTINI, 2004).

O Brasil abdicou de procurar uma inserção e um debate internacional que focava na discussão do desenvolvimento, portanto na contradição entre ‘Norte-Sul’, para pautar a sua atuação internacional no binômio ‘Leste-Oeste’, procurando deixar claro seu alinhamento com o Ocidente e a potência hegemônica. O país adota o discurso da interdependência como guia da sua ação externa e de sua política de segurança, apostando na boa relação com os EUA e, por conseguinte, com o capital internacional para alcançar seus objetivos de desenvolvimento e de ter maior espaço no cenário internacional (VIZENTINI, 2004).

Ancorada na noção de círculos concêntricos, a política externa de Castelo, nas palavras de seu primeiro chanceler Vasco Leitão visava:

[...] o estabelecimento de uma perspectiva de círculos concêntricos que vão alargando seu alcance, tornando naturalmente prioritária e imediata a política no Rio da Prata, na América do Sul, no Hemisfério e, finalmente, voltada para o ocidente. (VIZENTINI, 2004, p. 34).

Apesar dessa proximidade com os EUA, no tocante ao programa nuclear, as relações entre ambos demonstravam desencontros. Apesar do governo brasileiro defender a não-proliferação nos foros internacionais e reiterasse a necessidade de se impedir novos testes nucleares, a busca do país pelo domínio da tecnologia se tornava um ponto de disputa na relação entre Brasília e Washington. Nesse sentido, o governo brasileiro firma acordos de cooperação na utilização da energia nuclear para fins pacíficos com Israel (1966) e Portugal (1967) (VIZENTINI, 2004).

Contudo, o governo Castelo, representante do que Vizontini (2004) chama de “linha liberal-internacionalista”, enfrenta grande resistência e oposição dentro da burguesia nacional e das próprias forças armadas, levando a uma troca de caminho dentro do regime militar. Essa modificação é simbolizada na escolha do general Costa e Silva (1967-1969) para assumir a presidência. Costa e Silva era parte da linha antagônica à de Castelo, os chamados “linha dura”, que tinham uma posição mais nacionalista e desenvolvimentista na economia e atuação internacional (VIZENTINI, 2004).

Essa modificação também impactou o Itamaraty, que abandonou a estratégia traçada no governo Castelo e retomou uma postura similar à da PEI. De acordo com Vizontini (2004):

*A Diplomacia da Prosperidade* do chanceler Magalhães Pinto, enquanto política externa voltada à autonomia e ao desenvolvimento, assemelhava-se muito à PEI [...]. Ressaltava que a *détente* entre os EUA e a URSS, fazia emergir o antagonismo Norte-Sul, e em função disso definia-se como nação do Terceiro Mundo e propugnava uma aliança com este, visando alterar as regras do sistema internacional que considerava injusta. (VIZENTINI, 2004, p. 78, destaques do autor).

Vizentini (2004) complementa:

As bases principais dessa nova postura de inserção brasileira no mundo, a *Diplomacia da Prosperidade*, eram a passagem da prioridade da segurança para o desenvolvimento e a percepção de que o desenvolvimento, ao invés de condicionado à ajuda externa, deveria ser resultado de um processo endógeno. (VIZENTINI, 2004, p. 84, destaque do autor).

Esse redirecionamento da política externa brasileira impactou, também, o programa nuclear. Diferente da década de 1950, o Itamaraty, sob a influência do diplomata Sergio Correa da Costa, passa a defender um PNB mais extensivo e autônomo, bem como se opor aos tratados que o Brasil via como discriminatórios, em especial o TNP (WROBEL, 2017; VIZENTINI, 2004).

Em 1967 o Brasil participa das negociações do Tratado de Tlatelolco no México, vindo a assinar o mesmo, o qual transformava a América Latina em uma Zona livre de armamentos nucleares, ainda que o tratado não proibisse as “explosões pacíficas”, o que justificava a assinatura brasileira em um primeiro momento, só vindo a ratificá-lo, porém, anos mais tarde (BERMANN, 2005; VIZENTINI, 2004). No mesmo ano o país firma o contrato para a construção de sua primeira central de geração nuclear. Com a empresa estadunidense Westinghouse sendo vencedora, o país dava um passo adiante na criação de uma infraestrutura nuclear, ainda que sem a transferência da tecnologia (WROBEL, 2017; BERMANN, 2005).

A contratação junto à empresa estadunidense se insere em um contexto de reformulação do PNB no governo Costa e Silva, o qual transfere a CNEN para o controle do Ministério de Minas e Energia, no intuito de buscar resultados comerciais em um curto prazo na energia nuclear. Razão que modifica a orientação dentro do programa e desmantela grupos anteriores, como o “Grupo do Tório” (WROBEL, 2017).

No ano seguinte, 1968, é negociado o principal tratado dentro do regime nuclear. O Tratado de Não-Proliferação (TNP), apoiado pelas superpotências, foi recusado por alguns países, especialmente aqueles que buscavam manter uma maior autonomia em seus programas nucleares, mantendo aberta a opção nuclear. Esse foi o caso do Brasil, da Índia e de outros países (BERMANN, 2005; WROBEL, 2017).

A recusa brasileira ao TNP, visto como uma forma de coibir o desenvolvimento nacional e de ferir a autonomia do país também se encaixava na política externa do país de Costa e Silva. O chanceler Magalhães Pinto, por exemplo, afirmou que a política externa brasileira se baseava: “na constante e acurada avaliação da dinâmica internacional, a fim de identificar e

procurar remover os obstáculos externos que se opõem ou podem vir a opor-se ao projeto nacional. (PINTO apud VIZENTINI, 2004, p. 84).

A postura brasileira frente o TNP pode ser percebida na esteira do que Cervo e Bueno (2011) chamaram de “nacionalização da segurança”, entendida como fundamental pelos governos militares em vista do congelamento do poder mundial empreendido pelas superpotências. Fortalece essa leitura a constatação de que dos quatro momentos que Cervo e Bueno (2011) colocam como definitivos para a nacionalização da segurança no período, dois dizem respeito ao campo nuclear, a ler: o acordo nuclear com a RFA e o estabelecimento do programa nuclear paralelo.

A essa altura, a política nuclear brasileira era de oposição ao armamento nuclear e apoio ao desarmamento e não proliferação, ao mesmo tempo em que tinha o objetivo de utilizar a tecnologia nuclear para acelerar o desenvolvimento, intentando a construção de uma tecnologia própria (CERVO; BUENO, 2011). Nas palavras do próprio Costa e Silva:

Repudiamos o armamento nuclear e temos consciência dos graves riscos que sua disseminação traria à humanidade. Impõem-se, porém, que não se criem entraves imediatos e potenciais à plena utilização, pelos nossos países, da energia nuclear para fins pacíficos. De outro modo, estaríamos aceitando uma outra forma de dependência certamente incompatível às nossas aspirações de desenvolvimento. (COSTA E SILVA apud VIZENTINI, 2004, p. 91).

A recusa brasileira ao TNP passa, também, por enxergar o tratado como “[...] uma espécie de condomínio americano-soviético para impor o que Araújo Castro chamou de “congelamento do poder mundial”.” (RICUPERO, 1996, p. 48). Para Araújo Castro, o TNP:

Institucionalizava a desigualdade entre as nações e parece aceitar a premissa de que os países fortes se tornarão cada vez mais fortes e de que os países fracos se tornarão cada vez mais fracos. Por outro lado, o TNP estende ao campo da ciência e da tecnologia privilégios e prerrogativas que a Carta das Nações Unidas limitara, no campo da paz e segurança, aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. (CASTRO, 1982, p. 200).

A saída de Costa e Silva em 1969 levou a formação de um junta militar e, em seguida, na indicação de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) para a presidência. Presidindo o Brasil durante o período de maior repressão do regime militar, especialmente após a aprovação do Ato Institucional número 5, Médici continuou um projeto de desenvolvimento autônomo, algo que também se refletiu em sua política exterior, posição fortalecida pelo crescimento de parte do Itamaraty que defendia a retomada de posições que se assemelhavam com a PEI (VIZENTINI, 2004).

Apesar disso, o governo Médici representou certas rupturas e contradições em relação ao governo de Costa e Silva. Ao mesmo tempo que defendia uma política desenvolvimentista,

procurava uma melhor relação com os EUA, buscando atenuar os pontos de conflitos que viam existindo. A Diplomacia do Interesse Nacional, liderada pelo chanceler Mário Gibson Barbosa, tinha o objetivo de alinhar a PEB à nova visão do governo brasileiro ao projeto “Brasil Potência” (VIZENTINI, 2004).

Para alcançar tal objetivo, a política externa de Médici “[...] optou por explorar uma linha de menor resistência, buscando tirar proveito das brechas, anomias e desequilíbrios existentes na relação Norte-Sul, aceitando simultaneamente as relações de poder estabelecidas.” (VIZENTINI, 2004, p. 139). Essa postura visava alçar o Brasil à posição de Grande Potência, sendo preciso, para isso, a não aceitação de matérias e imposições que faziam parte daquilo que Araújo Castro nomeou de congelamento do poder mundial, com destaque especial para o TNP, defendendo que o Brasil não deveria ratificar o tratado (VIZENTINI, 2004).

Ainda que o Brasil tenha rejeitado a ratificação do TNP, em 1972 o governo Médici conseguiu acordar com os EUA um Acordo de Cooperação para Usos Pacíficos da Energia Nuclear, o qual mantinha o fornecimento do combustível necessário para a operação da usina de Angra dos Reis (VIZENTINI, 2004).

Percebe-se, então, que nos anos 1970, o interesse brasileiro por avançar seu programa nuclear crescia; no entanto novos constrangimentos internacionais vão levar a novas inflexões. A eleição de Carter nos EUA e a “explosão pacífica” indiana levaram a modificações dentro do regime nuclear e nas possibilidades de acesso à tecnologia. Tal quadro levou os EUA a dificultarem as transações no setor, inclusive impondo restrições à parceria com o Brasil, o que levou o país a procurar alternativas, vendo que não teria a garantia de desenvolver seu programa caso mantivesse atrelado a Washington (BERMANN, 2005; WROBEL, 2017; VIZENTINI, 2004).

Era fundamental que o Brasil continuasse a se desenvolver para que atingisse um nível de autonomia suficiente para sua atuação externa (GARCIA, 1997). Garcia resume a situação à época da seguinte maneira:

O crescimento econômico brasileiro e a busca de maior autonomia para o país entravam em choque com a posição norte-americana de não permitir o surgimento de nova potência na sua esfera de influência, especialmente se esta dispusesse de suficiente independência para poder optar, em áreas sensíveis (como a da energia nuclear), por outros parceiros que não os Estados Unidos. (GARCIA, 1997, p. 23).

Além disso, a busca por maior autonomia, bem como pela segurança nacional, tornava fundamental que o Estado brasileiro desenvolvesse as capacidades materiais para tal, visto que:

[...] para atender ao imperativo da segurança, somente o fortalecimento do *poder nacional* preencheria os requisitos de confiabilidade desejados, a fim de que o Esta-

do verdadeiramente independente tivesse como se garantir pela autonomia dos meios e das capacidades. (GARCIA, 1997, p. 27).

A contínua indiferença que os diferentes governos brasileiros recebiam de Washington impulsionou a diplomacia brasileira a procurar alternativas em termos de estratégia e parcerias, inclusive na área militar e estratégica do país, uma vez que:

As dificuldades criadas pelos Estados Unidos para a cessão de material bélico moderno e sofisticado na década de 1970, levaram o Brasil a buscar ativamente fontes europeias de armamentos e tecnologia (o Acordo Nuclear com a RFA, em 1975, foi o exemplo mais claro), visto que o estabelecimento de um sistema de segurança mais independente pressupunha maior grau de autonomia na fabricação de armas e na posse de conhecimento para gera-las. (GARCIA, 1997, p. 29-30).

Nesse contexto é que assume a presidência o general Ernesto Geisel (1974-1979), o qual deu início a uma nova fase dentro da política externa brasileira, com intensa reverberação dentro do PNB. É no governo Geisel que se percebe o pior momento das relações com os EUA, tanto comercialmente, quanto na área nuclear, impulsionada pela decisão estadunidense de suspender o fornecimento de urânio para o Brasil em 1974 (CERVO; BUENO, 2011).

Para Vizontini (2004), a política exterior do governo Geisel foi aquela que “representou de forma mais desenvolvida do paradigma da diplomacia do regime militar.” (VIZENTINI, 2004, p. 197). Portanto, a Diplomacia do Pragmatismo Responsável e Ecumênico procurou criar as bases de manter o desenvolvimento brasileiro e viabilizar os objetivos lançados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual tinha como um dos seus objetivos a diversificação das fontes de energia, que estipulava, entre outras coisas, a construção de usinas nucleares (VIZENTINI, 2004).

Ademais, sob a liderança de Antônio Azeredo da Silveira, a política externa do governo Geisel realizou importantes modificações. Com maiores atritos com a potência hegemônica no hemisfério, o governo não demorou em procurar novos parceiros, especialmente a Europa Ocidental e o Japão. Além disso, o governo cria em 1974 a Nuclebrás, substituindo a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (VIZENTINI, 2004).

A política nuclear ganha um novo destaque, pois o objetivo brasileiro de buscar um “[...] poderio autônomo regional e internacional digno de crédito [...]” se baseava na construção de um “tripé” industrial-tecnológico, como apontado por Brigagão e Proença Jr. (1988, p. 87). Dessa forma, o Brasil – assim como outros países à época – procurava gozar da maior flexibilidade no sistema internacional para angariar maiores capacidades para uma atuação mais autônoma na Política Internacional (LESSA, 1997).



Foi no governo de Geisel que o Brasil encontrou um parceiro substituto para a posição que os EUA ocupavam até então. A Comissão de Energia Atômica dos EUA suspendeu os repasses de combustível para os reatores brasileiros, o que impossibilitava o pleno desenvolvimento do programa nuclear brasileiro e a operação de suas instalações. Assim, o país negociou e efetivou um acordo de transferência de tecnologia na área nuclear junto à República Federal da Alemanha (RFA) (FLEMES, 2006; BERMANN, 2005; CERVO; BUENO, 2011; VIZENTINI, 2004).

O acordo foi importante para ambos os países. Não só o Brasil tinha o interesse em adquirir a tecnologia nuclear, sem os entraves apresentados nos acordos com os EUA, como a Alemanha procurava adquirir novos mercados para sua tecnologia e para suas plantas nucleares. O governo alemão também conseguiria, com o acordo, o acesso às jazidas de urânio no Brasil, possibilitando romper com sua dependência dos EUA para adquirir o material (VIZENTINI, 2004).

Ademais, ainda do lado brasileiro, o acordo tinha como pano de fundo:

além da escolha da tecnologia, outro fator que teve de ser considerado foi a vulnerabilidade do abastecimento do combustível necessário à execução do programa. A evolução histórica recente estava a demonstrar os perigos de uma substancial dependência de fontes externas para a satisfação das necessidades de insumos fundamentais para a economia. A fim de evitar o que ocorrera com o Petróleo, era imperativo que, no caso da energia nuclear, a solução fosse suscetível de dar ao país, a médio prazo, a indispensável autonomia. (VIZENTINI, 2004, p. 2019).

No Acordo Nuclear assinado em 27 de junho de 1975 era dividido em dois documentos: o Acordo de Cooperação Nuclear para usos pacíficos e o Protocolo de cooperação industrial (VIZENTINI, 2004). Por meio desse acordo, Brasil contratou junto a Bonn<sup>6</sup> a compra de oito usinas nucleares até o ano de 2000, vindo a ser construída apenas uma, a de Angra II, que só iniciou sua fase de testes em 2000, 25 anos depois do acordo (FLEMES, 2006).

O Acordo e o Protocolo estabeleciam:

a) implantação de oito centrais nucleares; b) prospecção e tratamento de urânio; c) produção de reatores nucleares, instalações e componentes; d) enriquecimento do urânio; e) produção de elementos combustíveis irradiados; f) reprocessamento de combustíveis. (CERVO; BUENO, 2011, p. 441-442).

A demora na materialização do acordo se justifica na medida em que o acordo sofreu várias contestações internas na Alemanha e de países estrangeiros, destacando-se os EUA. Internamente o acordo com um governo autoritário foi criticado pela sociedade civil e, externamente, o fato do país ter assinado o TNP, que vedava tal tipo de acordo com algum país de fora do tratado e as pressões sofridas por vários países, especialmente os EUA, levaram à sus-

---

6 Capital da República Federal da Alemanha (RFA), correntemente conhecida como Alemanha Ocidental.

pensão do acordo por quatro anos pelo parlamento alemão, levando ao atraso na fase de testes de Angra II (BERMANN, 2005).

Sato (1998) expõe que o acordo se justifica perante:

[...] o interesse brasileiro pelo domínio de tecnologias consideradas estratégicas aumentou substancialmente. Dominar o ciclo nuclear não constituía apenas estar em condições de manejar uma tecnologia que poderia, eventualmente, servir de “passaporte” para um novo posicionamento estratégico de um país que se pretendia potência de expressão internacional, mas em face das dificuldades, dominar a tecnologia nuclear significava também reduzir vulnerabilidades para a indústria e a própria sociedade brasileira. (SATO, 1998, p. 20).

Com o aumento das críticas ao acordo por parte de Washington, a questão nuclear se torna central para os interesses estadunidenses para o Brasil, pressionando Brasília a assinar o TNP (FLEMES, 2006; RICUPERO, 1996). Flesmes (2006) argumenta que o descontentamento estadunidense se devia a “[...] *Brazil’s intention of passing atomic know-how and exporting nuclear power plants to other developing countries.*” (FLEMES, 2006, p. 13). Porém, frente a um mundo mais diversificado quanto a ofertantes de tecnologias nas diferentes áreas, foi possível ao Brasil levar a cabo tal negociação, ainda que esta viesse a se apresentar como um problema nas relações com Washington (SATO, 1998).

Seguindo as essas pressões, Geisel denuncia o Acordo militar com os EUA (o qual vigorava desde 1952) em 1977, a fim de efetivar a parceria com a Alemanha, por entender que seria uma alternativa para desenvolver de forma mais autônoma o PNB, o que vai possibilitar, posteriormente, o início do programa paralelo (JAGUARIBE, 1996; RICUPERO, 1996).

As pressões estadunidenses não atingiram só o Brasil, o acordo levou, segundo Vizen-tini (2004), à pior crise entre Bonn e Washington desde a Segunda Guerra Mundial. O governo Carter usou de diferentes métodos para conseguir a anulação do acordo, mas encontrou um governo alemão, na maior parte das vezes, reticente em fazê-lo e um governo brasileiro irre-dutível. Ao final, a Alemanha cedeu e se comprometeu a não mais fazer a transferência da tecnologia para países do Terceiro Mundo, contudo, o acordo não podia ser alterado, signifi-cando que o Brasil receberia a tecnologia, ainda que fosse o último a consegui-la da RFA (VIZENTINI, 2004).

Para Flesmes (2006), esse interesse do governo militar em buscar novos parceiros para o programa nuclear brasileiro na medida em que: “[...] *the striving for nuclear weapons [...] became more and more obvious in the context of the Argentine-Brazilian rivalry*” (FLEMES, 2006, p. 6). Essa situação poderia ser ainda mais pontual, visto a deterioração das relações regionais desde 1969, especialmente no que tange o aproveitamento dos rios na Bacia do Pra-ta, algo que se acentua a partir do Tratado de Itaipu em 1973 e da construção da hidrelétrica

de mesmo nome já no governo Geisel, impactando na agenda externa brasileira e, consequentemente, no programa nuclear brasileiro (CERVO; BUENO, 2011).

Com a saída de Geisel do governo em 1979, o regime militar adentra em seu último mandato. Apoiado pelo ex-presidente, João Baptista Figueiredo (1979/1985) assume para terminar de conduzir a transição do poder de volta aos civis. Na política externa, o governo dá continuidade ao pragmatismo de Geisel, contudo com algumas diferenças, que vieram a moldar a diplomacia que ficou conhecida como Universalismo, sob a liderança do chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro (VIZENTINI, 2004).

Dentro das modificações feitas pela diplomacia do Universalismo, Vizentini (2004) destaca a importância que vai ser dada à América Latina, especialmente a Argentina. Ainda que no discurso os presidentes militares destacassem a importância da região, é apenas com Figueiredo que a região adquire um caráter prioritário dentro da política externa brasileira. Enquanto isso, a política nuclear continua sendo uma área “cada vez mais sensível para a diplomacia brasileira” (VIZENTINI, 2004, p. 357).

Apesar do governo Geisel lançar as bases, é no governo Figueiredo que o Brasil, secretamente, dá início ao seu programa nuclear paralelo, em 1979. Tal programa se dedicava ao desenvolvimento da tecnologia para fins militares, concentrando-se no desenvolvimento do ciclo completo do enriquecimento de urânio, na elaboração do submarino nuclear e no reprocessamento do combustível para a produção de artefatos nucleares, com grande influência da Marinha no programa nuclear brasileiro (CNEN, 2019; FLEMES, 2006). A resposta dos EUA foi impor sanções econômicas ao Brasil, impedindo que esse obtivesse empréstimos junto a bancos estadunidenses e, também, com o Banco Mundial, com o argumento de esses não virem a ser utilizados no Programa Nuclear Paralelo (FLEMES, 2006).

Wrobel (2017) também chama o programa nuclear paralelo de programa nuclear autônomo, na medida em que um dos principais objetivos era garantir a conquista da tecnologia nuclear para não mais depender de outros países. Assim, o Brasil buscava uma maneira de burlar e transpor as salvaguardas da AIEA, bem como manter instalações e pesquisas secretas (WROBEL, 2017).

Portanto, em 1979 é criado o Programa Nuclear Paralelo, o qual era capitaneado pela marinha e pelo Ipen/Cnen-SP com o objetivo de desenvolver um submarino nuclear (BERMANN, 2005). Para o melhor desenvolvimento do programa, foi implantado o complexo de Aramar, de pseudônimo “Estação de Ensaios de Equipamentos a Vapor”, o qual tinha muitos recursos provenientes das contas secretas “Deltas” (BERMANN, 2005).

A ideia do submarino já era pensada pela marinha entre 1976 e 1978, o qual poderia garantir dissuasão e defesa, o que fez com que o país buscasse desenvolver uma tecnologia própria, visto a recusa das potências em transferir a tecnologia. Em 1982 o Brasil firma um contrato com o Consórcio alemão IKL/HDW/Ferrostaal, dando início ao Programa de Construção de Submarinos, o qual deveria culminar com o lançamento do Submarino Nuclear de Ataque (SNA) brasileiro entre 2015 e 2020 (BERMANN, 2005).

No entanto, o programa paralelo não dizia respeito apenas a construção de um submarino nuclear, ou a descoberta da tecnologia de propulsão nuclear. Apesar de ainda não haver consenso na literatura sobre a existência de um projeto de explosão nuclear, há indicativos de que houve, ao menos em algum momento, tal interesse. Essa suspeita também existiu dentro do Congresso Nacional que, ainda durante a ditadura militar, conduziu uma CPI da energia nuclear, presidida por Itamar Franco, para averiguar a procedência dessa suspeita (BERMANN, 2005). Andrade, Carpes e Leite (2017) também destacam a posição brasileira de defender o seu direito a fazer uso de todas as possibilidades do uso pacífico da energia nuclear, inclusive o de explosivos.

Esses indicativos podem ser encontrados, por exemplo, em um documento do Conselho de Segurança Nacional que definia como um dos objetivos do programa paralelo a produção de “explosivos nucleares”, alegando, contudo, que estes teriam fins pacíficos, como aquele detonado pela Índia em 1974. O documento, entregue ao presidente João Figueiredo, foi assinado pelo coordenador do programa paralelo e secretário do CSN, Danilo Venturini. (BERMANN, 2005).

De acordo com Venturini o programa paralelo não tinha o propósito bélico, uma vez que o Brasil tinha o direito de desenvolver e dominar a energia nuclear, e isso envolvia a possibilidade de produção de artefatos para “fins pacíficos” (BERMANN, 2005). Não bastasse tal situação, o “Projeto Solimões”, a parte do Programa Nuclear Paralelo que cabia à Força Área foi visto como aquele que deveria pensar e conduzir uma eventual explosão nuclear. Cabia à CNEN, por meio do “projeto Celeste”, o desenvolvimento da tecnologia para o reprocessamento de combustível para produção de plutônio (BERMANN, 2005; WROBEL, 2017).

Rex Nazaré Alves<sup>7</sup>, presidente da CNEN entre 1982 e 1990, o qual recebeu o apelido de “o pai da bomba atômica brasileira”, utilizava das contas Deltas para financiar o programa

---

<sup>7</sup> Além dos anos que ficou na presidência da CNEN, Rex voltou ao governo nas administrações de Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva. Na primeira ocupando o cargo de diretor do departamento de tecnologia na Agência Brasileira de Inteligência, e na segunda sendo consultor do Gabinete de Segurança Institucional e, também, como representante da sociedade na Comissão Deliberativa da CNEN de 2003 a 2016, um dos principais espaços da política nuclear nacional (BERMANN, 2005).

paralelo, revertendo o dinheiro para as contas do programa para que não viesse a público a existência dele (BERMANN, 2005). O resultado do programa foi impactante: em 1984 o Brasil completou primeiro processo de enriquecimento por meio de ultracentrífugas com produção completamente nacional (WROBEL, 2017).

Ademais, em 1984 foi dada a autorização para o início da operação de Angra I, a primeira usina nuclear brasileira, fundamental para que fosse dado prosseguimento no programa e no avançar deste, apesar das dificuldades que a administração Reagan impôs ao Brasil (PECEQUILO; BERTOLUCCI, 2019; ANDRADE; CARPES; LEITE, 2017). Apesar do fim da ditadura militar em 1985, o programa nuclear brasileiro terá continuidade no primeiro governo da redemocratização, estando a política nuclear de Sarney ainda ligada à busca pelo domínio das tecnologias na área.

A partir da recuperação histórica sobre os principais momentos do PNB sob os militares, é importante avaliar em qual contexto eles se inserem. Para determinar as motivações para as escolhas e caminhos que foram decididos por Brasília, bem como as diferenças dentro do próprio regime, é importante, mais uma vez, se atentar para os níveis de análise. A partir da compreensão dos acontecimentos globais, regionais e domésticos é possível perceber como o PNB passa a estar articulado com as dinâmicas regionais, especialmente frente o relacionamento com a Argentina.

### 3.2.1 Recuperando os níveis de análise

Internacionalmente, seguindo a eleição de Jimmy Carter (1977-1981) nos EUA, não só a temática nuclear passa a ter papel predominante na diplomacia estadunidense como, também, a temática de Direitos Humanos. Essa situação é de suma importância para se entender a modificação no PNB nos anos 1970, uma vez que os EUA passam a pressionar o governo brasileiro nessas duas temáticas, piorando a relação entre ambos (NETO, 2015; MOURA; LIMA, 1982; RICUPERO, 1996). A Casa Branca, apoiadora do golpe e do regime em seu início, aumenta as críticas às violações de direitos humanos perpetradas por agentes do Estado brasileiro, intensificadas pelo caráter autoritário do regime militar no poder desde 1964, motivando o país a procurar alternativas à parceria com os EUA.

Carter tinha como uma das suas principais agendas, desde a campanha presidencial, a defesa da não-proliferação, motivando-o a pressionar aqueles que podiam representar riscos de seguir o caminho de um programa nuclear militar e, especialmente, após o acordo entre o

Brasil e a RFA, Brasília passou a ser um dos alvos de Carter (VIZENTINI, 2004; CERVO; BUENO, 2011).

A postura brasileira no governo Geisel de procurar outros parceiros para o programa nuclear influenciou na postura estadunidense frente à temática. Os EUA, não aceitando tal postura, retaliaram tanto o Brasil quanto a Alemanha. Tentaram suspender os financiamentos negociados com o Brasil pelos bancos *Chase Manhattan Bank* e o *Eximbank*, e paralisaram o fornecimento de urânio enriquecido para a RFA. Além disso, incentivaram a criação do Grupo de Fornecedores Nucleares, para controlar a dispersão do combustível nuclear e advogaram pela suspensão do acordo (VIZENTINI, 2004).

Regionalmente, o contexto de ditaduras militares tanto no Brasil quanto na Argentina e a consequente escalada nas tensões entre os dois principais Estados do Cone-Sul despertava receios das potências ocidentais de disputas no campo nuclear, tendo em vista a rivalidade histórica entre os países e o comportamento ambíguo de ambos em relação ao Tratado de Tlatelolco e ao TNP (DAVIES, 2004). Fletes (2006) alega que nesse período, a busca por armas nucleares por parte de ambos os países teria se tornado “[...] *more and more obvious in the context of the Argentine-Brazilian rivalry* [...]” (FLETES, 2006, p. 6).

A maior parte desse período foi marcada por um relacionamento de ‘Instabilidade conjuntural com predomínio de rivalidade’, indo de 1962 até 1979 (CANDEAS, 2005). Portanto, a relação entre Brasil e Argentina se torna fundamental para entender a importância dada pelos governos militares ao programa nuclear. Além disso, as declarações do presidente Geisel<sup>8</sup> e outras figuras do governo<sup>9</sup> à época assinalam como a possibilidade de se perseguir um programa nuclear militar estava muito ligada à ameaça que a Argentina representava.

O ano de 1979 passa a ser um ano chave na relação entre Brasília e Buenos Aires, ano em que é lançada a possibilidade de uma nova forma de relacionamento entre ambos. Ano em que o Brasil lança seu programa nuclear paralelo, 1979 também ficou marcado pela realização do Acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai, o qual foi desenhado para resolver

<sup>8</sup> Em junho de 1975, Geisel se reuniu com o Alto Comando das Forças Armadas no contexto do acordo com a RFA e declarou que: “Estamos com negociações já muito adiantadas com a Alemanha [...], inclusive, para desenvolver energia nuclear e indústria nuclear dentro do país. [...] Eu não excluo a hipótese da chantagem da Argentina. [...] Eu não estou dizendo que o propósito do Governo seja este, de procurar fazer arma nuclear, mas nós temos que nos preparar, tecnologicamente, etc., e ficarmos em condições de podermos prosseguir nesse caminho, conforme as circunstâncias.” (GASPARI, 2004, p. 131-132).

<sup>9</sup> O general Hugo Abreu, declarou que: “Devemos ter presentes as vantagens estratégicas e políticas conseguidas por qualquer país que chegue à explosão nuclear, com maiores motivações para aqueles que necessitam restabelecer prestígio internacional e coesão externa com impactos desse vulto”. (GASPARI, 2004, p. 128).

um dos maiores pontos de descompasso entre os países, a questão das águas da Bacia do Prata, e possibilitou a resolução dos problemas advindos da construção de Itaipu.

Para Candeas (2005), o momento posterior a 1979 já não seria mais marcado pela rivalidade. Ele argumenta que entre 1979 e 1988 o relacionamento seria marcado pela ‘Construção da estabilidade estrutural pela cooperação’ (CANDEAS, 2005). Para além de resolver o dilema das águas na bacia do Prata e das hidrelétricas, a virada dos anos 1970 para os 1980 também permitiram uma modificação do entendimento do outro enquanto ameaça nos programas nucleares, outro ponto de disputa entre Brasília e Buenos Aires.

O acordo tripartite de 1979 começa a reaproximar o país, com a resolução das divergências sobre os rios e as águas da bacia do Prata até então. A guerra das Malvinas e a percepção de que o desenvolvimento não seria adquirido junto ao Norte acelerou o processo de aproximação. Já no governo Figueiredo foram lançadas as bases do que os governos da redemocratização com Alfonsín e Sarney dariam materialidade (CERVO; BUENO, 2011).

Domesticamente, os governos militares foram importantes para a valorização do PNB. Tanto o governo Costa e Silva, quanto o governo Médici tinham no PNB uma importante parte de seus projetos para o país. O primeiro se opôs ao TNP, denunciado sua natureza discriminatória, especialmente para a sua diplomacia da Prosperidade. Essa postura foi seguida por Médici e sua política do Interesse Nacional, que buscou viabilizar um programa nuclear que se alinhasse com o projeto do Brasil-Potência (SATO, 1998; LESSA, 1997)

Tendo como “meta essencial” de sua diplomacia o desenvolvimento, o governo Médici procura desenvolver um entendimento própria para desenvolvimento na sua política exterior, a partir do qual o Brasil “[...] rejeita tanto os alinhamentos automáticos quanto o multilateralismo reivindicatório, estilo não alinhados; portanto, da rejeição simultânea dos esquemas de Castelo Branco e Costa e Silva.” (SOUTO, 2013, p. 44).

Contudo, é com Ernesto Geisel, a partir de 1974, que o programa nuclear brasileiro passa a ser recebedor de uma importância muito maior do que nos anos anteriores. Dando sequência à retomada da construção de um paradigma “globalista”, Geisel articula uma política externa que buscava a diversificação dos parceiros do país, a qual ficou conhecida pelo seu “pragmatismo ecumênico e responsável” (GARCIA, 1997; JAGUARIBE, 1996; LESSA, 1997; LIMA, 1994; MOURA; LIMA, 1982; RICUPERO, 1996; SATO, 1998). Em um período em que a Europa e o Japão já estavam mais estruturados financeiramente e, com isso, com uma maior disponibilidade de capitais que não o estadunidense, o Brasil procura novas parcerias não só nas áreas econômicas mais tradicionais como a atração de divisas e parcerias co-

mercias, como também em áreas voltadas a tecnologias, entre elas a nuclear (GARCIA, 1997; MOURA; LIMA, 1982).

É com essa postura política e diplomática que o governo brasileiro fecha o acordo nuclear com a RFA, na sequência do distanciamento com os EUA. O governo Geisel foi marcado por ser o pior momento das relações com a Argentina, reflexo do início da construção de Itaipu e Corpus e das disputas na área nuclear. A Argentina estava à frente do Brasil no período, com desenvolvimentos mais avançados no setor, levando o governo Geisel a dispensar maior atenção ao desenvolvimento do PNB, e sua clara importância frente à ameaça argentina.

O sucessor de Geisel foi João Figueiredo, que juntamente com Videla, ditador argentino, deu início a um movimento de aproximação entre os dois países. Criando as bases, ainda sob governos militares, para o estabelecimento de um relacionamento mais harmônico entre os vizinhos. Não obstante, Figueiredo também foi o presidente que lançou o programa paralelo, na busca de garantir o domínio da tecnologia nuclear também para o Brasil.

### **3.3 O programa nuclear nos novos governos democráticos (1985-1998)**

O período da redemocratização é um momento fundamental para o PNB, especialmente no que tange à construção de um novo padrão de relacionamento com a Argentina, bem como uma modificação da sua forma de inserção na esfera internacional. Apesar de o governo Sarney apresentar diferenças importantes no campo nuclear dos presidentes civis que o seguiram, a constante que permeou os 13 anos que vão desde 1985 a 1998 é um processo de integração com a Argentina e, com o passar dos anos, com outros países da região.

Portanto, ainda que a reaproximação tenha sido iniciada nos governos militares, o processo de redemocratização na região foi fundamental para que Brasil e Argentina superassem as rugas passadas. Tal situação, lida a partir de uma lógica de redefinição de identidades e interesses, permite que as relações brasileiras com seu antigo rival encontrem novas possibilidades.

Cervo e Bueno (2011) apresentam esse contexto da seguinte forma:

A redemocratização que veio por vontade dos povos latinos, precisamente em época de grave crise econômica e financeira, criou condições para a nova fase. Cientistas políticos e homens de Estado perceberam que o desenvolvimento não seria estimulado pelo Norte e dependeria de políticas públicas, do assentimento social e da disposição em superar divergências históricas. (CERVO; BUENO, 2011, p. 485).



A década de 1980 foi um período de intensa aproximação, incluindo a área nuclear. De acordo com Cervo e Bueno (2011):

Quando os programas nacionais dos dois países dominaram o ciclo completo da tecnologia nuclear, percebeu-se a necessidade de travar a corrida armamentista e de superar o dilema de ter ou não ter a bomba. Ambiente propício foi criado pelo Acordo Tripartite de 1979, que eliminou o contencioso acerca do aproveitamento dos rios. Em 1980, firmou-se o primeiro acordo de cooperação nuclear. Em 1985, já com os civis no poder, criou-se um grupo de trabalho conjunto, presidido pelos chanceleres, que deu origem a vários instrumentos. O processo de integração iniciado com a Ata de 1986 abrigou timidamente a cooperação nuclear. Mas o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, em 1991, animou a cooperação na área da segurança, particularmente a nuclear. (CERVO; BUENO, 2011, 502).

Em 1985, ao assumir o cargo, Sarney tomou ciência de um programa oficial que não apresentava os resultados esperados, e um paralelo que vinha se destacando por alcançar resultados de expressão. Em 1987 o presidente Sarney anuncia que o país havia dominado o enriquecimento de urânio<sup>10</sup>, conquista dos pesquisadores do programa nuclear paralelo (CNEN, 2019, WROBEL, 2017).

As suspeitas sobre os interesses no programa paralelo se acentuaram quando, em 1986, a Folha de São Paulo começou a tornar público nuances do programa paralelo, apresentando as cisternas e covas na serra do Cachimbo, as quais, dizia-se, destinavam à realização de testes nucleares (BERMANN, 2005). Com as investigações que se seguiram às denúncias, o Ministério Público e o Congresso descobriram contas bancárias secretas, de codinome “Delta” – as mesmas que também financiavam o projeto do submarino nuclear – dentro do programa paralelo (BERMANN, 2005).

Nesse contexto, o presidente conduz, em 1988, a unificação dos dois programas, retirando a CNEN do Ministério de Minas e Energia, Sarney a recolocou sob o controle da presidência (WROBEL, 2017). No mesmo ano é promulgada a nova Constituição Federal brasileira, a qual veda a possibilidade de o país desenvolver e ter a posse de armamentos nucleares (FLEMES, 2006).

Não obstante, em 1988 o governo Sarney faz dois movimentos para continuar a investir no programa nuclear brasileiro. Em um movimento o governo inaugura o Centro Experimental de Aramar, importante passo nas pesquisas que versavam sobre o enriquecimento de urânio e, também, cria a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) (PECEQUILO; BERTOLUCI, 2019).

---

<sup>10</sup> Vale destacar o papel que o vice-Almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva teve na busca brasileira pelo domínio da tecnologia do enriquecimento de urânio e no projeto do submarino nuclear brasileiro.

O governo Sarney apesar desses resultados foi o responsável por uma acentuada piora nas relações com Washington, por diversas razões. Entre essas, é possível destacar a edição da Lei de Informática, a qual instituía protecionismo em relação aos produtos estrangeiros deste setor; as disputas comerciais diversas; e a atuação brasileira no regime financeiro internacional, em especial pelo posicionamento de contestação com a moratória de 1987.

Fernando Collor de Mello (1990-1992), o primeiro presidente eleito de forma direta pela população em mais de 25 anos, procurou resolver esses impasses. Dentro do processo de recuperar a relação com os EUA, o presidente Collor, após a descoberta do programa nuclear paralelo, mandou fechar o local estipulado para testes de detonação na Serra do Cachimbo (FLEMES, 2006; CNEN, 2019). Para completar, o presidente declarou na ONU que o Brasil não tinha o interesse de conduzir detonações atômicas, nem mesmo para fins civis.

Os anos 1990 foram um período de redirecionamento da PEB. Os anos que se iniciam no governo Collor representaram um rompimento com o que orientava a ação externa por quase 60 anos. A dificuldade de traçar a melhor estratégia no fim da Guerra Fria e os desafios internos levaram os diferentes governos a adotarem políticas diferentes e não tão alinhadas às questões de desenvolvimento anteriores (CERVO; BUENO, 2011).

Ao mesmo tempo que tomava tais atitudes de frear o programa paralelo e assegurar o não interesse brasileiro nos desenvolvimentos militares da tecnologia nuclear, Collor aumentava os recursos dos fundos secretos. O presidente dobrou tais recursos, dos quais 90% foram direcionados à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) no orçamento proposto para 1991 (FLEMES, 2006). Cabia à SAE coordenar as pesquisas nucleares, as quais eram conduzidas, principalmente, nos laboratórios da Marinha.

As relações com os EUA, apesar das tentativas de Collor, pioram com o a Guerra do Golfo em 1990. O Brasil era, no momento, o principal fornecedor de armamentos do Iraque, recebendo inúmeras críticas por parte de Washington, especialmente pela cooperação no setor de mísseis e nuclear. Novamente Collor procurou fazer concessões para evitar essa situação, levando o presidente a tomar medidas para conter a exportação de armamentos para zonas de conflitos e no abandono de seu programa nuclear militar (FLEMES, 2006).

Contudo, de acordo com Schirm (1994), a situação do programa nuclear brasileiro possibilitava uma certa autonomia das unidades de pesquisas dentro das forças armadas, dificultando que fosse desmantelado os avanços e desdobramentos do programa nuclear militar. Collor, apesar de retoricamente abandonar o apoio ao programa, pouco fez para pressionar ou buscar a suspensão deste no meio militar (FLEMES, 2006).

Não obstante, em julho de 1991 Brasil e Argentina assinam o acordo que criou a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), o qual tinha a AIEA como quarta parte no tratado. Ademais, em 1994 o Senado brasileiro abriu o caminho para a ratificação do Tratado de Tlatelolco, o qual havia sido assinado na década de 1960, e previa a criação de uma zona livre de armamentos nucleares na América Latina e no Caribe (FLEMES, 2006; CERVO; BUENO, 2011). Essa contínua aproximação entre os países veio a se materializar de forma mais importante na criação do Mercosul.

No governo Itamar Franco (1992-1994) a política nuclear mantém-se similar à do governo Collor. Com importância substancialmente inferior a outras temáticas, a política nuclear continua a seguir os rumos traçados no governo anterior, procurando evitar rugas com os EUA e dando continuidade ao processo de integração que vinha sendo realizado.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) não alterou os desdobramentos recentes da política nuclear brasileiro. Com o avançar da integração com a Argentina e a tentativa do governo de se inserir nos regimes internacionais em busca de maiores espaços, o governo já se dirigia a mudar sua postura frente ao TNP.

Assim, em 1997 o governo brasileiro assina o TNP, o qual é ratificado em 1998 pelo Congresso Nacional. Além disso, o país já havia adentrado outros acordos dentro do regime, entre eles o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis e o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT) (PECEQUILO; BERTOLUCCI, 2019). A ratificação do TNP não foi uma surpresa, pois o país já havia se comprometido a renunciar ao armamento nuclear através do acordo de criação da ABACC e do Tratado de Tlatelolco. O governo brasileiro esperava que ao tomar tal postura o país ganhasse respaldo no seu pleito ao assento permanente no CSNU e na busca de ser um ator global (FLEMES, 2006).

Contudo, ainda que assinando o TNP, o governo brasileiro o fez com uma ressalva. A diplomacia brasileira não apoiou o Protocolo Adicional ao TNP de 1997, o qual versava sobre salvaguardas adicionais aos Estados signatários (PECEQUILO; BERTOLUCCI, 2019). Ainda assim, o país materializa a modificação de sua atuação no campo nuclear, a qual vinha acontecendo há alguns anos.

A opção por ratificar o TNP pode ser lida dentro do contexto que Cervo e Bueno (2001) chama de “paradigma do Estado normal”, que teria sido empregado durante grande parte da década de 1990, especialmente durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Este paradigma teria levado ao “[...] desmonte da segurança nacional e a adesão a todos os atos de renúncia à construção de potência dissuasória.” (CERVO; BUENO, 2011, p. 492).

Como forma de mitigar essa situação, a diplomacia brasileira optou por fortalecer o processo de integração da América do Sul, na tentativa de proteger a região e os interesses brasileiros de possíveis interferências estadunidenses. Essa situação se deve, em grande parte, pela perda de espaço das FFAA na década de 1990, inclusive na área da segurança nacional, tendo o Itamaraty assumido papel principal, processo que também ocorreu no país vizinho, resultado das ditaduras militares vividas em ambos.

Apesar disso, Cervo e Bueno (2011) também argumentam que certos setores da política do governo FHC adotaram características de um Estado logístico, que segundo eles seria a procura de inserção madura no plano internacional. Poderia ser a opção pela ratificação do TNP parte dessa estratégia? Pode-se argumentar nesse sentido, visto os constrangimentos para aqueles que mantinham a opção nuclear ou, como a Índia, que vieram a fazer a opção pela nuclearização. Contudo, ao abrir mão dessa questão, o governo brasileiro dificultava a sua revisão futura, quase inviabilizando a retirada do tratado, comprometendo, assim, as possibilidades de barganha que o armamento nuclear pode apresentar, para além da sua capacidade dissuasória.

De acordo com Cervo e Bueno, o Brasil na década de 1990:

Renunciou à construção da potência e ao exercício da força como instrumento da política ao aderir aos pactos de erradicação de armas químicas e biológicas de destruição massiva, ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis e ao Tratado de Não Proliferação Nuclear. (CERVO; BUENO, 2011, p. 503).

Essa atuação brasileira teria ocorrido na tentativa de criar uma maior estabilidade na região. Segundo Cervo e Bueno (2011), a atuação brasileira contribui para que se criasse na América do Sul uma zona de paz e cooperação. Assim, o governo brasileiro renunciou ao sistema de segurança nacional e optou por uma atuação mais idealista na política internacional, abandonando a atuação mais realista que vinha sendo guia da ação externa de Brasília (CERVO; BUENO, 2011).

### 3.3.1 Recuperando os níveis de análise

Para entender essas transformações faz-se mister o entendimento das transformações nos níveis de análise. Como destacado nos momentos anteriores, o nível regional vem sendo de suma importância para a política nuclear brasileira, o que não se modifica na última década do século XX. Ao contrário, a modificação da postura brasileira, ainda que influenciada pelas modificações que o cenário internacional presenciou e, também, as mudanças políticas do-

místicas, não pode ser bem compreendida se não pela modificação das relações com a Argentina.

No nível internacional o fim da década de 1980 coincidiu, também, com o fim da disputa bipolar no sistema internacional. Com o bloco soviético cada vez mais fraco e a queda do regime em Moscou em 1991, os EUA gozaram de proeminência sem páreo. Essa situação levou o governo de Washington a pressionar por agendas que aumentavam sua influência no globo, sejam elas econômicas ou políticas.

No que tange o regime nuclear, os anos 1990 foram marcados por avanços e recuos na contenção da proliferação nuclear. Ao passo que foram acordados novos tratados e a renovação do TNP, houve a contestação máxima do regime com os testes nucleares no Sul da Ásia. Ainda assim, o governo Clinton encampou ao longo do seu mandato a defesa da não proliferação e procurou pressionar os países que ainda não haviam adentrado o regime.

Principal potência externa a penetrar na América do Sul, os EUA encontraram uma América do Sul mais solícita aos anseios estadunidenses. O voluntarismo do governo de Menem e Collor representaram uma modificação na postura da região frente à potência hemisférica. Com a não modificação de caminho por FHC, o nível inter-regional (CRS da América do Norte e CRS da América do Sul) passou a ser de menor contestação na área nuclear, ainda que surgissem novos espaços de disputa, especialmente na área comercial com a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Regionalmente o momento é de suma importância para o PNB. Tendo em vista que nesse mesmo momento a Índia e o Paquistão se encontram em uma corrida nuclear, com a piora das relações e a incapacidade de estabelecer medidas que aumentem a confiança entre eles, na América do Sul Brasil e Argentina caminham no sentido oposto. Após o período de piora nas relações nos anos 1970, a virada para a década de 1980 deu o início para uma nova postura entre os países.

De acordo com Candeas (2005), a partir de 1988, a relação entre Brasília e Buenos Aires pode ser lida como a ‘Construção da estabilidade estrutural pela integração’. Essa situação tem momentos anteriores ao ano de 1988, como o aviso prévio do presidente Sarney ao presidente Alfonsín de que o Brasil havia dominado a tecnologia de enriquecimento de urânio, em 1997. Para Candeas (2005), posturas como essa visam a construção de confiança, o que irá impactar, sob uma ótica construtivista, na própria transformação dos padrões de comportamento entre ambos.

Não obstante essa situação, o movimento mais importante do período é o início de um processo de integração regional que os dois países vão capitanear. A Ata para a Integração

Brasileiro-Argentina de 1986, o Tratado da Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988, a Ata de Buenos Aires de 1990 e o Tratado de Assunção de 1991 vão marcar o início de uma aproximação inédita no Cone Sul (CANDEAS, 2005).

A criação do Mercosul, resultado desse contínuo processo de aproximação e construção de confiança materializa essa nova realidade regional. O regime nuclear não será exceção, e a integração também ocorre em um espaço marcado pela disputa anterior. O Acordo Bilateral para Usos Exclusivamente Pacíficos da Energia Nuclear e a criação da ABACC vão findar quaisquer rugas e suspeitas que ainda existiam dentro dos dois programas.

O Governo Menem, que assumiu na Argentina em 1989 vai intensificar as modificações que vinham ocorrendo na atuação externa do país. Sob sua administração a Argentina ratifica o Tratado de Tlatelolco e o TNP, além de abandonar seu projeto balístico (CANDEAS, 2005). Ademais, em 1997 os dois países entram em uma aliança estratégica, simbolizada pelo Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação Bilateral em matéria de Defesa e Segurança Nacional.

No nível doméstico esse momento presencia uma modificação de postura externa. A primeira eleição após a ditadura militar e a orientação política do presidente Collor dão início a uma modificação interna, com reflexos enormes no exterior. O governo brasileiro procurando se aproximar dos EUA e por adentrar os diferentes regimes passa a abandonar a postura de maior confrontação que antes fazia.

A postura externa brasileira do período seria marcada pela lógica da autonomia pela integração (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). A ideia era de que o Brasil não iria conseguir alcançar objetivos maiores a partir da confrontação no sistema internacional, precisando ceder e recuar em alguns espaços, para que colhesse melhores resultados por meio da cooperação e participação em diferentes regimes, entre eles o nuclear.

Apesar de Itamar Franco não concordar tanto com essa linha de atuação, o presidente que assumiu após a renúncia de Collor pouco fez para modificar a trajetória do programa nuclear brasileiro. Algo que é seguido por FHC, que mantém uma postura de reformas internas e de aproximação com os EUA, evitando possíveis conflitos e pontos de descompasso entre Brasília e Washington.

Outro fator importante foi a saída dos militares do poder, tradicionalmente mais preocupados com questões relativas à defesa e segurança, bem como com a projeção de poder. Com a retomada do controle pelos civis e as posteriores ações para alcançar um maior controle sobre as FFAA, os governos civis buscaram uma nova postura regional e com a antiga rival, e agora parceira, a Argentina.

### 3.4 Conclusão

Ao propor uma análise dos condicionantes e motivantes do programa nuclear brasileiro a partir da TCRS evita-se uma explicação monocausal, como Wrobel (2017) afirma ser comum para analistas que tentam compreender o programa nuclear brasileiro apenas a partir da relação com a Argentina. Apresentando a pesquisa a partir dos três níveis de análise, possibilita-se um entendimento completo das dinâmicas que influenciaram o PNB ao longo da sua história.

Não obstante a possibilidade de argumentar que a motivação para desenvolver os programas nucleares pacíficos não é encontrada a partir da dinâmica da relação entre eles, o desenvolvimento do PNB na década de 1970 e o lançamento do programa paralelo não podem ser entendidos sem essa análise. Gaspari (2004) relembra o posicionamento dos governos militares na temática. No tocante ao governo Geisel fica claro a motivação por buscar o domínio da tecnologia, inclusive para produção de explosivos.

Portanto, ainda que por um breve período, o interesse brasileiro por desenvolver todas as possibilidades da energia nuclear, inclusive com a criação de um programa paralelo só pode ser entendido a partir de um contexto onde as relações com sua vizinha e rival chegaram no ponto mais baixo em muitos anos. Contudo, assim como entendemos a questão regional como motivante para o objetivo de ter a opção nuclear, ela também pode ser motivadora do abandono, caso não haja mais ameaça.

É nesse sentido que reafirmamos a validade e a importância do argumento regional e da sua singularidade no estudo do programa nuclear brasileiro, uma vez que o abandono do país de seu projeto nuclear paralelo e sua contestação ao regime de não proliferação se dá na esteira da construção de confiança e de um novo padrão de relacionamento com a Argentina. Sem que essa relação se modificasse não seria possível vislumbrar um movimento semelhante ao que foi percebido nos anos 1990.

Essa opção corrobora a tese dessa dissertação, na medida em que, ao abandonar o seu programa paralelo e ratificar o TNP em 1998, o Brasil adota um caminho contrário ao da Índia que, no mesmo ano, se declara nuclearmente armada após os testes de *Pokhran II*. Portanto, tendo em vista que o contexto global é o mesmo, a diferença se dá no contexto regional e doméstico, com a predominância do regional, na medida em que o Brasil não mais percebia sua vizinha como uma ameaça, ao passo que a Índia vislumbrava uma corrida nuclear com o Paquistão como inevitável.

Portanto, ao destacarmos a relevância das dinâmicas e realidades regionais argumentamos que essas podem ser elemento definitivo na escolha do país perseguir o objetivo de obter o armamento nuclear ou não. No caso brasileiro, o abandono dessa opção ocorre na sequência do estabelecimento de um processo de cooperação inédito na região e de uma importante inflexão na relação com os EUA no pós-Guerra Fria, com a reaproximação e menores contestações. Ao passo que a Índia, como será exposto a seguir, se vê em uma realidade antagônica.



#### 4 O PROGRAMA NUCLEAR INDIANO (1950/1998)

Desde sua independência em 1947, a Índia conviveu com conflitos nos diferentes níveis de análise. Domesticamente teve de lidar com as disputas internas ao Partido do Congresso Nacional Indiano (PCNI) sobre o futuro do Estado indiano, se este seria laico ou Hindu; regionalmente as disputas com o Paquistão se iniciaram na separação entre os territórios e a criação dos dois Estados; e internacionalmente teve de se inserir no sistema internacional em um contexto de bipolaridade, com a Guerra Fria permeando as relações entre os Estados.

Jawaharlal Nehru foi escolhido Primeiro Ministro nesse contexto e procurou desenhar uma política externa de autonomia e de desenvolvimento. Defensor de uma Índia laica, Nehru acreditava ser possível romper com as desconfianças religiosas existentes, além de imaginar que o desenvolvimento do país levaria a mitigação dessas diferenças. A favor da energia nuclear por entender os ganhos que a utilização pacífica poderia trazer para a humanidade, o primeiro ministro foi contrário até falecer à ideia de desenvolver um armamento nuclear. Por ter dirigido o país da sua independência até sua morte em 1964, Nehru é uma das grandes figuras do país e da construção da Índia domesticamente e internacionalmente.

Contudo, o governo de Nehru já se iniciou conturbado, marca do processo de separação das comunidades que se seguiu à criação dos dois Estados<sup>11</sup> no subcontinente. Essa situação se acentuou com o processo de entrada do território Caxemir, até então independente, à Federação indiana. Com as hostilidades paquistanesas no seu território, o Marajá Hari Singh fez uma solicitação à Índia para que defendesse o território Caxemir em caso de ataque paquistanês, ao que Nova Délhi respondeu que o faria desde que a Caxemira se tornasse parte da Índia. O acordo selado entre as partes instituiu uma condição especial ao território caxemir dentro da Federação, posição que foi criticada desde o início pelos fundamentalistas hindus indianos. Tal condição era exposta no artigo 370 da Constituição indiana<sup>12</sup>.

A defesa do território por parte da Índia foi posta à prova logo no ano seguinte à independência, com os ataques paquistaneses para anexar a região, Nova Délhi foi a guerra pela primeira vez, mas não a última, contra seu vizinho. A guerra terminou por meio de um armistício, negociado em parceria com a ONU, o qual estipulava que ambos os países se comprometiam a realizar um referendo na região para que a população escolhesse seu destino.

---

<sup>11</sup> Sendo que o Paquistão fora dividido em dois: ocidental e oriental.

<sup>12</sup> O artigo 370 confere ao estado de Jammu e Caxemira uma status de maior autonomia do que as demais regiões do país, e se tornou um importante alvo dos movimentos nacionalistas e hindus, que historicamente defendem a sua revogação.

Ao nordeste do subcontinente indiano, a China viu o fim de uma sangrenta guerra civil que durou cerca de uma década, sendo interrompida apenas pela invasão japonesa na Segunda Guerra Mundial, mas que logo findado o conflito foi reiniciada. A vitória dos comunistas liderados por Mao Zedong teve importante impacto no contexto regional e internacional. Na Índia, Nehru comemorou imaginando ser possível a formação de uma aliança entre os dois Estados para uma articulação que redefiniria o sistema internacional. Em pouco mais de uma década essa visão provou-se errada com a guerra sino-indiana.

É nesse contexto desfavorável e belicoso que a Índia teve de elaborar uma estratégia de inserção internacional e de atuação externa que lhe permitisse desenvolver economicamente e garantir sua segurança e defesa frente a possíveis ameaças. Dessa maneira, um dos programas e projetos que foram pensados para responder a esses desafios foi o programa nuclear. Inicialmente voltado apenas para fins civis, o programa sofreu alterações ao longo dos anos, sendo modificado e adquirindo uma característica dual, com um desenvolvimento militar paralelo, ainda que não declarado. Tal situação ficou evidente em 1974 com a chamada “explosão nuclear pacífica” nos testes de *Pokhran I* e foi encerrada em 1998, quando a Índia oficializou o seu poderio nuclear por meio dos testes de *Pokhran II*.

Esse capítulo fará uma reconstrução do programa nuclear indiano, demonstrando de que maneira ele foi influenciado a partir dos acontecimentos nos níveis de análise propostos pela TCRS. Assim, procuramos demonstrar a relação existente entre a política externa indiana e os caminhos escolhidos para o programa nuclear, evidenciando as transformações pelas quais este passou da sua criação até os testes de 1998. Em especial, destacamos o papel central da região nas transformações do programa nuclear, o qual é percebido como um dos principais elementos da segurança internacional da Índia frente as duas principais fontes de ameaça ao país, o Paquistão e a China.

Esta agenda indiana no regime nuclear foi pautada pela defesa do direito ao desenvolvimento pacífico da energia nuclear, associado a uma posição contrária à corrida nuclear que se configurava no campo militar, pregando em nome do desarmamento nuclear (CHARNYSH, 2009). Essa posição passa a mudar a partir dos anos 1960, não com o abandono das finalidades civis da tecnologia nuclear, mas com o programa adquirindo novas características e desdobrando para o início de um programa nuclear militar.

A nova faceta do programa foi fortemente influenciada pela deterioração das relações entre a Índia e seus principais rivais: o Paquistão e a China, sendo a guerra sino-indiana de 1962 e os testes nucleares chineses de 1964 fundamentais para essa inflexão (CHAKMA, 2005; SUBRAHMANYAM, 2018; VANAİK, 1995; PANT, 2007). Desse momento em diante

a Índia passou a deixar aberto a posição de se tornar um Estado nuclearmente armado, porém passou a maior parte da metade final do século XX com um comportamento ambíguo, ao mesmo tempo que defendia o desarmamento não se comprometia a desistir de seu programa nuclear.

A posição indiana frente ao regime nuclear veio a ser definida em maio de 1998, com os testes nucleares o país oficializava a posse do armamento nuclear. Assim, o presente capítulo procurará detalhar o programa nuclear e sua relação com a política externa indiana ao longo do tempo. Para isso iremos analisar dentro de cada momento histórico as transformações nos níveis de análise que impactaram nas decisões e escolhas da Índia para seu programa nuclear.

Nesse sentido, utilizaremos os períodos propostos por Chakma (2005) que divide o programa nuclear indiano em três momentos até os testes de 1998. O primeiro corresponde ao período de 1947 até 1964, ano dos testes nucleares chineses. O segundo vai de 1964 até 1974, ano da “explosão nuclear pacífica” conduzida pela Índia no seio dos testes de *Pokhran I*. Por fim, o terceiro período vai de 1974 até 1998, ano em que a Índia conduz os testes de *Pokhran II* e oficializa seu status de detentora do armamento nuclear (CHAKMA, 2005; CHARNYSH, 2009; CENTRE FOR SCIENCE AND SECURITY STUDIES, 2017).

Assim, buscaremos analisar nesses três períodos as transformações que ocorreram dentro do CRS do Sul da Ásia e no Supercomplexo de Segurança da Ásia que afetaram o programa nuclear indiano, entendendo como esse se relaciona com a política exterior do país e com sua estratégia de inserção internacional. É possível traçar alguns motivadores para a proliferação nuclear. De acordo com Chakma (2005), há quatro argumentos que embasariam a escolha de adquirir o armamento: preocupações de segurança, prestígio, imperativo tecnológico e política doméstica.

Neste capítulo destacamos a importância do argumento da preocupação de segurança. Vamos mais além ao dizer que essas preocupações são, principalmente regionais, seguindo o argumento da TCRS de que as ameaças são mais intensas em curtas distâncias. Esse será o argumento analisado com mais propriedade no capítulo, de forma a traçar quais foram as preocupações e acontecimentos que levaram a uma leitura de insegurança por parte da Índia, motivando Nova Délhi a optar pelo armamento nuclear.

Os outros argumentos também são importantes, mas na nossa visão não seriam os principais para explicar a nuclearização do subcontinente indiano. Apesar disso, não excluímos dos cálculos indianos que tais elementos também embasaram a escolha do país, na medida que só foi possível os testes com o avanço tecnológico do país na área, que domesticamen-

te o apoio à bomba era importante<sup>13</sup> e que se almejava para o país maior prestígio no cenário internacional.

Dessa forma, concordamos com Chakma (2005) que afirma:

*[...] various factors influenced India's pursuit of a nuclear development programme, although ultimately it was concern for national security that played the critical role in turning it to a military oriented project. In particular, [...] India's choice to pursue a nuclear weapons strategy primarily relates to its perception that its security as a state was best preserved by doing so in a strategic environment dominated by an intractable security dilemma involving itself, China, and, increasingly after 1974, Pakistan. (CHAKMA, 2005, p. 190).*

Este capítulo procurará encontrar na história do programa nuclear indiano e do subcontinente os momentos que impactaram nas escolhas que ocasionaram nos testes de 1998. Dessa forma, procuraremos analisar quais foram os fatores de insegurança que criaram o contexto que levou os governos indianos a incentivarem o desenvolvimento de um programa nuclear para fins militares, modificando a anterior postura de defesa do desarmamento e da visão de Nehru da energia apenas para fins pacíficos.

#### **4.1 O início do Programa Nuclear e a era Nehru (1947-1964)**

Antes mesmo da independência a Índia deu os primeiros passos para o desenvolvimento de um programa nuclear com a criação em 1944 do Instituto Tata de Pesquisa Fundamental (TIFR, em inglês) e em 1946 do Comitê de Pesquisa de Energia Atômica (AERC, em inglês) (CHAKMA, 2005). Esse interesse indiano pela tecnologia nuclear era orientado, principalmente, pelas possibilidades que se vislumbrava para a energia nuclear, considerada pela maior parte dos governos indianos ao longo do século XX como catalisadora do desenvolvimento de toda a humanidade (CHAKMA, 2005; MISHRA, 1997).

No ano seguinte, em 1948, a Índia deu início ao seu programa nuclear com a criação da Comissão de Energia Atômica (AEC, em inglês), a qual foi instituída pelo Ato de Energia Atômica (AEA, em inglês), tornando-se o primeiro Estado do terceiro mundo a desenvolver um programa de energia nuclear (PANT, 1984; CHAKMA, 2005; VANAIK, 1995; ANDRADE; CARPES; LEITE, 2017; CENTRE FOR SCIENCE AND SECURITY STUDIES, 2017). Além de criar a AEC, o AEA colocou todas as reservas de urânio e tório no país sob controle do Estado, o que facilitou a pesquisa e o desenvolvimento nuclear em segredo (CHAKMA, 2005).

---

<sup>13</sup> Não só o apoio, mas o lobby em defesa da bomba e da opção por adquirir o armamento cresceu ao longo dos anos. Um dos principais defensores dessa estratégia era o idealizador do programa nuclear indiano, Homi J. Bhabha.

Em 1954 o programa nuclear foi fortalecido pela criação do Departamento de Energia Atômica (DAE, em inglês), ligado à AEC, o qual tinha o objetivo de continuar as pesquisas e o desenvolvimento tecnológico da energia nuclear no país (CHAKMA, 2005; ANDRADE; CARPES; LEITE, 2017). Ainda em 1954 é criado o Estabelecimento de Energia Atômica Trombay, que visava garantir a produção da infraestrutura nuclear, a partir da capacitação de mão de obra e de infraestrutura básica que facilitassem o andamento do programa nuclear (CHAKMA, 2005).

Por volta de 1955 a Índia adquire seu primeiro reator, o *Aspara Research*, construído internamente no país em parceria com o Reino Unido, foi seu primeiro reator de pesquisa (CHARNYSH, 2009; ANDRADE; CARPES; LEITE, 2017; CHAKMA, 2005). No ano seguinte, o país compra do Canadá o reator de pesquisa *CIRUS* 40MWt, o qual era movido a base de água pesada moderada, e foi operado com o fornecimento de água pesada pelos EUA, na esteira do projeto “Átomos para Paz” (CHARNYSH, 2009; ANDRADE; CARPES; LEITE, 2017).

Apesar do interesse indiano de continuar o programa orientado para fins pacíficos, importantes acontecimentos desencadeiam discussões dentro de diferentes espaços na Índia sobre se esta seria a melhor estratégia a seguir. Percebemos que estes desdobramentos impactaram na organização do programa e nas disputas internas na Índia sobre qual deve ser a posição indiana dentro do regime nuclear, alimentando, especialmente, aqueles que entendiam ser necessário o armamento nuclear. Assim, a seguir irão ser descritos quais foram os fatos que ocorreram nos três níveis de análise propostos pela TCRS (global, regional e doméstico) que levaram a modificações no programa nuclear indiano.

#### 4.1.1 Recuperando os níveis de análise

No contexto global esse primeiro período foi marcado pelo incentivo do desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins pacíficos, destacando-se a política dos “Átomos para a Paz” dos EUA. Como defensora da não-proliferação, a Índia foi bem-sucedida na sua estratégia de desenvolver uma infraestrutura nuclear, utilizando das políticas de transferência de tecnologia, as quais eram condicionadas ao não desenvolvimento de um programa militar. Portanto, sob a liderança de Nehru, Nova Délhi foi capaz de adquirir apoio financeiro e técnico junto a vários países industrializados, montando as bases de seu desenvolvimento socioeconômico, dentre eles o setor nuclear (PANT; SUPER, 2015).

Ainda que tivesse a atuação internacional balizada pela política de não-alinhamento, Nova Délhi contou com a ajuda estadunidense durante o conflito contra a China em 1962, que além de fornecer equipamentos e comida ao país, também ameaçou impor embargos à Pequim caso não cessasse as hostilidades. Essa situação demonstra a penetração das questões globais e dos grandes atores na região, na medida em que podemos relacionar essa posição estadunidense com sua política de contenção do comunismo, especialmente em um momento que as relações com Pequim estavam cortadas desde a revolução. Tal situação levou até a questionamentos quanto a validade da política de não alinhamento, visto a dependência do auxílio de Washington durante o conflito (PANT; SUPER, 2015).

No nível de análise intra-regional, a deterioração da relação com o Paquistão, que ocorre desde o primeiro conflito entre ambos em 1948, especialmente no que diz respeito à Caxemira. Além disso, a relação cada vez mais próxima entre os EUA e Paquistão passou a mudar a leitura dentro das forças políticas indianas, levando a aumentar a força daqueles que alegavam a necessidade de adquirir a capacidade nuclear militar (CHARNYSH, 2009).

Ainda na Ásia, mas no nível inter-regional, o fim da década de 1950 e os anos 1960 são marcados por importantes inflexões que alteram a percepção indiana do seu entorno regional. Um dos primeiros sinais dessa inflexão é a postura chinesa em 1958 de indicar, pela primeira vez, que iria desenvolver o armamento, levando o próprio Nehru, defensor do desarmamento e da não proliferação afirma, em novembro de 1960 no parlamento indiano que: *“If nothing effective is done in regard to disarmament in the course of the next three or four years, it may perhaps become too late to deal with it; it may become almost impossible to control the situation.”* (NEHRU apud CHAKMA, 2005, p. 194).

Mesmo com essa declaração, Nehru opta por continuar com a postura e estratégia da não proliferação, mas se fortalece os debates internos na Índia da necessidade de se repensar o programa nuclear. Isso se percebe nas discussões na *Lok Sabha*<sup>14</sup> a partir de 1959, onde foram introduzidas moções para se discutir uma expansão dos estudos no programa nuclear para a área de defesa (CHAKMA, 2005).

Ainda assim Nehru não via a China como uma ameaça. É a partir da guerra sino-indiana de 1962, quando a Índia é atacada e derrotada pela China que temos o primeiro momento de alteração na percepção da ameaça que a China impunha, ainda que sem alterações substanciais no programa nuclear. Com isso, começa a se romper com o princípio *“Hindi-Chini Bhai Bhai”* (que significa que indianos e chineses seriam irmãos) e com a presunção de que uma China comunista não atacaria a Índia (CHAKMA, 2005).

<sup>14</sup> Casa baixa do parlamento nacional da Índia.

Contudo, o principal momento e motivo de inflexão no programa nuclear indiano acontece em 1964. Nesse ano a China realiza seus primeiros testes nucleares, o que eleva a sensação de ameaça por parte de Nova Délhi (CHARNYSH, 2009; PANT, 2007; CHAKMA, 2005). Ainda que os testes de 1964 não foram uma surpresa para o governo indiano, visto que suas lideranças já observavam o crescente risco de uma China nuclear desde fins dos anos 1950, o contexto e o padrão de relação entre os Estados mudou, com a China não mais como um aliado em potencial, mas sim uma ameaça e risco a segurança indiana.

Com a piora nas relações regionais, em um contexto que era entendido como ameaça à segurança indiana, as forças dos que defendiam a criação de um programa nuclear se fortalecem na Índia (ANDRADE; CARPES; LEITE, 2017; CHARNYSH, 2009). Com a ameaça agora vindo de uma China nuclear, aquela que antes era vista como uma aliada por Nehru, passa a ser uma das mais importantes fontes de insegurança para Nova Délhi. Assim, como foi por milhares de anos, a Índia passa a ter sua principal região de ameaça o noroeste do país, com Paquistão a Oeste e a China ao norte (HORIMOTO, 2017).

Não obstante, no nível doméstico também se percebe uma importante alteração que irá impactar na estrutura e na estratégia por trás do programa nuclear indiano. Defensor da não proliferação e do desarmamento nuclear, Nehru procurou manter o programa nuclear indiano voltado para fins pacíficos e de uso civil. De acordo com Chakma (2005), não há qualquer indício de implicações militares no programa indiano nesse período. Contudo, a morte de Nehru em 1964 abriu uma nova possibilidade para aqueles que entendiam não ser suficiente a posse de forças militares convencionais, mas que era preciso desenvolver outras potencialidades da tecnologia nuclear, a ler: a capacidade de produzir o armamento atômico (CHARNYSH, 2009; ANDRADE; CARPES; LEITE, 2017).

Durante as décadas de 1950 e 1960, a Índia foi capaz de construir sua infraestrutura nuclear, com as políticas do governo de fomentar o setor e com o auxílio externo de diferentes países (CHAKMA, 2005). Dessa forma, com os acontecimentos que ocorreram nos anos 1960, a Índia foi capaz de lançar, com sucesso, um programa de desenvolvimento do armamento nuclear em 1955, utilizando toda a infraestrutura adquirida anteriormente.

#### **4.2 Os testes chineses e a busca pela explosão nuclear pacífica (1964-1974)**

Após os testes chineses, de acordo com Subramahmanyam (2018), o Primeiro Ministro Lal Bahadur Shastri procurou garantir junto ao primeiro ministro inglês Harold Wilson, quando da visita desse à Índia em dezembro de 1964, uma possível extensão da dissuasão bri-

tânica no subcontinente, na tentativa de garantir a segurança indiana frente uma China nuclear. Com a resposta negativa do seu correspondente britânico e as pressões de membros do PCNI no congresso de Durgapur em 1965, Shastri autorizou o Projeto de Explosão Nuclear Subterrâneo (SNEP, em inglês), que pretendia viabilizar a construção e explosão de um artefato nuclear por parte da Índia (CHAKMA, 2005; SUBRAHMANYAM, 2018).

A postura indiana nesse período é a de manter aberta a “*nuclear option*”, isto é, ter a opção de desenvolver o armamento nuclear caso percebesse necessidade, o que fica demarcado com a recusa do país em ratificar o TNP em 1968 (CHAKMA, 2005; SUBRAHMANYAM, 2018). Dessa forma o país procurava manter o discurso de desarmamento nuclear e defesa da não-proliferação, ao mesmo tempo em que viabilizava o domínio da tecnologia para um programa nuclear militar.

O fato de o governo indiano ter lançado a SNEP logo após os testes chineses é fundamental para entender as motivações das novas considerações que passam a estar presentes no programa nuclear indiano. Subramahmanyam (2018) afirma que: “[...] *India’s nuclear security concern goes back to 1964 and was directly linked to the Chinese nuclear test.*” (SUBRAHMANYAM, 2018, p. 293).

Em 1965, já sob a liderança de Indira Gandhi, filha de Nehru, a Índia foi um dos países a defender a Resolução 2028 na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) daquele ano. A Resolução tinha como objetivo assegurar que haveria responsabilidades recíprocas dentro do regime nuclear, de forma que os países detentores de armamento nuclear iriam parar a proliferação de armamentos nucleares, e os países não detentores se comprometeriam a não perseguir o armamento (SUBRAHMANYAM, 2018).

Além disso, Indira era contra a escolha de seu antecessor de permitir ou de possibilitar o desenvolvimento do armamento nuclear, como era o objetivo da SNEP. Contudo, o conflito com o Paquistão em 1965, o apoio chinês a Islamabad e os novos testes nucleares de Pequim fizeram com que a primeira ministra voltasse atrás e reativasse a SNEP, modificando sua própria política nuclear (CHAKMA, 2005).

Um dos acontecimentos mais importantes dentro do regime nuclear neste período é a aprovação do TNP em 1968. A posição indiana foi de oposição ao tratado, por entender que este privilegiava as cinco nações detentoras do armamento nuclear, ao passo que impedia novos países de desenvolver a tecnologia, relegando-os a uma posição de vulnerabilidade frente às potências nucleares. Ainda assim, o governo indiano continuou a se colocar a favor do desarmamento e da não-proliferação, defendendo que os países detentores deviam renunciar ao armamento (SUBRAHMANYAM, 2018; VANAIK, 1998).



Apesar de apoiar o início das negociações do TNP, a Índia modifica sua postura e termina as negociações se opondo ao tratado apresentado, isso fica claro a partir do entendimento indiano de que haveria um conflito de interesses contido no documento. Segundo Chakma (2005), *“While India wanted a reversal of the current process of nuclear proliferation, the major powers’ primary aim was to stop further horizontal proliferation of nuclear weapons. This gap in objectives finally hardened India’s stance against NPT.”* (CHAKMA, 2005, p. 208).

Durante as negociações do tratado e em diversas oportunidades ao redor do mundo, tanto diplomatas indianos quanto cientistas defenderam e apresentaram projetos e estudos sobre a possibilidade e validade das explosões nucleares “pacíficas”, isto é, fossem direcionadas a fins que não militares. Essa posição se espelhava nos testes que vinham sendo conduzidos à época pelas potências nucleares com a mesma finalidade (CHAKMA, 2005).

Em 1970, frente aos avanços chineses no setor, Dr. Vikram Sarabhai, presidente da AEC, anunciou duas importantes implicações para o programa nuclear indiano. Em um contexto do aumento das capacidades nucleares e balísticas da China, afirmou que: a Índia não iria produzir armas nucleares, contudo iria manter a opção de conduzir explosões pacíficas subterrâneas; e a adoção de um programa nuclear e espacial de dez anos pelo governo. O programa, conhecido como ‘Sarabhai Profile’ foi o plano mais ambicioso da história indiano no setor, almejando: *“[...] a self-reliant nuclear technology base and an advanced space programme, wich clearly foreshadowed the development of India’s missile delivery system.”* (CHAKMA, 2005, p. 210).

Este plano demonstra o comprometimento indiano com o planejamento a longo prazo de suas capacidades nucleares e de entrega, em grande parte sendo uma resposta aos desenvolvimentos chineses. Destaca-se do plano o fato de demonstrar que o país buscava aplicar, de forma vigorosa, um programa de desenvolvimento tecnológico (CHAKMA, 2005).

Em 1972 há o primeiro sinal positivo para os testes, com o relatório do Bureau de Inteligência e Pesquisa do Departamento de Estado indiano apresentado à Indira, o qual atestava a capacidade do país de realizar os testes nucleares (ANDRADE; CARPES; LEITE, 2017; SUBRAHMANYAM, 2018). Com a autorização da primeira ministra para os preparativos, o projeto vai ser materializado no primeiro teste nuclear indiano, o Pokhran I, em maio de 1974, na chamada “explosão nuclear pacífica”.

Apesar de ser o menor dos três da divisão do programa nuclear indiano, estes dez anos tiveram importantes acontecimentos para a política externa indiana, com transformações importantes nos cenários internacional e regional. Destaca-se no período uma forte interconexão

entre os dois níveis, com maior penetração das superpotências no subcontinente do que no período anterior. Portanto, a divisão entre global e regional em muitos dos acontecimentos é menos clara.

#### 4.2.1 Recuperando os níveis de análise

Internacionalmente, além das negociações do TNP já apresentadas, o período é marcado pela maior importância que os EUA dão à Guerra do Vietnã, diminuindo seu interesse em outras regiões, como o caso do Sul da Ásia. A relação entre a Índia e os EUA também piora devido às críticas de Nova Délhi ao conflito no sudeste asiático, além da aplicação de políticas econômicas que desagravam Washington (GANGULY, 2008).

Além disso, a Índia ficou ainda mais cética em relação aos EUA com o início da guerra com o Paquistão em 1965, conflito que impacta substancialmente no programa nuclear indiano (CHAKMA, 2005). No conflito Islamabad utilizou armamento fornecido por Washington, que havia assegurado que interviria em caso dessa situação acontecer. Contudo, não houve resposta dos estadunidenses, provando que a proximidade entre Nova Délhi e Washington com a guerra sino-indiana não foi duradora (PANT; SUPER, 2015).

Com o crescente distanciamento em relação aos EUA e uma tentativa de aproximação da URSS com o Paquistão, a Índia se viu em uma situação vulnerável. Essa situação pode ser ainda pior se levarmos em consideração que ao não se alinhar, o país não tinha sua segurança garantida ou não estava sob o guarda-chuva nuclear de nenhuma das superpotências, elevando a sensação de isolamento do país (CHAKMA, 2005). Como coloca Chellaney (1991): “[...] *nuclear weapons have helped make the superpowers and their allies feel secure, but the freedom these arsenals have given them may actually have made nations outside the alliances feel less secure.*” (CHELLANEY, 1991, p. 45).

Não obstante essas transformações, uma outra que une dois níveis de análise se torna muito importante no período, a ler: a retomada das relações entre EUA e a China. A década de 1970 se inicia com movimentos importantes na geopolítica mundial, iniciado com o racha sino-soviético, culminando na entrada de Pequim na ONU, assumindo o assento permanente no CSNU e com o estabelecimento das relações diplomáticas entre a China comunista e os EUA (PANT; SUPER, 2015; HORIMOTO, 2017; SUBRAHMANYAM, 2018).

Essa situação se torna ainda mais decisiva para a Índia no contexto da guerra de independência do Paquistão Oriental, futuro Bangladesh. Com a escalada do conflito e a proximidade entre China e Paquistão, a Índia se preocupava que o conflito pudesse transbor-

dar e impactar numa ameaça ao país. Contudo, uma possibilidade de intervenção no conflito por parte de Nova Délhi, a favor da independência, era vista com ressalvas, na medida que poderia significar o apoio chinês à Islamabad, que na época era o principal fornecedor de armamentos para o Paquistão (PANT, 2007; SUBRAHMANYAM, 2018).

A posição estadunidense também foi um sinal de alerta para o governo de Indira. Henry Kissinger, então conselheiro de segurança nacional, disse ao representante indiano no país, que não interveria ou realizaria qualquer movimento caso Pequim entrasse no conflito apoiando o Paquistão. Tal sinalização se dava no contexto de reestabelecimento das relações entre Washington e Pequim, que se desenhava como um dos principais elementos da política externa estadunidense à época (SUBRAHMANYAM, 2018).

Com essa situação não muito animadora se desenhando, a Índia procurou alternativas para resguardar sua segurança frente uma possível ameaça paquistanesa e chinesa. Apesar da política do não alinhamento continuar a ser defendida no país, o governo de Indira fez um movimento que muitos passaram a considerar o fim dessa política. Em agosto de 1971, para evitar estar sozinha frente à ameaça de uma China nuclear apoiar o Paquistão, ou mesmo de uma ingerência estadunidense, o governo indiano assinou um Tratado de Paz, Amizade e Cooperação com a URSS, por meio do qual os países se comprometiam a defender um ao outro de ameaças e conflitos (CHAKMA, 2005; SUBRAHMANYAM, 2018; PANT; SUPER, 2015; GANGULY, 2008).

Ainda no contexto do conflito, Kissinger teria sugerido que a China devia apoiar o Paquistão em um possível conflito com a Índia, visto que este considerava Nova Délhi um “fantoche soviético” (BURR, 2005). Além disso, em dezembro de 1971, com o aumento dos conflitos, os EUA enviaram um destacamento de navios para a baía de Bengala, incluindo um porta-aviões de capacidade nuclear, o *USS Enterprise*. Apesar da alegação de que os navios se destinavam à evacuação de estadunidenses, Kissinger apontou em suas memórias que na realidade o comboio visava enfatizar as ameaças dos EUA em caso de ataque indiano ao Paquistão Ocidental (SUBRAHMANYAM, 2018).

Os movimentos do governo Nixon visavam isolar a URSS e melhorar a posição estratégica dos EUA na Ásia. Ao mesmo tempo, essa aproximação foi conduzida com o aumento da deterioração das relações de Washington com Nova Délhi. Assim, a Índia se viu atrelada e mais próxima do que nunca a Moscou, ainda que defendia continuar a não se alinhar, alegando que o tratado visava garantir sua segurança frente as ameaças de outros países, e não como uma declaração de lado no conflito bipolar (PANT; SUPER, 2015; HORIMOTO, 2017). O

conflito foi fundamental para que o país passasse a perseguir políticas de defesa e nuclear mais robustas (CHAKMA, 2005).

Como descrito, o período encontra grandes penetrações de atores externos na região, sendo difícil de separar totalmente os níveis de análise. Contudo, vale ressaltar que as disputas regionais, especialmente os dois conflitos com o Paquistão no contexto do CRS sul asiático, e o desenvolvimento das capacidades nucleares chinesas foram muito importantes para os dobramentos do programa nuclear indiano no período.

Domesticamente também houve acontecimentos que impactaram nos caminhos do programa nesses dez anos. O primeiro foi a eleição da filha de Nehru, Indira. A primeira ministra num primeiro momento se opôs à novas possibilidades do programa nuclear planejada pela SNEP. Contudo, pouco depois já retomou os preparativos para o teste subterrâneo, tendo em vista as pressões domésticas sofridas em razão dos testes chineses.

Outro ponto de disputas domésticas era o TNP e como conduzir explosões pacíficas no contexto do tratado. Os indianos alegavam que tanto o tratado permitia as explosões pacíficas, quanto o Tratado de Banimento Parcial de Testes Nucleares (PTBT em inglês) não vedava testes que fossem conduzidos no subterrâneo (ANDRADE; CARPES; LEITE, 2017; SUBRAHMANYAM, 2018).

Ademais, dentro do programa também havia discordâncias. Sarabhai era cético quanto a validade da opção indiana de deixar aberto ou de eventualmente optar por desenvolver o armamento nuclear, alegando que ainda que conduzisse testes, o país ainda não poderia se considerar uma potência nuclear. Fora isso, o Dr. Sarabhai não gozava de muito apoio junto às demais autoridades e lideranças do programa nuclear, visto sua especialização em pesquisas espaciais, não nucleares (SUBRAHMANYAM, 2018).

É dentro deste contexto que o país conduz a “Explosão Nuclear Pacífica” (PNE, em inglês), cujo codinome era “*Smiling Buddha*”, autorizada pela primeira ministra Indira dois anos antes (CENTRE FOR SCIENCE AND SECURITY STUDIES, 2017; SUBRAHMANYAM, 2018). Também conhecido como *Pokhran I*, o teste de 1974 expôs ao mundo a capacidade indiana de produzir um artefato nuclear caso fosse necessário.

#### **4.3 A crescente insegurança e o exercício da opção nuclear (1974-1998)**

Após a PNE o programa nuclear indiano passou a ser caracterizado por sua “*Nuclear ambiguity*”, pois o país não afirmava nem negava seu interesse em se tornar oficialmente um Estado nuclear (CHAKMA, 2005; VANAIK, 1995; MISHRA, 1997). O governo indiano ba-

seava-se em um entendimento de que o TNP permitia as explosões pacíficas, voltadas para avanço tecnológico em áreas que não a militar. Além disso, o país realizou seu teste de maneira a alegar que o Tratado de Banimento Parcial de Testes Nucleares (PTBT, sigla em inglês) não seria desrespeitado, uma vez que ele não vedava explosões no subterrâneo, como foi o caso da PNE (ANDRADE; CARPES; LEITE, 2017).

Apesar das tentativas indianas, as impressões sobre a PNE foram variadas, enquanto o movimento dos países não alinhados e a França parabenizaram a conquista tecnológica indiana, os EUA e o Canadá não reagiram positivamente. Em resposta ao teste Washington dificultou o acesso indiano a material atômico e a novas tecnologias nucleares, já Montreal, irritada com a utilização do reator CIRUS para obter o urânio enriquecido que alimentou a explosão, cortou a ajuda que fornecia ao programa nuclear indiano (CHARNYSH, 2009; GANGULY, 2008; CHAKMA, 2005).

Embora internacionalmente a repercussão tenha sido negativa, a população indiana aprovou o teste em 1974, de acordo com Chakma (2005), uma pesquisa feita nacionalmente, demonstrou que 59% da população apoiavam a ideia de o país desenvolver a capacidade nuclear.

Destacar a importância do fator regional para a escolha indiana de desenvolver o armamento nuclear não é o mesmo que afirmar que apenas este seria seu motivador. Perkovich (1999), por exemplo, destaca a importância da dimensão doméstica, segundo ele a principal para o teste. Tal leitura se assemelha à de Sharma (1983), o qual aponta as pressões que os cientistas do programa realizavam sobre Indira para a condução da PNE. Contudo, apesar desses elementos todos serem importantes e da necessidade de os considerar, é notório que o momento do teste e a evolução do programa, bem como as declarações e as ações do governo indiano demonstram que eles não seriam suficientes para explicar o porquê do ano de 1974 ou 1998. Nesse sentido, concordamos com Chakma (2005) que afirma: “*It can be concluded that the domestic politics and the technological momentum arguments were not primary components in India’s decision to conduct a nuclear explosion in 1974.*” (CHAKMA, 2005, p. 217-218).

As alterações pelas quais o programa passa logo após os testes chineses, e a acentuação dos estudos e pesquisas para viabilizar uma explosão a partir do avanço da tecnologia chinesa se fazem fundamentais para esse entendimento. Soma-se a isso a maior proximidade entre Pequim e Islamabad, a guerra de independência de Bangladesh e o início do programa nuclear paquistanês, com indícios de apoio chinês ao mesmo. Portanto, o argumento dessa

dissertação já se faz notar no primeiro teste indiano, como destaque para as dinâmicas que ocorrem na região como motivadoras das escolhas de Nova Délhi.

Mesmo com o sucesso no teste, a repercussão negativa levou o governo do primeiro ministro Morarji Desai, do partido *Janata*, eleito em 1977 em razão das dificuldades e dos problemas domésticos enfrentados pelo governo de Indira, a cancelar os demais testes previstos e suspendeu o programa nuclear indiano durante o tempo em que esteve no poder (CHARNYSH, 2009; GANGULY, 2008; CARDOZA, 2016). Desai se comprometeu a não conduzir nenhum outro teste, mesmo uma PNE, além de ser contrário ao programa nuclear, mesmo que para fins civis (CHAKMA, 2005; SUBRAHMANYAM, 2018).

A partir dessa estratégia o governo *Janata* tinha o interesse de retomar o apoio de dois dos principais países a apoiarem o programa nuclear indiano, mas que ou deixaram de o fazer ou colocaram empecilhos às contribuições, a ler: os EUA e o Canada. Apesar disso, já no segundo ano de mandato o primeiro ministro modificava sua postura contrária ao programa, alegando que apesar de ter negado a condução de “*explosions*” ele não impediu que fossem realizadas “*blasts*”<sup>15</sup> (CHAKMA, 2005).

Essa modificação no discurso de Desai pode ser entendida a partir de dois movimentos: o primeiro diz respeito ao fato de não ter alcançado seu objetivo de retomar o apoio dos EUA e do Canada para o programa indiano, o primeiro em grande parte por causa da política do presidente Carter contra a proliferação; o segundo elemento foi a continua modernização do arsenal atômico chinês e o desenvolvimento nuclear do Paquistão. Apesar disso, o governo de Desai não teve tempo hábil para implementar modificações significativos em sua política nuclear, já que cai em 1979, seguido pelo governo interino de Charan Singh que retoma o discurso de deixar a opção nuclear aberta (CHAKMA, 2005).

Depois de paralisado pela administração *Janata*, o programa nuclear é retomado com o retorno de Indira ao poder em 1980. Não só o governo da primeira ministra entendia a importância do programa nuclear, como a oposição também desejava um maior desenvolvimento dele. Em um discurso em 1982 no *Lok Sabha* Atal Bihari Vajpayee que presidia o recém fundado *Bharatiya Jana Party* (BJP), que já havia sido ministro das Relações Exteriores no governo *Janata* e que se tornaria primeiro ministro em 1998 (ano dos testes indianos) afirmou:

---

<sup>15</sup> Optei por manter as palavras utilizadas pelo primeiro ministro em inglês, para mostrar que apesar de serem diferentes, as palavras são sinônimas, podendo ser considerado muito mais um jogo retórico por parte do ministro do que uma diferença nas duas formas de se conduzir os experimentos. Os termos também são traduzidos da mesma forma em português, significando explosão. Chakma (2005) também chama a atenção para isso: “*But the simple fact was that technologically there was no basic difference between explosion and blast.*” (CHAKMA, 2005, p. 219).

*Pakistan and other countries while trying to enter into nuclear club and particularly Pakistan if goes for the nuclear explosion then we should reconsider the whole situation and our nuclear policy. As far as nuclear technology is concerned we should explore all possible ways for its exploration. We should use it for constructive ways. (VAJPAYEE apud MISHRA, 1997, p. 44).*

Nesse contexto, o país começou desenvolver também sistemas de lançamento por meio de mísseis balísticos a partir do Programa Integrado de Mísseis Guiados (IGMP, em inglês), lançado em 1983 (CHARNYSH, 2009). Inclusive um dos mísseis que o projeto buscava desenvolver era um míssil de alcance intermediário, o Agni, que segundo Subrahmanyam: “[...] *would make no sense unless it had a nuclear warhead.*” (SUBRAHMANYAM, 2018, p. 302).

Apesar disso, a pressão no setor nuclear aumentava no país, inclusive com uma carta enviada pelo chefe das três forças armadas do país à primeira ministra em 1983, defendendo que o país devia desenvolver sua própria capacidade nuclear. De acordo com Pant (2007) essa foi a primeira vez na história da Índia que as forças armadas declararam, de forma explícita, sua visão da política nuclear indiana. Essa situação era motivada pela ambiguidade do programa nuclear indiano, enquanto seus rivais deixavam cada vez mais claro seus objetivos.

Embora a aparente estagnação do programa nuclear e de não definir se iria ou não exercer a opção nuclear, Subrahmanyam (2018) afirma que o governo Indira fazia preparativos para um segundo teste subterrâneo por volta do ano de 1983. Os testes não ocorreram porque satélites estadunidenses descobriram os movimentos que indicavam os preparativos para um possível teste, levando Washington a pressionar Nova Délhi para não seguir em frente com os planos.

Além disso, a reestruturação do setor no governo Indira visava responder ao rápido desenrolar do programa paquistanês, que apresentava os indicativos de que o país perseguia a opção de desenvolver o armamento nuclear, sob a alegação de adquirir uma “bomba islâmica”. Ainda assim, o debate na Índia ainda existia, não havendo unanimidade sobre exercer a opção nuclear ou não (SUBRAHMANYAM, 2018).

Contudo, em outubro de 1984 Indira Gandhi é assassinada por um de seus guardacostas, levando o PCNI a escolher seu filho, Rajiv Gandhi para se tornar o novo primeiro ministro do país. Rajiv, assim como a mãe no início de seu primeiro mandato, não era muito entusiasta da opção nuclear, procurando encontrar alternativas que não levassem o país a ter de exercer esse caminho (SUBRAHMANYAM, 2018).

Rajiv continuava a se opor à opção nuclear e advogava internacionalmente a favor do desarmamento e da não proliferação. Essa postura vai até o ano de 1988, quando o primeiro

ministro apresenta na Terceira Sessão Especial da ONU sobre Desarmamento o ‘Plano Rajiv Gandhi’ para o desarmamento nuclear. O resultado foi o plano ser ignorado pelas cinco potências nucleares, resultando em uma modificação da própria postura de Rajiv frente ao programa nuclear (SUBRAHMANYAM, 2018).

O resultado da mudança e a retomada do programa foi que, em 1989 o país já testava mísseis de curto e médio alcance, o que levou o diretor da CIA William H. Webster a declarar diante o Senado, no mesmo ano que: “[...] *India is interested in thermonuclear weapons capability.*” (WEBSTER apud CHARNYSH, 2009, p. 2). Demonstrando que o programa não só havia sido retomado, como se desenvolvia em outras áreas que não só a produção de energia ou a construção de ogivas, mas na criação de um sistema de entrega por meio dos mísseis.

A década de 1980 foi um período no qual a Índia “[...] *strengthened and expanded its nuclear deterrent capabilities during this period as a hedge against the Chinese and growing Pakistani nuclear capabilities.*” (CHAKMA, 2005, p. 191). Será nesse contexto que a Índia e seu programa nuclear irão ingressar na década mais importante para o regime nuclear no Sul da Ásia.

Com as suspeitas de que o Paquistão tinha conseguido montar sua bomba em 1987, a política indiana no início dos anos 1990, já sob o governo de Narasimha Rao foi de buscar ganhar tempo. Tempo que era necessário para que os cientistas indianos desenvolvessem todos os aspectos de um programa que daria a Índia plenas capacidade nucleares, que envolvia armas termonucleares, armas subcríticas e a base de dados necessária para simulações em computador (SUBRAHMANYAM, 2018).

Essa postura indiana permeou todo o imediato pós-Guerra Fria, inclusive com a tentativa de tirar a atenção do governo estadunidense para a temática da proliferação no subcontinente, direcionando-a para os riscos ao regime nuclear da queda da URSS durante a reunião do CSNU em 1992 (SUBRAHMANYAM, 2018).

Os cientistas indianos logo apresentaram seus resultados. Em maio de 1994 o país já era capaz de lançar uma bomba nuclear de um avião e em 1996 o país adquiriu a capacidade de montar o armamento nuclear em um míssil balístico (CHARNYSH, 2009). Com isso, já em 1995 o governo de Rao tentou conduzir testes nucleares – antes do Trato de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT em inglês) –, sendo interrompidos após os preparativos serem descobertos e o governo de Bill Clinton pressionar o país (CHAKMA, 2005; WEISS, 2007).

Desde alcançada tal capacidade, a Índia optou por manter uma postura de dissuasão não armada, isto é, o país tinha a capacidade de montar uma bomba caso precisasse, mas man-



tinha os materiais para tal separados. Contudo, com a prorrogação do TNP em 1995, a opção tomada foi de que era necessário exercer a opção nuclear, mas possuindo o armamento pronto (SUBRAHMANYAM, 2018).

Contudo, a aprovação do CTBT com uma cláusula coercitiva, que forçava os países a assinarem o tratado e a continuada permissividade estadunidense com a China viabilizando a construção da capacidade nuclear paquistanesa tornaram a opção nuclear cada vez mais próxima. O último elemento foi o teste de mísseis paquistaneses em abril de 1998, que levaram Nova Délhi e o recém-eleito primeiro ministro Vajpayee do BJP a autorizar os testes nucleares que ocorreram no mês seguinte, em maio de 1998 (SUBRAHMANYAM, 2018).

Os testes de *Pokhran II* foram realizados em dois dias, 11 e 13 de maio, totalizando cinco explosões, uma delas termonuclear. Em resposta à Índia, o governo paquistanês realizou cinco testes nucleares no mesmo mês (CHARNYSH, 2009). Dessa forma o subcontinente indiano passaria a conviver com os rivais nuclearizados, e a rivalidade entre ambos passaria a representar até a ameaça de um conflito nuclear.

Chakma (2005) alega que *“Eventually the Indian strategic programme culminated with the Pokhran II, highlighting the fact that an intensifying South Asian nuclear security dilemma prevailed over all other considerations in governing India’s nuclear policy choices.”* (CHAKMA, 2005, p. 218).

Assim, faz-se mister analisar quais foram os desdobramentos nos níveis de análise que levaram aos dez testes nucleares realizados no subcontinente indiano em 1998. É de fundamental importância ao analisar o programa nuclear indiano entender quais foram os acontecimentos que levaram a inflexões dentro das escolhas e planejamentos de Nova Délhi. Como no segundo período, os níveis global e regional continuam a se relacionar de forma importante, com intensa penetração de atores externos.

Contudo, ainda que a ação dos EUA seja bastante importante para os desdobramentos no CRS sul asiático, o nível inter-regional merece o maior destaque. A presença cada vez maior da China e a sua influência sobre Islamabad faz com que essa relação seja a que mais influenciou na escolha que culminou em *Pokhran II*.

Essa situação também é destacada por Vanaik (1995), que afirma: *“On the whole, the end of the Cold War has reduced the strategic importance of South Asia and thus reduced the importance of securing strategic allies in the region, whether Pakistan or India.”* (VANAIAK, 1995, p. 110). Portanto, o nível regional se destaca sobre os demais, mesmo o doméstico, fortemente destacado por Ollapally (2010), não seria capaz de explicar com primazia tal decisão.

#### 4.3.1 Recuperando os níveis de análise

No nível global a primeira grande mudança do período é na própria postura dos EUA frente ao regime de não proliferação. De acordo com Martinez (2002), é após a PNE em 1974 que Washington colocou a temática no centro da sua atuação internacional. Portanto, o teste indiano: “[...] served notice to the United States that nuclear nonproliferation was no longer a tangential foreign policy issue.” (MARTINEZ, 2002, p. 262).

Essa modificação na postura estadunidense é bem representada pela política externa do presidente Jimmy Carter, que tem como uma de suas principais bandeiras a não proliferação nuclear (MISHRA, 1997). Contudo, ela logo perde importância frente a outro acontecimento que logo modifica a presença estadunidense no subcontinente indiano: a invasão do Afeganistão pela URSS.

Na sequência dessa invasão Washington encontra em Islamabad um importante aliado para fazer frente aos soviéticos no país ao norte. Essa situação leva a uma grande parceria entre os dois países, com os EUA financiando e viabilizando o reequipamento das Forças Armadas paquistanesas, além de oferecer outros auxílios e ajudas, prejudicando a relação com a Índia. A resposta indiana foi procurar se armar a partir de compras e acordos com a França e a URSS. Assim, Nova Délhi estreitava ainda mais sua ligação com Moscou, principal parceiro militar do país no período (PANT; SUPER, 2015).

Para além de fornecer armamentos convencionais para o Paquistão, a administração de Ronald Reagan passa a fornecer, também, combustível e tecnologia nuclear para o país, ao mesmo tempo em que interrompia o fornecimento de urânio enriquecido para a Índia (MISHRA, 1997). Essa postura estadunidense, junto ao apoio chinês ao programa nuclear paquistanês possibilitou ao país o rápido desenvolvimento deste, levantando dúvidas e inseguranças na Índia.

Essa insegurança é levada pela primeira ministra Indira à Moscou, em visita oficial à URSS em 1982. Expondo o ambiente regional pouco animador e uma presença estadunidense a favor do Paquistão, Indira estreitava os laços de proximidade que permeavam as relações entre os dois países desde o Tratado de Amizade em 1971 (MISHRA, 1997).

A desconfiança indiana em relação aos EUA aumenta com o desenrolar da década de 1980, quando fica cada vez mais claro os rumos que o programa nuclear paquistanês toma. Apesar de aplicar sanções ao governo de Benazir Bhutto, o governo Reagan aprova a Emenda Pressler, que impede a suspensão dos auxílios e remessas a Islamabad até que se comprove que o país detinha a capacidade de nuclear (SUBRAHMANYAM, 2018).

As relações indo-americanos só começam a dar sinal de melhora com as medidas liberalizantes adotadas pelo governo de Rajiv Gandhi, as quais são bem recebidas em Washington. Contudo, a administração Clinton volta a pressionar o país quanto ao desarmamento, a não proliferação e a Caxemira, levando a mais um momento de piora no relacionamento entre os dois países (PANT; SUPER, 2015).

Dois outros importantes elementos globais foram a renovação indefinida do TNP e a aprovação do CTBT, ao qual foi adicionado uma cláusula coercitiva para a ratificação do mesmo. Segundo a Índia tal elemento feria a Convenção de Viena sobre os Tratados, na medida em que um país não poderia ser forçado a assinar um acordo do qual não queira fazer parte (SUBRAHMANYAM, 2018).

Se observa no período uma piora no que diz respeito à segurança regional, na medida em que a escalada nas disputas nucleares entre os dois rivais representa um novo risco para ambos. Além disso, a parceria entre Islamabad e Pequim era vista com grande ressalva por parte da Índia, que percebia esse movimento como uma ameaça direcionada ao país (MISHRA, 1997).

Com os indícios de que a China vinha viabilizando o programa nuclear paquistanês com conhecimento, tecnologia e treinamento, a leitura indiana era de que seria preciso buscar alternativas que evitariam que se visse em um contexto de dissuasão nuclear com o Paquistão. Como o primeiro ministro Rajiv não era entusiasta do armamento nuclear, ele procurou se aproximar de outros países para fazer movimentos contrários à proliferação (SUBRAHMANYAM, 2018).

Ainda que tais movimentos tenham fracassado, Índia e Paquistão conseguiram chegar a um acordo por meio do qual se comprometiam a não realizar ataques nas instalações nucleares de sua contraparte (MISHRA, 1997). O acordo foi feito de maneira a aumentar a confiança entre os dois países e modificar as suspeitas de que a Índia planejava um ataque preventivo aos centros nucleares paquistaneses (SUBRAHMANYAM, 2018).

Contudo, com os indicativos de que o Paquistão teria montado sua bomba em 1987, a decisão de exercer a opção nuclear se tornava cada vez mais evidente. A recusa do governo Bush em 1990 de aplicar a Emenda Pressler e certificar que se o Paquistão teria alcançado a capacidade nuclear acelerou o entendimento dentro da Índia de que não seria possível resolver a situação a partir dos diálogos com os EUA (SUBRAHMANYAM, 2018).

As autoridades indianas passaram a demonstrar qual seria o posicionamento do país em uma região com presença de três Estados nucleares. A postura adotada por Nova Délhi foi a do “*no first use*”, a qual alegava que embora o país nunca utilizaria seu armamento nuclear

contra vizinhos, caso fosse atacado por eles iria responder à altura, como apresentada pelo Dr. Ramanna, Ministro de Estado para Defesa em 1990 (SUBRAHMANYAM, 2018).

Portanto, o fim da Guerra Fria presenciou, globalmente, um movimento em direção ao desarmamento e à não proliferação – como é o caso na América do Sul – contudo, regionalmente a questão da proliferação deteriorou. As pressões externas não foram capazes de contornar a situação, apenas acelerando o processo que culminou com os testes de 1998.

No nível doméstico a principal modificação que pode ser destacada é o surgimento do BJP. Partido nacionalista/hindu, o BJP surge na cena política do país nos anos 1980, mas ainda com pouco espaço na política nacional. Contudo, em pouco mais de dez anos o partido chegou ao poder e foi o responsável por realizar os testes de *Pokhran II*.

Desde os anos 1980 o BJP já defendia que a Índia devia continuar a desenvolver seu programa nuclear, inclusive mísseis, de forma a ter um sistema de entrega de armamentos nucleares caso necessário. A leitura do partido era a seguinte:

*If India, at all, wants not to go nuclear and seeks to normalize relations peacefully with China and Pakistan, it would endanger its security because Pakistan might not do it. So the weapon system has to be acquired, the nuclear weapons should be stockpiled only to deter Pakistan. (MISHRA, 1997, p. 75).*

Domesticamente o período de 24 anos entre o primeiro e o segundo teste apresentou importantes transformações na Índia. O período comprovou o fim da hegemonia do partido PCNI no país, impondo derrotas ao partido e destacando as fragilidades de algumas políticas adotadas ao longo dos anos. Ainda assim, o partido só não esteve no poder por cinco anos, entre 1974 e 1996.

Os governos de Indira Gandhi representaram importantes avanços na política nuclear no país, sendo contrapostos pelo período do governo *Janata* e com o início do governo Rajiv. Contudo, destacamos que o contexto doméstico não é a principal chave de análise por haver congruência entre os caminhos que o programa nuclear devia seguir. Essa situação fica claro com o interesse do governo de Rao realizar testes ainda em 1995 ou quando Indira o tentou em 1983.

Apesar disso, Ollapally (2010) destaca o papel que a ascensão do BJP teve para a realização de *Pokhran II*, especialmente porque o partido era menos sensível às pressões internacionais, visto seu discurso e postura nacionalista e de maior autonomia frente aos regimes e acordos internacionais. Essa situação fica claro para a autora no contexto da aprovação do CTBT: “*The aftermath of the CTBT brought together fears of longer-term international secu-*

*... rity and a spike in popular nationalism. Both played directly into pre-existing BJP preferences, making it easier for the Vajpayee government to test.” (OLLAPALLY, 2010, p. 312-313).*

Essa situação favorável no nível doméstico fez com que o BJP, no seu segundo governo<sup>16</sup>, tomasse a decisão de realizar os testes, algo que já vinha sendo planejado pelo país desde o final da década de 1980. A decisão do BJP, apesar de importante, não pode ser desconsiderada como o final de um processo que levou anos para se construir, muitos deles sob o governo do PCNI, portanto, apesar de fundamental para os testes, é provável um governo do Congresso também optasse pelos testes à luz dos acontecimentos regionais.

Ollapally (2010) também destaca isso, de que esses elementos regionais e externos impactaram na decisão, encontrando na Índia um governo ainda mais predisposto para assumir os custos dos testes:

*Ultimately, what we see is an interaction of rising security concerns with a premium on meeting future security threats especially from China, coupled the BJP government which was much more pre-disposed to testing and absorbing the negative international repercussions than any of its predecessors. (OLLAPALLY, 2010, p. 314).*

#### 4.4 Conclusão

A política nuclear indiana desde a década de 1960: “[...] *has been primarily guided by and responsive to the existence and gradual intensification of a nuclear security dilemma in the South Asian region.*” (CHAKMA, 2005, p. 234). Os testes realizados em maio de 1998 concluem e corroboram com todos os outros períodos de importância dentro do programa nuclear indiano. Portanto: “*The Pokhran II was a culmination of this policy process, which occurred in a vulnerable strategic environment that emerged after the end of the Cold War.*” (CHAKMA, 2005, p. 234).

Portanto, o presente capítulo procurou destacar a importância do argumento regional para se compreender os caminhos e escolhas realizados no contexto do programa nuclear indiano. Para isso, utilizamos as contribuições da TCRS que propõe uma análise a partir de três níveis diferentes: internacional, regional e doméstico. Com a reconstrução histórica, as condicionantes e determinantes do programa nuclear indiano apontam para a posição fundamental ocupada pelo nível regional na estratégia e cálculos dos diferentes governos indianos.

Ao longo dos 50 anos que existiram entre a criação da AEC e os testes de *Pokhran II*, os diferentes líderes indianos sempre destacaram a importância das ameaças regionais, modi-

<sup>16</sup> Em 1996 o BJP chegou a ocupar o poder na Índia por 1 mês, entre maio e junho, também sob a liderança de Vajpayee.

ficando o programa nuclear indiano na medida em que a insegurança em relação aos vizinhos aumentava. Não é coincidência que o programa que começou com finalidades exclusivamente pacíficas tenha iniciado sua modificação logo após os testes nucleares chineses.

Em 1974, a crescente aproximação entre China e Paquistão, e os riscos de um programa paralelo por parte de Islamabad levaram a Índia à sua primeira explosão nuclear. Nos anos 1980 a tentativa de se realizar um teste em 1983 e o desenvolvimento de mísseis balísticos seguindo ao crescente anseio de que o Paquistão teria desenvolvido e alcançado a capacidade nuclear não podem ser ignorados, sendo fundamentais para os desdobramentos da década seguinte.

Os anos 1990 são o resultado de todas as situações que se desdobraram desde a independência do subcontinente indiano do domínio britânico. As disputas regionais que se iniciaram em 1948 desencadearam um processo que culminou com os testes nucleares 50 anos mais tarde. Portanto, fica claro a ligação entre as dinâmicas regionais e a escolha de obter o armamento nuclear, acentuada pelas disputas inter-regionais que resultam do conflito sino-indiano de 1962.

Nesse sentido, por mais que consideremos a importância da chegada ao poder do BJP na Índia para os testes de *Pokhran II*, não é possível separar tal escolha dos anos que a precederam e dos avanços que foram feitos nos governos anteriores, ou mesmo esquecer que foi no governo de Indira, do partido do Congresso, que se realizou a PNE. Portanto, a escolha pelo armamento nuclear não se deve a essa transformação no nível doméstico, mas já era algo que estava nos cálculos da Índia há alguns anos, como mostra os interesses do primeiro ministro Rao em conduzir testes em 1995.

Ao contrário do que ocorreu na América do Sul e seu desdobramento no programa nuclear brasileiro, as disputas no Sul da Ásia continuaram e se acentuaram nos anos 1980 e 1990, refletindo na escolha indiana de 1998. Posto que o nível global era o mesmo para o Brasil e para a Índia, fica evidente que a decisão final vincula-se, diretamente, ao nível regional e as disputas, ou não, existentes nele. Portanto, o fator determinante para a escolha de desenvolver o armamento nuclear por Nova Délhi é sua região e as dinâmicas que nela se desdobraram nos cinquenta anos entre sua independência e o ano de 1998.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os capítulos anteriores procuramos demonstrar a importância do fator regional para os programas nucleares do Brasil e da Índia. Apresentamos uma reconstrução histórica da América do Sul e do Sul da Ásia, bem como essas regiões são penetradas pelas disputas internacionais e globais. Destacamos ainda as diferenças percebidas no nível doméstico, o qual sofreu grandes transformações durante esses 48 anos sob análise.

A questão nuclear não pode ser apresentada por uma única lente explicativa, visto as várias nuances que influenciam nas tomadas de decisões acerca da temática. Portanto, acreditamos ter sido importante para a elaboração deste estudo a utilização da TCRS, a qual nos serviu de arcabouço teórico para analisar como Brasil e Índia foram influenciados por diferentes níveis em suas escolhas, ao mesmo tempo em que, por meio das questões apresentadas ao longo dos três últimos capítulos, nos fica claro a preponderância do elemento regional.

Sendo a região o primeiro espaço de interação e inserção internacional dos Estados, é de se perceber sua importância fundamental na criação das identidades e dos interesses dos grupos que compõem e influenciam os Estados. Assim, enfatizar a criação dos padrões de relacionamento e da formação das identidades dentro do relacionamento regional, demonstra a importância da teoria construtivista e das relações de alteridade para a análise que procuramos fazer, visto as transformações das leituras dos entornos realizadas ao longo desses 48 anos.

Destacar e enfatizar o peso do elemento regional não é o mesmo que assumir este como único nível explicativo. A importância dos níveis globais e domésticos também foram apontadas e analisadas. A importância desses níveis também pode ser percebida nas disputas domésticas entre grupos com interesses diferentes, ou nas condições de inserção e formulação de projetos, vistos os constrangimentos que um determinado Estado pode sofrer no cenário internacional. Portanto, ao elencar as diferentes correntes internas de um país, bem como as transformações nos interesses dos atores internos (partidos políticos, FFAA, institutos de pesquisa, cientistas chancelarias, etc.), procuramos demonstrar o impacto do fator regional nessas mudanças domésticas, as quais não poderiam ser tão bem compreendidas sem serem colocadas dentro do contexto da região em que este Estado se insere.

Dessa forma, ao apresentar os padrões de amizade e inimizade como mutáveis, a TCRS nos serviu de importante teoria explicativa para apontar como as ameaças não são algo dado, mas sim construções feitas por um determinado ator em seu relacionamento social. Por

meio desse entendimento foi possível acompanhar porque Brasília transforma sua posição inicial em relação ao TNP. O relacionamento entre Brasil e Argentina sofreu importantes inflexões a partir da década de 1980, vindo a possibilitar a construção de uma União Aduaneira “imperfeita” com o Mercosul, a criação de uma instituição de controle mútuo no âmbito nuclear (ABACC) e outras importantes iniciativas, que se intensificaram e fortaleceram na primeira década do século XXI.

É importante frisar que os padrões de relacionamento entre Brasil e Argentina, ainda que em contextos de rivalidade, não foi tão intenso quando a rivalidade percebida no Sul da Ásia. Mesmo com os conflitos políticos e discursivos que foram apresentados, Brasília e Buenos Aires não chegaram a disputas diretas, tampouco militares, algo que também influenciou na transformação desses padrões e facilitou a criação de laços mais próximos e cordial a partir do início dos anos 1980. Não obstante, a relação entre os dois principais países do Cone Sul afetou a construção das políticas externas e nucleares de ambos, como foi apresentado a importância que a Argentina teve nos cálculos dos governos brasileiros, especialmente dentro do regime militar. Tampouco seria possível entender a reorganização do PNB sem compreender os movimentos que ocorreram a partir da assinatura do Acordo Tripartite em 1979 e, especialmente, todo o processo que possibilitou a criação do Mercosul.

Cabe ainda enfatizar outro fator regional que impactou sobremaneira na evolução do programa brasileiro. Estando em uma região onde os EUA exercem uma hegemonia hemisférica, a ambição dos diferentes governos brasileiros da construção de um programa nuclear autônomo sofreu com as pressões estadunidenses. Essas pressões foram de diferentes ordens, desde o impedimento do transporte dos reatores alemães durante o governo Vargas, as pressões sobre o acordo com a RFA durante o regime militar, os acordos no modelo caixa preta, o desrespeito à lei 1.310, etc. Ademais, cabe assinalar que, ao não priorizar investimentos na região, os governos estadunidenses também impactavam sobre as possibilidades de se financiar uma tecnologia que demandava importantes somas de recursos.

Assim, mesmo em governos que tinham o interesse em desenvolver o programa nuclear de maneira mais autônoma e no programa paralelo, este não foi possível de maneira tão simples quanto se imaginaria. Portanto, não bastou aos governos brasileiros, nem sob um regime ditatorial, o simples interesse no desenvolvimento do armamento atômico, a potência hemisférica tinha interesses em manter a região sem um desafiante, isso impacta nas possibilidades de desenvolvimento econômico, tecnológico e militar dos demais Estados do hemisfério. Tal situação se fez presente ao longo de todo o período analisado, se tornando ainda mais forte no caso brasileiro por este procurar um alinhamento ideológico com o campo



capitalista, não podendo barganhar com outros Estados o auxílio tecnológico ou tratados de amizade com o mundo socialista, como a Índia foi capaz.

Outra importante consideração que se deve fazer é sobre os grupos de interesses que influenciaram o PNB ao longo dos anos e como isso afetou na sua condução, com posturas e visões que, em vários momentos, foram conflitantes entre esses grupos. Com proximidade com a literatura de PEB que apontam as disputas entre os chamados “entreguistas” e “nacionalistas”, o PNB também foi alvo de disputa entre grupos que desejavam um alinhamento mais próximo aos EUA, com menor enfrentamento, e outros que privilegiavam o desenvolvimento nacional de forma autônoma, ainda que não tivessem uma posição de enfrentamento aos EUA.

Durante os primeiros anos do PNB destacamos as diferenças de projetos entre o Itamaraty (especialmente por meio da CEME) e o CNPq. Dentre de um mesmo governo duas correntes disputavam a diretriz que seria seguida. Com o passar dos anos as FFAA passaram a ocupar papel central no programa, ainda que as três forças tivessem interesses próprios para o programa, com seus centros de pesquisa trabalhando em projetos próprios. Além disso, grupos e centros de pesquisas civis também tinham interesses no desenvolvimento da tecnologia e das pesquisas na área, o que acrescentava mais polos de disputa dentro das estratégias que seriam seguidas. Portanto, o elemento doméstico também se fez presente na argumentação dessa dissertação, bem como dos impactos que os elementos regionais e inter-regionais tiveram sobre os interesses desses atores ao longo dos anos.

No caso indiano, a não superação da rivalidade com o Paquistão, mas sim a intensificação dessas disputas, impulsionada pela relação entre Islamabad e Pequim, levou a Índia a aumentar seu interesse pelo armamento nuclear. É importante notar que a Índia passa por um processo contrário ao Brasil. Apesar de as disputas com o Paquistão se originarem desde antes do processo de independência – e aumentada pela disputa na Caxemira –, a relação com a China foi profundamente alterada após a guerra Sino-indiana de 1962. Antes vista como uma aliada, a China se tornou uma das principais fontes de insegurança da Índia. Assim, é possível acompanhar a transformação do programa nuclear indiano a partir do avançar das suas percepções de insegurança e da ameaça de um China nuclear (desde 1964) e de um Paquistão cada vez mais próximo da bomba. Dessa forma, 1998 é o resultado do crescente apoio interno à opção nuclear, catapultado pela eleição do BJP.

Essa situação demonstra a importância dos padrões de relacionamento no Sul da Ásia e dentro do continente asiático como um todo. Com relações mais belicosas, com conflitos militares e disputas territoriais, o Sul da Ásia se apresenta como elemento fundamental para

compreender a evolução do programa nuclear indiano. Assim como no Brasil, a Índia iniciou seu programa com foco no desenvolvimento do uso da tecnologia nuclear para fins civis, com os grupos domésticos favorecendo tal interesse e tal objetivo, especialmente o governo e o Partido do Congresso, que foi dominante na política indiana por quase todo o período sob análise. Contudo, a intensificação de padrões de inimizade – diferente da reaproximação que foi percebida na América do Sul – levou a uma reorientação na postura indiana dentro do regime de não-proliferação. Portanto, ainda que mantivesse um discurso a favor da desnuclearização, a Índia desenvolveu um programa nuclear com finalidades militares, acelerado pela bomba nuclear chinesa e pela busca paquistanesa de desenvolver o armamento.

Faz-se mister ressaltar, também, a diferença que o continente asiático tem em Relação o continente americano. Durante a Guerra Fria a Ásia se tornou um dos principais espaços da disputa bipolar, com a penetração estadunidense e a presença da URSS, que por sua posição na eurásia procurava garantir seus interesses no seu entorno regional. Tal realidade apresentou possibilidades que não eram vislumbradas no hemisfério americano, visto a não contestação da hegemonia estadunidense por nenhuma outra potência – mesmo a presença soviética após a Revolução Cubana se circunscreveu à Havana, pois Washington rapidamente apoiou regimes que responderam a qualquer iniciativa de revolução na região, especialmente através das ditaduras militares.

Estando na Ásia a Índia foi capaz de traçar estratégias e angariar resultados que não puderam ser vislumbrados pelo Brasil. Assim, além de conseguir reatores de pesquisa mais cedo, a Índia foi capaz de desenvolver a tecnologia de explosão nuclear com relativa rapidez após os testes chineses. A “explosão pacífica” de 1974 demonstrou a abertura de uma nova fase no programa indiano, deixando claro que o país poderia trilhar o caminho da nuclearização caso fosse necessário. Utilizando-se da política do não-alinhamento – ainda que após o acordo de 1971 pode-se questionar o alinhamento à URSS – a Índia manteve sua capacidade de acesso à tecnologia e aos recursos necessários para viabilizar seu programa, mesmo após a explosão de 1974.

Esse contexto também foi importante para as transformações domésticas que ocorreram na Índia, bem como nas influências de grupos dentro do programa nuclear indiano. Com uma postura de resistência à opção nuclear, o Partido do Congresso – especialmente nas figuras de Nehru e Indira – procurou defender e ressaltar a importância do desarmamento e dos benefícios pacíficos da energia atômica. Contudo, a elite do partido, inclusive a primeira ministra Indira, modifica sua política nuclear, ainda que não de maneira oficial até 1998. Outros grupos internos já pressionavam tal modificação, destacando-se a elite científica que

trabalhava no programa, os políticos mais nacionalistas e segmentos das FFAA. Tal situação fica clara com a defesa do armamento pelo partido fundamentalista BJP, que conduziu os testes de 1998 que colocaram a Índia como um Estado nuclearmente armado. Porém, o apoio à bomba e a força que esses grupos adquiriram não seria possível sem que o contexto regional possibilitasse tal reversão na estratégia indiana, uma vez que as ameaças do Paquistão e da China serviram para solidificar a defesa do armamento nuclear.

Essas duas realidades regionais e as diferentes maneiras pelas quais as regiões eram penetradas pelas disputas bipolares da Guerra Fria foram fundamentais para compreender os caminhos e as possibilidades que os dois países vislumbraram ao longo dos 48 anos que analisamos. Afetando os diferentes grupos domésticos, as identidades e os interesses de Brasil e Índia no regime nuclear.

Dessa forma, a hipótese do trabalho encontrou respaldo nas análises que foram apresentadas ao longo dos capítulos anteriores. Não só a postura de ambos no regime de não-proliferação foi afetada pela sua região, mas também podemos argumentar que a região também influenciou nas capacidades de se fazer tal escolha. Ao se encontrar em uma região de maior interesse para a disputa bipolar, a Índia pode utilizar dessa situação para viabilizar seu projeto e aproveitar das disputas para angariar determinados apoios que a possibilitaram o rápido desenvolvimento do seu programa nuclear. Não bastasse tal situação, o grau de ingerência que Washington exercia sobre Nova Délhi e a dependência desta para com o primeiro também foi menor, se comparado com a situação brasileira, permitindo maiores alternativas também para o programa nuclear indiano.

É importante destacar que, apesar dos projetos e programas terem se diferenciado nas décadas finais do século XX, o objetivo de obter uma posição de maior prestígio no sistema internacional continuou presente no Brasil e na Índia durante e após os acontecimentos de 1998. As diferentes leituras sobre o momento também se fazem importantes para se entender os desdobramentos desse ano tão importante para os respectivos programas nucleares.

Apesar de não ser objeto do presente trabalho, este entende a importância de se continuar o estudo dos programas nucleares a partir de 1998, visto que o que sucedeu aos fatos aqui apresentados vão impactar não só os dois países, mas todo o regime de não-proliferação. Ademais, é importante frisar que tanto no Brasil quanto na Índia há aqueles que não concordaram com a escolha tomada, procurando renovar o debate acerca das estratégias traçadas e sobre suas consequências.

Outra questão que cobra maior atenção é a ligação entre o armamento nuclear e o prestígio no sistema internacional. É importante ter em mente que os constrangimentos da

política internacional não são os mesmo para todos os países, bem como a situação do sistema econômica atual também representa um empecilho a diversas economias. Portanto, deter ou não o armamento nuclear não é uma escolha que se apresenta para todos, mas sim algo que toca a poucos, menos ainda nos países da periferia do sistema internacional.

Com isso, a bomba se torna um objeto de status, ainda que as alegações primeiras sejam da ordem securitária. Podemos argumentar se ela seria suficiente para garantir esse prestígio internacional, algo que não corroboramos, contudo pretender ser uma potência mundial sem possuir o armamento nuclear pode ser algo não atingível, visto a não capacidade de se defender ou contra-atacar em caso de conflito com uma potência nuclear. Assim, as questões de segurança e prestígio se encontram no campo da tecnologia nuclear, na medida que sendo provedora de segurança por meio da dissuasão nuclear – ainda que com os riscos de tal estratégia – o armamento nuclear também pode garantir respaldo para as pretensões de um determinado Estado dentro do sistema internacional. No caso de Brasil e Índia seria preciso alongar a análise para o momento posterior a 1998, de modo a compreender quais foram os resultados e consequências das escolhas realizadas no ano, e os impactos dessa escolha nos projetos de inserção internacional de Brasília e Nova Délhi.

Visto ser um tema ainda em debate, mais do que resolver todas as lacunas e apresentar uma resposta definitiva ao tema, o presente trabalho procura se inserir no debate sobre a proliferação a partir da conexão de elementos construtivistas com a TCRS, por meio dos quais procuramos destacar a importância da região para as escolhas de um Estado. Assim, caberiam outros estudos e análises para avaliar se essa resposta poderia ser aplicada em outras experiencias ou se seria uma particularidade dos programas brasileiro e indiano.

## REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. Comparative Regionalism: A Field Whose Time has Come? **The International Spectator: Italian Journal of International Affairs**, Washington, DC, vol. 47, n. 1. 2012. p. 3-15.
- ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova**. 1999, n. 47, pp. 201-246.
- ANDRADE, Ana; SANTOS, Tatiane. A criação da CNEN no contexto do governo JK. **Parcerias Estratégicas**. Brasília-DF, v. 14, n. 29, jul-dez 2009. Disponível em: <[http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias\\_estrategicas/article/viewFile/348/351](http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/348/351)>. Acesso em 19 jan. 2019.
- ANDRADE, Israel de Oliveira; CARPES, Mariana Montez; LEITE, Alixandro Werneck. “O desenvolvimento nuclear no Brasil e na Índia: uma comparação dos programas nacionais desses países”. **R. Esc. Guerra Nav.**, Rio de Janeiro, v. 23 n. 3, set./dez. 2017. p. 618-656.
- BANKS, Michael. System Analysis and the study of regions. **International Studies Quarterly**, v. 13, n. 4, dez. 1969. p. 335-360.
- BARROS, Pedro Silva; PEREIRA, Antonio Philipe de Moura. O Programa Nuclear Brasileiro. **Boletim de Economia e Política Internacional**, IPEA, n. 3, julho 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim\\_internacional/100709\\_boletim\\_internacional03\\_cap8.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_internacional/100709_boletim_internacional03_cap8.pdf)> Acesso em: 13 jan. 2019.
- BERMANN, Célio. Energia Nuclear no Brasil: Uma história de controvérsias, riscos e incertezas. In: BERMANN, Célio (org.). **A energia nuclear em debate: mitos, realidades e mudanças climáticas**. Fundação Heinrich Böll, 2005.
- BIZZOZERO, Lincoln. América Latina a inicios de la segunda década del siglo XXI: entre el regionalismo estratégico y la regionalización fragmentada. **Rev. Bras. Polit. Int.**, 54:1. Brasília, 2011, pp. 29-43.
- BRIGAGAO, Clóvis; PROENÇA Jr., Domício. A projeção externa do Brasil: a questão da segurança. **Contexto Internacional**, n. 7, jan./jun. 1988, pp. 85-109.
- BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. Uma perspectiva de Longo Período sobre a Integração Latino-americana Vista pelo Brasil. **Contexto Internacional**, vol. 36, no 2. Julho/Dezembro 2014, pp. 549-583.
- BURR, William. Nixon/Kissinger Saw India as "Soviet Stooge" in 1971 South Asia Crisis: New Documents Show White House Ignored Regional Nature of Crisis and Risked Confrontation with Moscow to Look Tough. **The National Security Archive**, jun. 2005. Available from <<https://nsarchive2.gwu.edu/news/20050629/index.htm>>. access on 21 Mar. 2019.
- BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. Security: **A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

BUZAN, Barry. The South Asian Security Complex in a Decentring World Order: Reconsidering Regions and Powers Ten Years On. **International Studies**, v. 48, n. 1, 2011. p. 1-19.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security** [e-book]. New York: Cambridge University Press, 2003.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: Uma análise dos Avanços e Recuos. RBPI, no 48 (I), 2005.

CARDOZA, Javier Alcalde. El ascenso de la India: de colônia al umbral de gran potencia. **Agenda Internacional**, n. 34, 2016. p. 9-48.

CARRANZA, Mario E. Rising Regional Powers and International Relations Theories: Comparing Brazil and India's Foreign Security Policies and Their Search for Great-Power Status. **Foreign Policy Analysis**, Kingsville, 2014. p. 1-23.

CASTRO, J.A. de Araújo. *O congelamento do poder mundial*. In: Rodrigo Amado (org). **Araújo Castro**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

CENTRE FOR SCIENCE AND SECURITY STUDIES, Project Alpha. India's Strategic Nuclear and Missile Programmes: A baseline study for non-proliferation compliance. **King's College London**, London. jun. 2017.

CERVO, Amado Luis; BUENO, Clodoaldo. **A História da Política Exterior do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Editora da UNB, 2011.

CHAKMA, Bhumitra. Toward Pokhran II: Explaining India's Nuclearisation Process. **Modern Asian Studies**, 2005, v. 39, n. 1, p. 189-236.

CHARNYSH, Volha. India's Nuclear Program. **Nuclear Age Peace Foundation**. Set. 2009.

CHELLANEY, Brahma. South Asia's Passage to Nuclear Power. **International Security**, v. 16, n. 1, p. 43-72, 1991.

CNEN. **Biblioteca digital Memória da CNEN: Cronologia**. Disponível em: <<http://memoria.cnen.gov.br/memoria/Cronologia.asp?Unidade=Brasil>>. Acesso em 01 jan. 2019.

CRUZ, Giovanni Molano. A View from the South: The Global Creation of the War on Drugs. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 633-653, Dec. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292017000300633&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292017000300633&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

DAVIES, Simon J. Community versus Deterrence: Managing Security and Nuclear Proliferation in Latin America and South Asia. **International Relations**, vol. 18. 2004. p. 55-72.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques; LIRA, Vanessa Horácio. "Enriquecimento de animosidades: o início da política nuclear brasileira". **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, 2016, p. 77-98.

FLEMES, Daniel. Brazil's Nuclear Policy: From Technological Dependence to Civil Nuclear Power. **GIGA**, n. 23, jun. 2006.

GANGULY, Sumit. India's Foreign Policy: Retrospect and Prospects. In: [S.I.]. **Conferência Índia**, Rio de Janeiro: FUNAG, 2008. ("O Brasil no mundo que vem aí - III CNEPI). p. 51-68.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989), **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 40, n. 1, 1997. p. 18-40.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 544 p.

GUIMARÃES, Lytton L. Política Externa e Segurança da Índia: implicações para o Fórum Ibas. In: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, n. 3, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 09-49.

HARRISON, Selig S. India, and Reagan's tilt toward Pakistan. **New York Times**, Archive, 15 jul. 1981. Available from <<https://www.nytimes.com/1981/07/15/opinion/india-and-reagan-s-tilt-toward-pakistan.html>>. access on 21 Mar. 2019.

HERZ, Monica. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 85-104, dezembro 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142002000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

HIRST, Mônica. A política externa do segundo governo Vargas. In: J. A. Guilhon de Albuquerque (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990. Crescimento, modernização e política externa**. São Paulo, Cultura Editores Associados/Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996. p. 211-230.

HORIMOTO, Takenori. Explaining India's Foreign Policy: From Dream to Realization of Major Power. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 17, 2017. p. 463-496.

JAGUARIBE, Hélio. "Introdução". In: J.A.G. Albuquerque (org.). **Crescimento, modernização e política externa, Sessenta Anos de Política Externa Brasileira**, volume 1, São Paulo, Cultura/USP, 1996.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Autonomia pela Contradição: Políticas externas e nucleares de Vargas e JK. **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 2, 2011.

KAPUR, S. Paul. India and Pakistan's Unstable Peace. **International Security**, v. 30, n. 2, 2005, p. 127-152.

KATZENSTEIN, Peter J. **A world of Regions: Asia and Europe in the American Imperium**. Ithaca: Cornell University Press, 2005.

LESSA, Antônio Carlos Moraes. Instabilidades e mudanças: os condicionantes históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979). **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, Senado Federal, ano 34, n.º 133, jan./mar. 1997. p. 73-81.

LIMA, Maria Regina Soares de. “Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña”. *América Latina/Internacional*, v.1, n.2, outono-inverno 1994.

MARTINEZ, J. Michael. The Carter Administration and the Evolution of American Nuclear Nonproliferation Policy, 1977–1981. *The Journal of Policy History*, v. 14, n. 3, 261-292, 2002. Available from <[https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/A7A37DAD2D13625BA047FFDD983A046C/S0898030600000270a.pdf/carter\\_administration\\_and\\_the\\_evolution\\_of\\_american\\_nuclear\\_nonproliferation\\_policy\\_19771981.pdf](https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/A7A37DAD2D13625BA047FFDD983A046C/S0898030600000270a.pdf/carter_administration_and_the_evolution_of_american_nuclear_nonproliferation_policy_19771981.pdf)>. access on 21 Mar. 2019.

MISHRA, Madhusudan. **Bharatiya Janata Party and India's Foreign Policy**. 1ª ed., New Delhi: Uppal Publishing House, 1997.

MOHAN, C. Raja. India and the Balance of Power. *Foreign Affairs*, v. 85, n. 4, Jul.-Ago. 2006, p. 17.

MOURA, Gerson; LIMA, Maria Regina Soares de. Trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 25 (3): 349-363, 1982.

MUKHERJEE, Rohan; MALONE, David M. Indian Foreign policy and contemporary security challenges. *International Affairs*, v. 87, n. 1, jan. 2011. p. 87-104.

NETO, Waldemar Dalenogare. A Política Externa dos Direitos Humanos de Jimmy Carter. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 8., 2015, Florianópolis. A **Política Externa dos Direitos Humanos de Jimmy Carter** [online]. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426801446\\_ARQUIVO\\_ANPUHWALDEMAR.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426801446_ARQUIVO_ANPUHWALDEMAR.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

NYE, Joseph. **International Regionalism: Readings**. Boston: Little, Brown and Company, 1968.

NYE, Joseph S. **Peace in Parts: Integration and Conflict in Regional Organization**. Boston: Little, Brown and Company, 1971.

OLIVEIRA, Raquel de Bessa Gontijo de. **Os que querem, os que podem e os que têm: um estudo sobre as forças motrizes da proliferação de armamentos nucleares e mísseis balísticos**. Orientador: Reginaldo Mattar Nasser. 2018. 233f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2018.

OLLAPALLY, Deepa. Domestic Politics and india's 1998 Nuclear Tests. In: MATTOO, Amitabh; JACOB, Happymon (org.). **Shaping India's Foreign Policy: People, Politics and Placs**. Nova Delhi, Har-Anand Publications Pvt Ltd, 2010. (Série Foreign Policy, Peace and Security).

PANT, Harsh V. A Rising India's search for a Foreign Policy. **Foreign Policy Research Institute**, 2009. p. 250-264.



PANT, Harsh V. China on the Horizon: India's 'Look East' Policy Gathers Momentum. **Foreign Policy Research Institute**, 2013.

PANT, Harsh V. India's Nuclear Doctrine and Command Structure: Implications for Civil-Military Relations in India. **Armed forces & Society**, v. 33, n. 2, p. 238-264, 2007.

PANT, Harsh V.; SUPER, Julie M. "India's 'non-alignment' conundrum: a twentieth-century policy in a changing world". **International Affairs**, vol. 91, n. 4, 2015, p. 747-764, 2015.

PANT, Krishna Chandra. The Indian Nuclear Power Program. **Energy**, vol. 9, n. 9/10, p. 773-778, 1984.

PARANJPE, Shrikant. "United States in India's Changed Strategic Perspective in the Post-Cold War Era". **India Quarterly**, 2013, v. 69, n. 1. p. 1-12.

PATTI, Carlo. *The origins of the Brazilian Nuclear program: 1951- 1955, the Cold War History*. **Routledge**, 2014.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; BERTOLUCCI, Artur Cruz. Política Nuclear Comparada: Um estudo de caso do impacto norte-americano nos programas da Índia e do Brasil (1946/2018). **Austral**, v. 8, n. 16, jul./dez. 2019, p. 138-182.

PERKOVICH, G. **India's Nuclear bomb**: the impact in global proliferation. Berkeley, University of California Press, 1999.

PONTES, Bernardino. *Política nuclear brasileira*. **Comissão Nacional de Energia Nuclear**. 1989. Disponível em: <<http://memoria.cnen.gov.br/manut/ImprimeRef.asp?AN=B0000866>>. Acesso em 20 jan. 2019.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. A Política Nuclear Brasileira e as Relações Internacionais (1946-1957). In: **XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

REUS-SMIT, Christian. "Constructivism" in BURCHILL, Scott et alli. **Theories of International Relations**. New York: Palgrave, 2001. (p 209-230).

RICUPERO, Rubens. "O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular". In: J.A.G. Albuquerque (org.), **Crescimento, modernização e política externa, Sessenta Anos de Política Externa Brasileira**, volume 1, São Paulo, Cultura/USP, 1996.

SAGAN, Scott D.; WALTZ, Kenneth N. **The spread of nuclear weapons: a debate renewed**. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 2003.

SATO, Eiiti. 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 41, n. especial "40 anos", p. 8-28, 1998.

SCHIRM, Stefan. **Macht und Wandel**: Die Beziehungen der USA zu Mexiko und Brasilien. VS Verlag für Sozialwissenschaften, 1994. 262 p.

SHARMA, Dharendra. **India's Nuclear Estate**. Nova Delhi, Lancers Publishers, 1983.

SOLINGEN, Etel. **The domestic sources of nuclear postures**: Influencing fence-sitters in the post-Cold War era. IGCC Policy Paper 8. Irvine: University of California, Oct. 1994a.

SOLINGEN, Etel. The political economy of nuclear restraint. **International Security**, v. 19, n. 2, Fall 1994b, p. 126-169.

SOUTO, Cíntia Vieira. O projeto político-econômico interno e a diplomacia do interesse nacional, in: **A diplomacia do interesse nacional – a política do Governo Médici**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. 172 p.

SPEKTOR, Matias. *The evolution of Brazil's nuclear intentions*. **Nonproliferation Review**. V. 23, Nº. 5–6, pp. 635–652, 2017.

SUBRAHMANYAM, K. Indian Nuclear Policy – 1964-98 (A Personal Recollection). **Strategic Analysis**, vol. 42, n. 3, p. 293-311. 2018.

VANAİK, Achin. **India in a Changing World**: Problems, Limits and Successes of its Foreign Policy. 1ª ed., New Delhi: Orient Longman, 1995. (Coleção Tracts for the Times).

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, 29 (2), 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964/1985). 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Nacionalismo Desenvolvimentista e a Política Externa Independente. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 37, n. 1, Brasília, Ibri, jan./jun. 1994.

WEISS, Leonard. U.S.-India Nuclear Cooperation: Better Later than Sooner. **Nonproliferation Review**, V. 14, N. 3, nov. 2007. Available from <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10736700701611738?needAccess=true#aHR0cHM6Ly93d3cudGFuZGZvbmxpbmUuY29tL2RvaS9wZGYvMTAuMTA4MC8xMDczNjcwMDcwMTYxMTczOD9uZWVkbQWNjZXNzPXRydWVAQEAw>>. access on 21 Mar. 2019.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, vol. 46, n. 2. 1992. p. 391-425.

WENDT, Alexander. Process and Structural Change. In: **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. (p. 313-369).

WROBEL, Paulo S. Uma análise do regime de não proliferação de armas nucleares. Cadernos do IPRI. Edição especial, 1993, p. 3-19.

WROBEL, Paulo. **Brazil, the non-proliferation treaty and Latin America as a nuclear weapon-free zone**. Brasília: Funag, 2017. 389p. (Coleção Política Externa Brasileira)